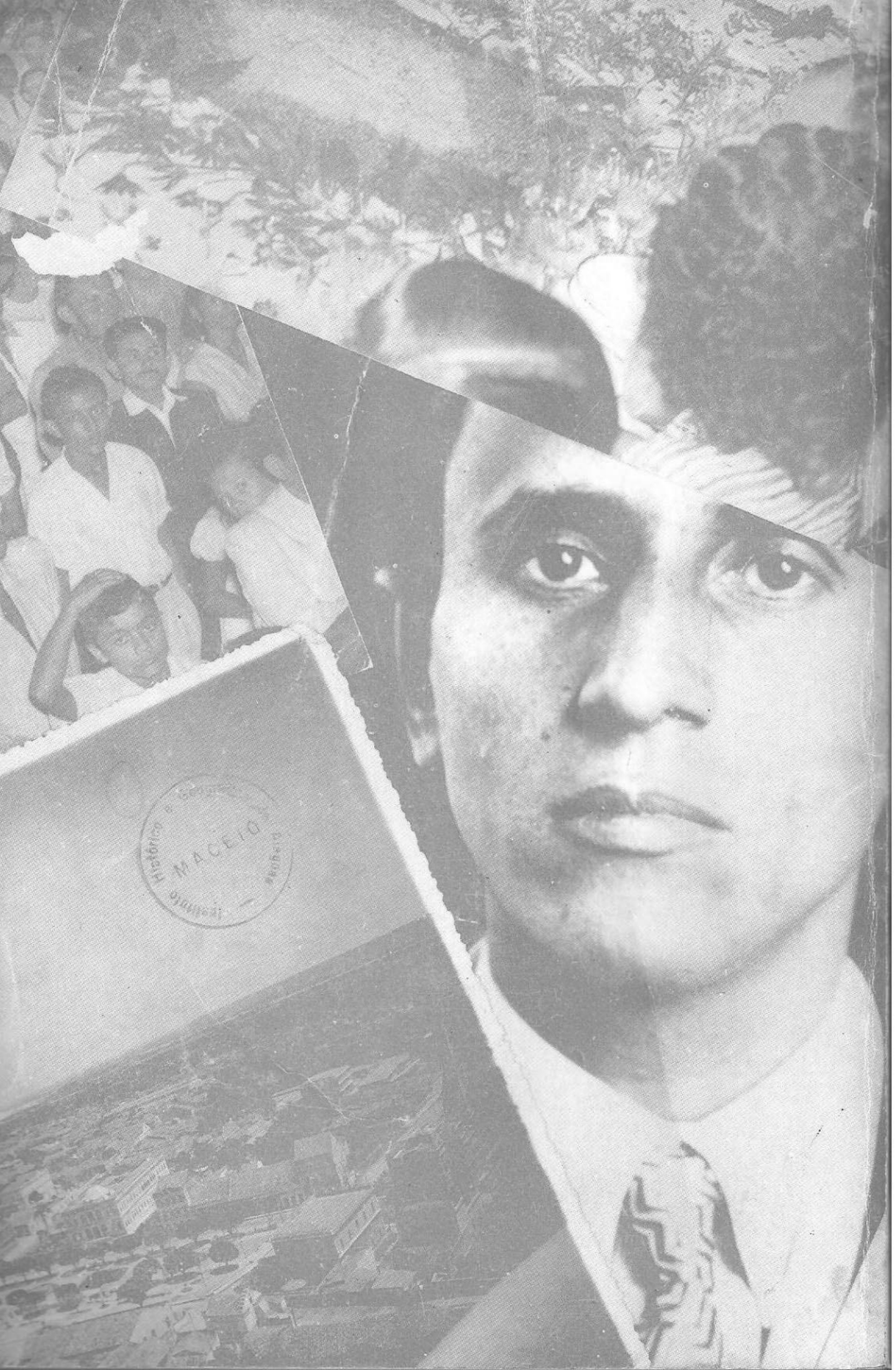

DEBATES DE HISTÓRIA REGIONAL

Revista do Departamento de História da
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
nº 01 – 1992

DEBATES DE HISTÓRIA REGIONAL

Revista do Departamento de História da
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
nº 01 – 1992

MACEIÓ
1992

Reitor
Fernando Cardoso Gama
Vice-Reitor
Carlos Alberto Fernandes Antunes
Pró-Reitora de Planejamento e Coord. Geral
Aldir Remígio de Oliveira Leite
Pró-Reitora de Graduação
Maria Valéria Barros de Lima
Pró-Reitor Estudantil
Carlos da Costa Bezerra
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa
Abel Tenório Cavalcanti
Pró-Reitor de Extensão
José Geraldo Vergetti de Siqueira
Pró-Reitor de Administração
Marcus de Melo Braga
Procurador Geral
Fábio Máximo de Carvalho Marroquim
Chefe de Gabinete
Luiz Antonio Palmeira Cabral

EDITORA UNIVERSITÁRIA - EDUFAL
CONSELHO EDITORIAL
Prof. Eduardo Magalhães Júnior - Presidente
Bibl. Silvia Regina Cardeal
Profª Branca Rosa Silveira de M. Fragoso
Profª. Lindoya Martins Correia
Prof. José Bento Pereira Barros
Prof. Alberto Eduardo Cox Cardoso
Prof. Edson Mário de Alcântara
Prof. José Peixoto dos Santos
Prof. Roberto Jorge V. dos Santos
Prof. Paulo Vanderlei Ferreira

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DA:
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA - UFAL

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Debates de História Regional / Universidade Federal de Alagoas, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História. — N. 1 (1992) — 160p. — Maceió, 1992 —

Semestral.
ISSN

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, apesar das dificuldades que atingem a Universidade, o Departamento de História da Ufal tem se empenhado em divulgar a produção científica de seus membros, bem como estimular o intercâmbio com outras instituições acadêmicas através de seminários, cursos, palestras, encontros, etc.

Sem esquecer os temas universais, o objetivo é estudar com prioridade a temática regional, particularmente a alagoana, fornecendo embasamento teórico e metodológico. Procurando atualizar-se com as novas abordagens conceituais e com as correntes modernas da História, participando dos Simpósios bi-anuais da Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH; em 87,89 e 91, em Brasília, Belém e Rio de Janeiro, de encontros da SBPC, reuniões regionais e nacionais de pesquisadores e historiadores, Simpósio Internacional de História Ferroviária, todos com trabalhos apresentados.

Realizamos, também, sob o patrocínio do CNPq, o Simpósio Nacional: Cem Anos de República, em 89, além de dezenas de cursos como "Amor e Sexualidade na Antiguidade Clássica", "A Mulher na História", "América Latina, História e Realidade", "A História do Rádio no Brasil", "A Inquisição em Alagoas", "Movimentos Sociais no Nordeste", "O Ensino da História nas Escolas de 1º e 2º Graus", "Seminário de História de Alagoas", realizado em Maceió e Penedo, entre tantos outros.

Cresceu o número de obras publicadas através de livros e documentos mimeografados, acompanhando o trabalho de nossos pesquisadores, alguns com produções bem regulares, como Moacir Santana e José Maria Tenório.

Em 1990, após o Simpósio Nacional do Centenário Republicano, lançamos os Anais daquele Encontro, sob o patrocinio do Mec/CNPq. A repercussão positiva do trabalho, em várias partes do país, registrando o caráter pluralista dos autores e principalmente a qualidade das matérias, levou-nos a pensar em editar uma revista semestral que trouxesse colaborações de outras universidades nordestinas junto com trabalhos de pesquisadores locais, numa integração benéfica ao nosso círculo acadêmico.

O Reitor Fernando Gama, recém-empossado, apesar das limitações financeiras emprestou todo apoio à idéia, levando-nos a articular o assunto com os historiadores daque e de outros centros e o sonho se tornou realidade.

Nasce, assim, essa revista – seu nome é "Debates de História Regional". Pretende atuar como fórum de discussão entre os estudiosos da área, contribuindo para a plena integração entre ensino, pesquisa e extensão, divulgando trabalhos de professores, historiadores e estudantes universitários. Deseja-se, por consequência, que ela seja veículo de inteiração entre as Ciências Sociais e Humanas, abrindo-se à análise pan-acadêmica e inter-disciplinar dos fatos históricos.

Neste primeiro número há questões e debates muito relevantes para a História Regional. Destacamos entre eles "A Inquisição em Alagoas", do polêmico antropólogo baiano Luis Mott, da UFBA; "A Polícia Civil no Início da República", do mestrando pela UFPe, José Alberto Saldanha; "A Ocupação Pré-Histórica da Lagoa do Jequiá", autoria conjunta dos pesquisadores pernambucanos Marcos Albuquerque, Arqueólogo da UFPe, e Veleda Lucena, da Fundaj; "Os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira", do Prof. José Octávio, da UFPb e Doutorando da Unicamp; "Revisitando uma Quartelada: Os Aparelhos Repressores e a Questão social em 1817", do Prof. Marcus Joaquim Carvalho, Doutor em História pela Universidade de Indiana - EUA; "Alagoas - Uma Cultura que surgiu das Águas", do prof. José Maria Tenório, da Ufal; "O Bóia-Fria em Alagoas", de Risoneide Gomes Araújo;" Raízes do Comunismo em Alagoas", do Prof. Luís Sávio de Almeida, do Departamento de Ciências Sociais da UFAL; "Reparos a um Livro Didático", do Prof. Moacir Santana e "15 de Novembro, um Balanço Republicano"do Prof. Douglas Apratto, professor da UFAL. "Os Caminhos da Escultura Sacra em Alagoas", análise crítica do livro de Ermani Méro, por Fernando Lobo, professor da UFAL.

É importante registrar que não pretendemos nos isolar na cidadela universitária. Aceitamos de muito bom grado colaborações de outras instituições e estudiosos solitários, sem exigir carteirinha de qualquer ordem.

Desse modo, rompemos com o exclusivismo acadêmico, nitidamente elitizado. Queremos, sim, acima de tudo, dar espaço e atenção às questões e aos debates da história nordestina. Esta abordagem nos parece ser o meio mais satisfatório para a construção de sínteses históricas bem fundamentadas.

A perspectiva regional tem, também, a virtude de promover a identificação da nossa comunidade com a sua realidade espacial e temporal. Longe de ser uma opção meramente metodológica é uma prática historiográfica, questionadora, debatedora e descentralizada, com revisões interpretativas da nossa história, sobretudo a chamada oficial, é elemento importante para a formação da cidadania e de uma ampla consciência democrática num meio tão obscurantista como o que vivemos.

Douglas Apratto Tenório
Chefe do Departamento de História da UFAL.

SUMÁRIO

Assuntos — Páginas

1. A INQUISIÇÃO NAS ALAGOAS 13
   Luiz Mott (UFBA)
2. A POLÍCIA CIVIL NO INÍCIO DA REPÚBLICA 31
   José Alberto Saldanha (UFAL)
3. OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DA LAGOA DO JEQUIÁ 41
   Marcus Albuquerque (UFPE)
   Veleda Lucena (FUNDAJ-PE)
4. OS SEMINÁRIOS PARAIBANOS DE CULTURA BRASILEIRA COMO FONTES PARA A HISTÓRIA 55
   José Octávio (UFPB)
5. REVISITANDO UMA QUARTELADA: OS APARELHOS REPRESSIVOS E A QUESTÃO SOCIAL EM 1817 69
   Marcus J. M. de Carvalho (UFPE)
6. ALAGOAS: A CULTURA QUE SURGIU DAS ÁGUAS 85
   José Maria Tenório Rocha (UFAL)
7. O BÓIA FRIA EM ALAGOAS 101
   Risoneide Gomes Araújo (UFAL)
8. RAIZES DO COMUNISMO EM ALAGOAS 117
   Luís Sávio de Almeida (UFAL)
9. REPAROS A UM LIVRO DIDÁTICO 141
   Moacir Medeiros de Santana (UFAL)
10. O 15 DE NOVEMBRO: UM BALANÇO REPUBLICANO 147
    Douglas Apratto Tenório (UFAL)
11. OS CAMINHOS DA ESCULTURA SACRA EM ERNA NI MÉRO 151
    Fernando Antonio Netto Lôbo (UFAL)
12. A FILOSOFIA DA RELIGIÃO 157
    João Lemos (UFAL)

A INQUISIÇÃO NAS ALAGOAS

A INQUISIÇÃO NAS ALAGOAS

Luiz Mott

1. INTRODUÇÃO

Nenhum historiador antigo ou contemporâneo refere-se à presença da Inquisição nas terras de Alagoas. Pesquisas por nós realizadas na Torre do Tombo, em Lisboa, atestam que embora o Santo Ofício tenha sido mais severo nas Capitanias limítrofes, também na Comarca das Alagoas este Monstro Sagrado devassou a vida e costumes de uma dezena de luso-brasileiros aí residentes, dos quais quatro foram efetivamente presos e trancafiados nos cárceres inquisitoriais, sendo um deles, o infeliz cristão-novo Fernando Henrique Álvares, morador no termo da Vila de Penedo, o único a ser queimado num Auto de Fé realizado em Lisboa no ano do Senhor de 1733. Portanto inéditos são o tema e a documentação divulgados neste ensaio.

Duas ocorrências belicosas — as invasões holandesas e a guerra dos Palmares — explicam a nosso ver a relativamente fraca e tardia atuação inquisitorial no território alagoano. Enquanto Bahia, Sergipe e Pernambuco eram diligentemente vasculhados pelos agentes inquisitoriais através das famigeradas 1ª e 2ª Visitações do Santo Ofício (1591-1620), enviando-se para a Metrópole diversos colonos desviados da ortodoxia católica, salvo erro, a primeira vez que Alagoas aparece citada na documentação do Tribunal da Fé traz a data 1678, ocasião em que o Licenciado Padre Antonio Correia da Paz, morador na Vila de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul é empossado no cargo de Comissário do Santo Ofício. Portanto, a atuação inquisitorial nesta região começou mais tardiamente que na maior parte das demais capitanias nordestinas, prolongando-se igualmente por mais tempo, tanto que data de 1811 a última vez que esta Comarca vem citada nos manuscritos do Santo Ofício, quando o Padre Lourenço Pereira de Carvalho Gama, coadjutor na Freguesia de São Miguel tem seu nome aprovado para a mesma

função comissarial. O Monstrum Horribilem estava então em sua tenebrosa agonia, sendo felizmente extinto em 1821 (1).

Instalado em 1536, o Tribunal do Santo Ofício teve em Portugal a atribuição de perseguir os desvios na fé: heresias, judaismo, protestantismo, feitiçarias, blasfêmias, assim como algumas práticas sexuais consideradas criminosas: homossexualismo, bigamia e a solicitação feita pelo sacerdote no confissionário (2). Não existindo no Brasil um tribunal autônomo, como ocorreu no México, Peru e Colômbia, os colonos da América Portuguesa eram remetidos diretamente para o Tribunal de Lisboa, existindo aqui complexa rede de espiões, os Familiares e Comissários do Santo Ofício, que funcionavam como pontas de lança desta abominável instituição, tendo como atribuição delatar, prender, sequestrar e enviar para o Tribunal lisboeta os suspeitos de praticarem as citadas heterodoxias (3).

Até o presente localizamos dez ocorrências relativas à atuação do Santo Ofício da Inquisição em terras de Alagoas: 3 denúncias de padres solicitantes; 3 denúncias de blasfêmias; 2 casos de bigamia; 1 clérigo que se casou e 1 cristão-novo. Além destes dez réus, Alagoas aparece referida em mais 9 processos de "Habilitação ao Santo Ofício", sendo 4 para o posto de Familiar e 5 para o de Comissário. Tais números talvez estejam um pouco aquém da realidade, e nosso objetivo ao escrever este trabalho é exatamente estimular outros pesquisadores a aprofundar as pistas documentais aqui citadas, depurando outras fontes, a fim de reconstruir em sua totalidade, esta triste página da história nordestina, onde condutas hoje garantidas pelas leis e protegidas pelos Direitos Humanos, eram então barbaramente perseguidas pela intolerância eclesiástica. Intolerância, aliás, que neste ano completa seu quarto centenário, quando da primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil em 1591.

2. CLÉRIGOS RÉUS DO SANTO OFÍCIO

Dentre as dez denúncias de desvios religiosos ou morais registrados em Alagoas, a metade envolve membros do clero: 3 solicitantes, 1 blasfemo e 1 inculpado em ter se casado a despeito de possuir as ordens maiores.

Como no resto da Colônia, também no Bispado de Pernambuco, ao qual Alagoas pertenceu até 1901, o clero regular e secular não primava pela virtude e bons costumes, tanto que são frequentes as sanções determinadas pelos Bispos em diversas Pastorais, admoestando os sacerdotes que se emendassem dos abusos e indisciplinas, notadamente em questões de moral sexual. Vários Bispos do século XVIII realizaram visitas pastorais nas principais frequesias alagoanas, entre eles D. José Fialho (1725-1740), D. Luiz de Santa

Tereza (1740-1758), D. Francisco Xavier Aranha (1758-1771), D. Tomás da Encarnação (1774-1784), etc. Nestas ocasiões, determinaram uma série de medidas moralizadoras do clero local, por exemplo, proibindo aos sacerdotes que abrigassem em suas casas mulheres com menos de 40 ou 50 anos, a não ser que fossem parentes próximas, obrigando aos ministros do altar que usassem vestes discretas e adequadas a seu estado, "sem bordas impertinentes nos chapéus e sem batinas abertas para aparecerem a camisa, sem botões de metal e fivela grandes de ouro ou prata lavrada, proibindo-se igualmente que celebrassem missas com peruca, cabeleira ou cabelos fictícios..."(4). Pelo visto, os padres nordestinos eram muito tentados pelas vaidades mudanas, daí tantas proibições.

O desrespeito ao celibato eclesiástico parece ter sido o principal resvaladouro do clero também nas Alagoas, tanto que o primeiro dos réus desta área a cair nas mãos do Monstro Sagrado foi o **Padre Francisco Soares Chaves,** preso aos 9 de julho de 1731. Era natural da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da vila de Porto Calvo. Tendo abraçado a carreira eclesiástica — se por vocação, interesse ou imposição familiar, não informam os documentos — depois de receber as Ordens Menores, foi ordenado Sub-Diácono pelas mãos do Bispo de São Tomé passando a partir de então a pertencer perpetuamente ao estado eclesiástico. Insatisfeito porém com a vida clerical, não resistiu às tentações da carne, fugindo para a cidade da Paraiba, onde casou-se com a jovem Ana Fragosa. Para tanto, destruiu seu "atestado de sub-diácono", forjando um documento falso onde além de mudar seu nome e o local de nascimento, declarava ser portador tão somente das Ordens Menores, as únicas que não constituiam impedimento canônico para o matrimônio. Mais ainda: fez seu casamento às pressas, à noite, sem os necessários banhos corridos, desobedecendo assim, ele e o pároco celebrante, as Pastorais dos citados Bispos diocesanos, que exatamente para inibir tais abusos, obrigavam que os casamentos fossem realizados com prévia escritura pública e quando já houvesse a luz do sol.

Viveu o sub-diácono Francisco Soares Chaves maritalmente pelo espaço de um ano, nascendo-lhe um filho desta união sacrílega. Descoberta porém a farsa, foi preso e remetido para Lisboa, onde após confessar seu crime, foi condenado a três anos de degredo nas galés del Rei, ficando inabilitado para sempre de receber a ordem sacerdotal. Qual o seu paradeiro após tal castigo, se voltou ou não para sua Alagoas natal, não informam os documentos. De certo restou a infâmia para sua ex-mulher Ana Fragosa, que teve sua honra perdida, seu marido afastado e o encargo de um filho ilegítimo sem pai. Triste sina até hoje carregada pelos padres casados.

O segundo sacerdote das Alagoas a cair nas garras inquisitoriais foi o **Padre Antonio Esteves, o Velho,** também natural de Porto Calvo, Vigário da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Seu nome e infâmias chegaram ao Santo Tribunal através da denúncia de um frade capuchinho italiano, Frei Felipe de Módena, do Convento de Nossa Senhora da Penha do Recife. Disse que uma mulher branca residente em Porto Calvo, Maria da Rosa, 23 anos, contou-lhe que o atrevido vigário havia-a solicitado no confessionário, antes da absolvição, para ter cópula carnal na casa dela, como porém recusasse, após absolve-la, "foi dizendo que era bonita, e lhe buscaria um bonito marido para casar..." (5). Denunciou mais: que Isabel Nogueira, mulata forra de 28 anos, acusava também o Padre Esteves de ter-lhe dito no ato da confissão sacramental que "era uma vilã por que não lhe quesera aceitar recado algum, e respondendo ela que lhe bastavam os seus pecados, ele disse que os pecados do Rei Davi foram maiores, e tinham sido perdoados..."

Com base em tais denúncias, os Inquisidores mandam fazer um inquérito secreto na freguesia no acusado, onde mais de uma dezena de testemunha confirmam serem as citadas donzelas "bem procedidas e verdadeiras", enquanto o sacerdote é apontado como "mal procedido e escandaloso, notado em matéria do sexto mandamento, vivendo de portas a dentro concubinado com uma mulata escrava, mulher meretriz, com quem tem filhos, segundo é público e notório."

Preso e embarcado para a "Casa do Rocio", em Lisboa, ao confessar suas incontinências porno-sacramentais, acrescenta mais alguns detalhes sobre sua biografia: diz que seu pai era lavrador de canas, e que antes de ordenar-se fora casado — devia portanto ser viuvo — tendo dois filhos legítimos e três fora do matrimônio, com uma parda. Que recebera o presbiterato no Rio de Janeiro, onde estudou princípios de filosofia. Em sua confissão citou quatro "paqueras" no confessionário: Josefa Xaviera, após declarar-lhe que "o amava muito e que ia procurá-lo em sua casa", consumou com ela um ato carnal; com Caterina de Castro, filha de um senhor de engenho, quando a confessava na Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, "poz a mão em seus peitos, mas sem malícia..."; à escrava preta Ana, "perguntou se ainda estava honrada, dizendo-lhe então que se casasse com o preto Patrício, que lhe encarregara de tratar seu casamento"; confirmou a tentativa de sedução a denunciante Isabel Nogueira.

Julgado culpado pela Mesa Inquisitorial, teve em sua sentença o acórdão seguinte: "Em vez de dar bom exemplo de sua vida e costumes, fez o contrário: com grande atrevimento e poucco temor a Deus, fez do sacramento da penitência ocasião de ruina e escândalo...". Sua sentença foi lida na Sala do Santo Ofício aos

16 de junho de 1733, sendo obrigado a fazer "abjuração de leve", onde negava qualquer intenção herética no tocante ao sacramento da confissão. Foi privado para sempre de poder confessar e suspenso das ordens sacras por 5 anos, proibido ainda pelo mesmo tempo de voltar a Pernambuco e para sempre a Porto Calvo, local onde cometeu o crime de "solicitatio ad turpia".

Um ano após ter sido sentenciado, Pe. Esteves oficia à Inquisição pedindo autorização para poder celebrar missas — fonte importante de ingressos para seu sustento material. Misericordiosos, os Reverendo Inquisidores suspendem-lhe a proibição do uso das ordens sacras. Retorna então ao Brasil, permanecendo por 5 anos em Vila Nova, no território sergipano, do outro lado do Rio S. Francisco, cumprindo assim, bem pertinho de Alagoas, seu degredo. Data de 1748 sua última notícia: escreve ao Santo Ofício pedindo autorização para voltar a Porto Calvo a fim de cuidar de sua casa, terras e gados, e para assistir à sua velha mãe, então com 80 anos. Não consta no processo que Lisboa tenha comutado seu degredo, encerrando-se aí a história deste clérigo galanteador.

O terceiro caso de solicitação refere-se a um franciscano do convento de Nossa Senhora dos Anjos de Penedo, **Frei Eusébio dos Prazeres,** delatado nesta mesma vila em 1756, dois anos depois que seu irmão de hábito, o mais ilustre literato alagoano do período colonial, Frei João de Santa Angela, publicava em Lisboa em latim, seu livro de sermões e poesias **Conclusiones Variae Theologiae** (6). Seus avanços porno-sacramentais contudo, ocorreram quando missionava na Capitania do Piauí, na Freguesia de Santo Antônio da Gurguéia, onde solicitara a D. Perpétua Gomes, tocara nos peitos de inácia da Conceição e "metera a mão pela saia da escrava crioula Franciscana Gomes". Mandado fazer sumário de culpas para atestar-se ou não a veracidade das denúncias, informou o Vigário Geral da Vara do Piauí que o frade solicitante havia falecido recentemente, tendo sido enterrado na capela mor junto ao altar de Santo Antônio. Se verdadeira ou falsa sua fama de galanteador, jamais o poderemos saber (7).

O último episódio envolvendo um sacerdote em Alagoas com matérias pertencentes ao conhecimento do Santo Ofício traz a data 1764. Trata-se do carmelita Frei Ângelo, filho do Convento de Olinda. Como sua denúncia foi feita em Penedo, tudo nos leva a crer que este frade devia exercer seu ministério nas bandas do Rio São Francisco, posto existir uma residência carmelitana na Vila da Madalena, sufragânea da província olindense. Consta no Caderno do Promotor da Inquisição de Lisboa que este carmelitano era destemperado no falar, e "repetia várias vezes que o sacramento do matrimônio é uma putaria..." (8). Blasfêmia grave e prenúncio de heresia, pois além de insultar um sacramento instituido pelo próprio Cristo, identificava-o à prostituição, heterodoxia, diga en

passant, defendida por muitos outros colonos abaixo do Equador. (9). Só uma pesquisa mais demorada na Torre do Tombo trará a resposta se o Santo Ofício chegou a agarrar o blasfemo Frei Ângelo.

3. BLASFEMOS E BÍGAMOS

Pelo visto, o sacramento do matrimônio era das instituições católicas que mais ataques sofria por parte dos habitantes das Alagoas, alguns chegando inclusive a questionar o dogma basilar da teologia moral que postula sóter legítimo o sexo quando realizado pelos esposos após a bênção nupcial. Tanto que além do recém citado carmelita, mais dois moradores desta Comarca são delatados por terem ultrajado por palavras os dogmas da moral sexual católica.

Em 1766, Manuel e Valentim Gomes, dois matutos da Freguesia de Nossa Senhora do Inhamum das Alagoas são acusados de terem duvidado que "Jesus Cristo nasceu sem concurso de varão", levantando portanto dúvida sobre a virgindade de Maria Santíssima. (10). Tratava-se obviamente de um questionamento herético e que causou grande contenda com Ludovico de Menezes, "que por causa disto queria atirar-lhes com a espingarda..." — atitude radical que reflete o alto grau de intolerância religiosa praticado por nossos antepassados. Tal quiproquó tivera lugar no meio do mato, quando os três amigos realizavam uma caçada, ocasião em que o exaltado devoto sugerira que todos fizessem uma oração à hora das Ave-Marias, ao que os dois blasfemos "retrucaram que não haviam ouvido o sino, e só rezavam quando estavam perto da igreja." (11).

Mais grave foi a acusação enviada à Casa do Rocio pelo Padre Manoel Inácio Rezende, coadjutor da Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Penedo, datada de 13 de março de 1798. Diz este escandalizado sacerdote que **Antonio Gomes Castelobranco**, Morgado de Porto da Folha, morador há 5 anos em Penedo, "homem estudioso e abundante de bens, com pouco temor de Deus e pelos depravados livros heréticos que estuda, tem contaminado os povos daquela redondeza, pois abandonou sua mulher na Bahia e no lugar do Araticum, formou um serralho onde colocou 50 escravas fêmeas e algumas forras, e com todas trata ilicitamente, deflorando crianças e estragando os bens de seus vizinhos, chegando a esbofetear alguns". Acusa-o ainda de mandar de canoa a Penedo, toda semana, diferentes escravas, para safisfação de sua luxúria, além de divulgar duas cabeludas blasfêmias: que "a fornicação simples não é pecado, e que não temia castigo, posto que depois da morte de Jesus Cristo, todos foram perdoados". Heresias, diga-se de passagem, também bastante repetidas na América Portuguesa e por toda Península Ibérica desde os primórdios da Inquisição (12). Acrescenta ainda

o piedoso delator mais lenha na fogueira: que na capela de seu Morgado, no sertão, suas amásias após o terço, costumavam dizer em coro: "Jesus, Maria, José e Senhor Morgado, eu vos dou o meu coração e alma minha...". Não bastasse seu numeroso harém, só superado pelo do insaciável Rei Salomão, filho do igualmente voluptuoso Rei Davi — lemos na denúncia que um frade barbadinho, ao missionar pela região de Porto da Folha, "encontrou o Senhor Morgado tratando ilicitamente com uma burra!" (13). Portanto, tinha culpas de heresias, fornicação poligâmica, adultério e bestialismo. Um refinado cabra macho: certamente o Senhor Morgado devia ter aquilo prá lá de roxo!

Como o Santo Ofício só costumava abrir inquérito contra um delato após ter sido acusado por mais de duas testemunhas fidedignas, este, como os demais blasfemos aqui arrolados, posto terem contra si apenas uma denúncia, não chegaram a ser processados. Beneficiaram-se do casuismo "misericordioso" do Monstro Sagrado.

Pior sorte que os antecedentes tiveram dois alagoanos acusados pelo crime de bigamia, crime era assim definido pelo **Regimento do Santo Ofício:** "Todo homem ou mulher, de qualquer condição, que tendo contraído primeiro matrimônio por palavra de presente, na forma do Concílio de Trento, se casar segunda vez, sendo viva a primeira mulher ou marido, sendo pessoa plebéia será açoitada pelas ruas públicas e degredada para as galés por 5 até 7 anos, e a mesma pena de açoites terá sendo mulher, e o degredo será pelos ditos anos para Angola ou alguma parte do Brasil". (14)

O primeiro destes episódios de bigamia, o mais dramático e que melhor nos permite mergulhar no dia a dia de Alagoas nos meados dos setecentos refere-se ao homem pardo **Bento Ferreira**, natural da vila de Alagoas do Sul. Tudo começou quando em 10 de julho de 1753, na igreja de Nossa Senhora da Conceição, matriz de sua freguesia, o jovem Bento celebrou seu casamento com a índia Antonia da Silva, natural da Missão de Santo Amaro, tendo como celebrante o vice-vigário Padre João Velho Barreto. Segundo versão do próprio réu, tinha tão somente 14 anos, a idade mínima autorizada pelas **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** para consumar-se o matrimônio. O novo casal passou então "a fazer vida marital, de portas a dentro", na mesma aldeia dos parentes da noiva, até que passados alguns meses, a jovem fugiu com o padastro dele para o Rio São Francisco, sem dar notícia, tanto que pairava dúvida quem seria o genitor do primeiro filho da índia Antonia, se ele ou seu padastro.

Humilhado por tal fiasco matrimonial, Bento ganhou a estrada, e aprendendo o ofício de carpinteiro, estacionou primeiro no Engenho da Lama, propriedade do Capitão Mor Alexandre Salgado de Castro, em seguida no Engenho Temuga, do Capitão Mor João Van der

Ley, aí se acomodando por dois anos, até que novamente mudou-se para o Engenho do Samba. Ficava tal engenho a légua e meia da paróquia de São Bento, e quando nosso jovem lá chegou, ofereceu-se para ser "tacheiro", levando-nos a concluir que além da carpintaria, também tinha conhecimentos da purga do açúcar. Foi então que teve início a segunda parte de sua desafortunada existência: decorridos 3 meses que assistia no Engenho do Samba, "passando pela casa de um pardo escravo do Senhor do Engenho, topou no caminho com uma moça chamada Francisca da Silva, filha do dito pardo, da qual logo se agradou. E recolhendo-se para o mesmo Engenho, disse diante de vários companheiros que aquela moça era bonitinha e que se seu pai lhe falasse para casar com ela, havia de aviar o mesmo casamento, o que ouvindo um pardo cativo, foi logo dar parte ao pai da dita moça, e este buscou a ele e o convidou para casar com sua filha, o que ele aceitou". Um amor à primeira vista de um Romeu e Julieta, ambos pardos, no interior das Alagoas: mesmo sendo filha de escravo, Francisca da Silva devia ser moça recatada, pois como ocorria com a aristocracia colonial, não dependia do interesse dos jovens, mas do arbítrio dos pais, decidir com quem deviam se casar os filhos.

Para sacramentar o casamento, fazia-se então necessário providenciar cópia do atestado de batismo, através do qual comprovar-se-ia o estado de solteiro do pretendente, sobretudo se provinha de outra freguesia. Como porém nosso tacheiro enamorado já fora casado, arquitetou a mesma estratégia aplicada por dezenas e dezenas de colonos neste Brasil a fora: mudou seu nome para Bento Manoel da Silva, assim como inventou outros anomásticos para seus pais, "e assim se apregoava para não ser conhecido". Foi então à aldeia onde vivera com sua primeira esposa, imaginando que ninguém mais o reconheceria, notadamente o missionário, que era novato no lugar, conjecturando que "certamente com aquele nome não havia de achar nos livros de casamento dos índios, porque não se casara na aldeia mas na matriz", contando assim obter o "nada consta" que o habilitaria a casar-se com sua bonitinha. Dito e feito. Munido do tal documento, com os banhos corridos comprobatórios que era "solteiro, livre e desimpedido", Bento e Francisca acertaram o casamento. Por serem pobres, gente da raia miuda, foram recebidos na Capela de Nossa Senhora do Livramento, no próprio Engenho do Samba, no dia 6 de fevereiro de 1757, festa de Santa Dorotéia. Sucedeu porém que no mesmo dia do casamento, o vigário de São Bento, Padre Antonio Buarque Lisboa, freguesia à qual o Engenho pertencia, teve notícia por um passageiro que o noivo já era casado. Incontinenti mandou o Vigário um emissário a galope de cavalo dizer ao capelão do Engenho, Padre João Velho Barreto, "que se não estão casados os nubentes, de sorte nenhuma os cazasse, e caso esteverem, logo separasse a noiva e a puzesse em casa honrada, lhes pondo excomunhão maior se

consumarem tal matrimônio". Obediente o celebrante separou os recem casados, depositando a infeliz noivinha em casa do Sargento Mor Tomás Fernandes Caldas, até que este embroglio fosse desfeito. Salvara a tempo a iludida Francisca de "perder o seu principal bem" — expressão corrente na época para referir-se ao selo himenal.

Preso o falsário, logo na semana seguinte tem início um sumário de culpas encabeçado pelo Vigário da Comarca, Padre Veríssimo Rodrigues Rangel, recebendo tal incumbência do próprio Bispo de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha.

Inquiridas três testemunhas inicialmente, todas confirmam a sagacidade e malícia do bígamo, que é transferido preso para a cadeia de Olinda, onde aguardará por quase um ano, comendo o pão que o diabo amassou, até ser embarcado para os Cárceres Secretos da Inquisição de Lisboa.

Sua confissão no Santo Ofício tem início a 25 de janeiro de 1758, sob a presidência do Deputado Nuno Álvares Pereira. O frio inverno lisboeta, o medo do misterioso e terrível tribunal inquisitorial, além das agruras da travessia oceânica e do rude cárcere, tudo devia contribuir significativamente para encabrunhar nosso folgazão alagoano que mal completara 20 anos ao transformar-se em réu do Santo Ofício.

Nada oculta na confissão: nada detalhadamente sua história cabocla, a infelicidade do primeiro matrimônio, alegando ter-se casado segunda vez "por fragilidade e miséria, sem considerar o mal que fazia, persuadido de ser já morta sua primeira mulher". Declarou também "não sentir mal do Sacramento do Matrimônio e que de tudo estava muito arrependido e pedia perdão e que com ele se usasse de misericórdia". Como acontecia com todos os réus do Santo Ofício, também Bento teve de demonstrar possuir o conhecimento básico da religião católica, recitando de joelhos o Padre Nosso, Ave Maria, Credo e os Mandamentos da Lei de Deus e da Igreja. Além disto, disse saber ler porém escrevia mal.

Após dois anos encarcerado, teve finalmeente sua sentença lida no Auto de Fé de 23 de dezembro de 1759, auto realizado excepcionalmente em Coimbra, no Real Mosteiro da Santa Cruz — e não como era de praxe, em Lisboa — sendo condenado primeiro aos açoites pelas ruas públicas e depois a cinco anos de galés. Esteve presente no Auto D. José, sendo ao todo condenaddas 34 pessoas, entre elas um homem de 43 anos acusado de ter se casado seis vezes sendo viva a primeira mulher.

Por dois anos seguidos trabalhou nosso pobre alagoano nos estaleiros del Rei, sempre com pesados grilhões nos tornozelos, até que aos 6 de outubro de 1761 envia um requerimento à Inquisição onde diz que "atendendo à menoridade em que ele cometeu o delito e não se ter seguido prejuizo grave à segunda mulher" (posto não ter sido deflorada), acrescentando ainda sua debilitada saúde por ter sido várias vezes atendido na enfermaria dos galés — e

em homenagem ao feliz nascimento do novo Príncipe — pede perdão do resto de tempo de prisão. Misericordiosos os Reverendos Inquisidores libertam-no das galés a 18 de março de 1762 (15).

Para onde foi, se voltou ao Brasil e o que lhe sucedeu após a comutação do final de prisão, não informam os documentos. Faziam cinco anos e um mês que o jovem Bento Ferreira tentara se casar com a bela Francisquinha do Engenho do Samba. Uma melancólica lembrança de sua adolescência abortada. Hoje, com a lei do divórcio, felizmente o Estado reconhece a anulação do contrato matrimonial, apesar da Igreja persistir em condenar, não mais à fogueira, mas às chamas do inferno, os divorciados que se casarem outra vez.

O segundo caso de bigamia documentado na região envolveu a alagoana Francisca Maria, também natural da Freguesia de São Bento, só que decorridas três décadas após o processo precendente. Foi em 1784 que Francisca Maria casou-se a primeira vez com Antonio Pereira Lins, de Porto Calvo, cerimônia realizada na Capela da Várzea Grande. Por alguns anos viveram os nubentes na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (Porto Calvo), no lugar do Brocotó, até que "deixando a delata o consórcio, por causa de certo homem, ausentou-se para a Frequesia de São Gonça' do Una, onde fingindo-se viuva, com o nome de Francisca Teresa, contraiu com premeditada malícia e dolo o segundo matrimônio com José de Sousa, em 1789 ou 1790" (16).

Descoberta a fraude, o Vigário Geral de Olinda mandou prender os dois falsários no aljube, embora pouco tempo dois tenham fugido juntamente com outros presidiários. José de Sousa teve sorte madrasta: morreu logo em seguida na Santa Casa de Misericórdia, vítima de bexigas (variola). Diz o Padre José Inácio Duarte, de Porto Calvo, que apesar do Promotor do Santo Ofício ter despachado ordem de prisão contra Francisco Maria, esta nunca foi encontrada. Caso contrário, teria seguido os mesmos passos de seu conterrâneo Bento Ferreira.

4. UM JUDEU ERRANTE NAS ALAGOAS

Diversos cristãos-novos residiram no território alagoano durante o período de ocupação holandesa posto manifestaram os calvinistas batavos maior tolerância com os hebreus do que os dirigentes católicos luso-brasileiros. Segundo um documento da época, citado por A. Wiznitzer, a capitania de Pernambuco estava "inundada de judeus", destacando-se no território de Alagoas a freguesia de Porto Calvo (17). Na lista dos 18 cristãos-novos residentes no Brasil queimados pela Inquisição portuguesa, entre 1644-1748, um deles residia

no termo da vila de Penedo, na margem esquerda do rio São Francisco. Trata-se de **Fernando Henriques Alvares** (18).

Era reinol, natural da Vila de Moura, no Bispado de Braga. Tinha 37 anos ao ser preso, no ano de 1732. Era casado com Ana Rodrigues de Figueiredo, da qual tinha um filho de nome José, declarando "não ter filho nem filha fora do matrimônio". Herdou a mesma ocupação de seu finado pai, "tratante", i.e., comerciante. Vivia então no Engenho de São José, no distrito de Penedo, sustentando-se com sua roça de mandioca e comércio de animais. Ao ser preso teve seus bens sequestrados, conforme determinava o **Regimento** para os praticantes do judaismo, constando os seguintes pertences: duas escravas (Lourença e Serafina) no valor de 100$000 réis; 10 a 12 bestas no campo, que valeriam outros 100$000 réis; disse não ter em sua casa nenhuma peça de ouro, prata ou dinheiro, devendo outrossim 40$000 réis a um morador da Paraíba, mais 34$000 réis de umas bestas que comprara à Irmandade das Almas e ainda 25$000 réis ao pardo João da Gama, passador de gado para Pernambuco, sendo credor de 48$000 réis de um tal Bernardo de Souza, morador no Sertão. Não era nem rico nem pobre, um cidadão remediado em começo de carreira de tratante.

Seu nome e fama de praticar rituais judaicos chegou à Inquisição lisboeta depois que vários cristãos-novos foram presos na Paraíba, alguns anos antes (19). Sua ordem de detenção é de 5 de julho de 1730, sendo entregue nos Estaus do Santo Ofício em 29 de julho de 1732 — os agentes inquisitoriais custaram encontrá-lo, pois há anos ausentara-se da Paraíba sem que seus conhecidos soubessem o paradeiro.

Após dez dias de cárcere, iniciou sua confissão declarando que a 18 anos passados, no Engenho Velho, na Capitania da Paraíba, em casa de seu tio Simão Rodrigues, lavrador de cana, aprendeu como haveria de salvar sua alma seguindo a Lei de Moisés. Para tanto passou a cumprir as tradições hebraicas, a saber: os jejuns de março, setembro e da Rainha Esther; abstenção de comer carne de porco, lebre ou peixe de pele; rezar os Salmos em língua castelhana sem dizer no final o Gloria Patri. Com seu tio aprendeu também algumas orações judaicas — orações, diga-se en passant, que em nada opõem-se à fé cristã, como esta: "Donde nasce o sol, e donde se volve a por, bendito e louvado seja o nome do Senhor!" Mais esta: "Perdoa-me Senhor no que tenho-o ofendido, perdoa a dez anos que contra ti tenho tido, perdoa o miserável que por ti chama, não me condenes Senhor a eterna chama por tua misericórdia me perdoa, salvo sou, Senhor, se tua verdade me abona". E ainda mais esta: "Em boa hora do Senhor e de todos os seus amigos começo agora a rezar porque é o que lhe pedir na terra me seja outorgado no céu. Os Anjos do Senhor digam todos nos céus e na terra: Amém!".

Disse ter seguido a lei judaica até o ano de 1723, convertendo-se de novo a partir de então ao cristianismo. Ao ser indagado sobre seu passado, demonstrou ter seguido a mesma socialização dos cristãos-velhos de seu tempo, sendo batisado pequenino e crismado já rapaz, pelo Bispo da Guarda, recitando de memória as principais orações que todo católico devia conhecer. Antes de cruzar o Atlântico, viajara por diversas terras de norte a sul de Portugal, inclusive ao vizinho reino de Castela. Ao ser investigada sua crença, declarou que no tempo que estivera apartado da fé cristã, deixara de acreditar na Santíssima Trindade e nos Sacramentos, embora continuasse a praticar as obras de cristão, porém só de fachada, para não despertar suspeita de que era filho de Israel. Confirmou que respeitava o sábado judeu e não o domingo cristão, tanto que "só comia no sábado depois de sair a estrela no céu, a qual ia observar, fazendo oblações, cerimônias e modos de reza dos judeus, rezando de mãos abertas, palmas levantadas, levando-se muitas vezes e sempre que rezava antes de cear, levantando as mão sem cruzar os dedos, molhando os beiços com o dedo, guardando a carne em um pano, enquanto o caldo e a couve lançava no vaso imundo...". Foi categórico porém em contradizer uma série de acusações de práticas judaizantes, inclusive negando ter observado os jejuns judaicos após 1723.

Confrontadas as inúmeras acusações de seus cúmplices com suas reduzidas confissões, consideraram os juizes inquisitoriais, assim como o Conselho Geral, que o réu manifestava "malícia, fingimento, diminuição, sendo hereje impenitente, apóstata, ficto, falso e simulado", motivo suficiente, de acordo com o **Regimento do Santo Ofício**, para condená-lo à pena de morte.

Aos 6 de setembro de 1733 o réu tem suas mãos atadas, sendo avisado que ia ser queimado e que tratasse de descarregar sua consciência do que omitira na confissão. Na porta de seu cárcere o jesuita Padre Jacinto da Costa ficou à disposição para o caso de solicitar a absolvição. Tudo faz crer que recusou reconciliar-se com a fé católica.

Fernando Henrique Alvares foi sentenciado no Auto de Fé que realizou-se na Igreja de São Domingos de Lisboa, aos 20 de setembro de 1733, estando presente el Rei D. João V, o Príncipe D. José e outros infantes reais. 59 presos ouviram nesta ocasião suas condenações, a maior parte deles sendo degredados para as galés ou para o ultramar. Destes, cinco judeus foram queimados, entre eles, nosso desafortunado tratante de Penedo. Que descance em paz!

5. AGENTES DA INQUISIÇÃO EM ALAGOAS

Como já antecipamos, não existindo Tribunal da Inquisição

no Brasil, cabia aos Comissários e Familiares do Santo Ofício a importante e temida função de denunciar, fazer inquéritos, sequestrar, prender e remeter para Lisboa os réus de delitos religiosos ou sexuais pertencentes à alçada inquisitorial. De acordo com a autora de **A inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**, só a partir de 1613 que a Inquisição autorizou a nomeação destes funcionários nas Capitanias de Pernambuco e Bahia, tendo localizado, de 1613 a 1821, um total de 1372 destes "espiões" atuando nesta região. Em Pernambuco teriam existido no século XVII 148 destes oficiais, 514 no XVIII e 22 no XIX (20).

Até agora localizamos um total de 9 agentes inquisitoriais residentes nas Alagoas, a saber, 4 Familiares: Antonio Araujo Barbosa, Antonio Joaquim Lamenha, Gonçalo Lemos Barbosa, João de Basto, além de 5 Comissários: Agostinho Rabelo de Almeida, Antonio Correia da Paz, Domingos Araujo Lima, Gabriel José Pereira de Sampario e Lourenço Pereira de Carvalho Gama.

Consideramos assaz elevado este número, pois na vizinha Capitania de Sergipe del Rei, onde o Santo Ofício fez três vezes mais vítimas, só encontramos um Comissário e três Familiares (21). Parece-nos que a elite branca nas Alagoas descobriu tardiamente as vantagens sociais de filiar-se a esta temível instituição eclesiástica, daí predominarem na Comarca candidaturas ao oficialato inquisitorial quando este Monstro Sagrado já entrava em seus extertores. Tanto que já era voz corrente na "intelligentzia" pernambucana nos finais do século XVIII que a Inquisição estava para ser extinta, enquanto em Alagoas ainda há moradores candidatando-se à cargos do Santo Ofício já no século XIX.

Salvo erro, o mais antigo funcionário inquisitorial a atual em Alagoas foi o **Padre Antonio Correia da Paz**, natural e morador na vila da Madalena, cuja confirmação como Comissário do Santo Ofício traz a data 1678, dois anos após o início da campanha contra o Quilombo de Palmares. Era "licenciado", i.e., "aprovado nos exames de conclusões magnas na Universidade", o que sugere portanto ter vivido alguns anos no Reino, certamente em Coimbra, onde iam estudar privilegiados da América Portuguesa (22).

Igualmente como ocorria na Espanha e Portugal, também no Brasil encontramos diversas famílias em que mais de um membro obteve o privilégio de ser habilitado pelo Santo Ofício. Fenômeno que nas Alagoas teve início com este primeiro Comissário, pois alguns anos mais tarde, em 1696, **Antonio de Araujo Barbosa** recebe a venera de Familiar, sendo casado com Mariana Araujo, irmã inteira do citado Comissário Correia da Paz (23). Este novo Familiar era português, natural de Santo Estêvão da Facha, Bispado de Braga, e como seu cunhado licenciado, também morava na vila de Santa Maria Madalena. Assim sendo, nos finais do século XVII existiam quando menos dois espiões inquisitoriais em Alagoas, parentes entre si e residentes na mesma freguesia.

Um terceiro membro deste clã a ser igualmente agraciado com o Comissariato foi o **Padre Agostinho Rabelo de Almeida**, nascido em 1726, batisado na matriz de Nossa Senhora da Conceição da Madalena aos 14 de abril do mesmo ano, tendo como celebrante o Padre Inácio Rabelo Marinho. Em seu processo lemos que o citado Comissário Correia da Paz era tio avô materno, posto serem ambos tetranetos da mesma matriarca (24). Beirava os 30 anos quando em 1755 enviou o Padre Agostinho o seguinte requerimento à Casa do Rocio: "Diz o Padre Agostinho Rabelo de Almeida, natural e morador na vila de N.Sª da Conceição das Alagoas, distante 80 léguas de Olinda, que deseja servir a Vossas Mercês e ao Santo Tribunal no ministério de Comissário, para cujo emprego se acha com os requisitos necessários e que na dita Comarca não há comissário algum".

De fato, nesta primeira metade do século XVIII só devia residir na região apenas um Familiar do Santo Ofício, **Gonçalo Lemos Barbosa**, natural e morador nas Alagoas, habilitado no ano de 1716 (25), o que nos permite concluir que o Comissário **Domingos Araujo Lima**, morador na vila da Conceição, cuja habilitação traz a data de 1709, certamente já havia falecido (26).

Como era de praxe, indica o habilitando os nomes e locais de nascimento de seus pais e avós, facilitando assim a pesquisa a ser feita pelos Inquisidores de que estava efetivamente isento de qualquer "sangue impuro de judeu, mouro, negro e mulato", condição **sine qua non** para a admissão de todo candidato aos quadros inquisitoriais. No Reino são consultados os registros de condenados nas três Inquisições (Lisboa, Coimbra e Évora), não se encontrando nada que comprometesse sua parentela. Meticuloso, o Santo Ofício manda fazer inquirições em Guimarães, terra de origem de seus antepassados lusitanos: lá, uma anciã de 90 anos diz lembrar-se ainda do avô do candidato, aliás, portador de seu mesmo onomástico, e que residia à Rua Direita do Cabeçudo em Vila Nova de Gaia, tendo embarcado para o Brasil ainda rapagote, "sem emprego nem ofício algum".

Mais dois sumários são realizados no Brasil, em Santa Luzia das Alagoas do Norte, tendo o Padre Manuel José Cabral como notário e o Padre Jerônimo de Brito Bezerra como condutor. Doze perguntas são feitas às testemunhas, todas afiançando que o candidato era cristão velho "sem parentesco com qualqur infecta nação, sendo de semplar modéstia, virtude e grande capacidade para dar conta de qualquer negócio de peso, importância e segredo que se lhe encarregar, vivendo com decoro e decência, sendo possuidor de dois escravos e sem notícia de que tenha filhos ilegítimos".

O segundo sumário tem lugar em Nossa Senhora da Conceição das Alagoas do Sul, coincidentemente sendo relator o mesmo vigário que em 1757 oficiara o casamento do bígamo Bento Ferreira.

Ao todo deram depoimento 23 alagoanos, suas idades variando de 55 a 104 anos (!), vários capitães mores, alferes, lavradores e criadores, inclusive um músico, dos quais apenas um não sabia assinar o nome, uma amostra seleta de intelectualidade local. Curioso detalhe: as testemunhas ouvidas em Portugal ostentavam caligrafia mais garranchosa que a dos nossos colonos. Todos atestam ser o habilitando pessoa digna e idônea.

Onze anos decorrem até que aos 23 de maio de 1766 o Padre Agostinho Rabelo de Almeida recebe sua tão esperada comenda de Comissário do Santo Ofício, tendo gasto para tanto 36$932 récis com as despesas cartoriais. Era o terceiro membro de sua família a ser habilitado nas Alagoas (27).

Os últimos funcionários inquisitoriais a atuar na Comarca foram habilitados quando o Monstro Sagrado entrava em mortal agonia. em 1808 recebe a comenda de Comissário o **Padre Gabriel José Pereira de Sampaio**, natural da Bahia e morador em Penedo, onde exercia a função de Professor Régio de Latinidade (28). Dois anos depois, em 1810, é a vez do negociante lusitano **João de Basto**, morador na vila das Alagoas, ser nomeado Familiar do Santo Ofício. Como a maior parte destes funcionários leigos, era solteiro, dada a dificuldade de encontrar na América Portuguesa noivas de confirmada "limpeza de sangue" (29). O derradeiro alagoano a ter seu nome aprovado pela Inquisição foi o **Padre Lourenço Pereira de Carvalho Gama**, natural da vila de Alagoas e coadjutor na freguesia de São Miguel (30). Foi habilitado em 1811 e provavelmente não chegou a receber nenhuma missão por parte dos inquisidores, pois já em 1821 é enterrado este Monstro Sagrado que por quase três séculos atanazou a vida de nossos antepassados.

Uma triste página da história do Brasil e de Alagoas, onde a intolerância e arbítrio tinham foros de legitimidade.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

(+) Este ensaio foi apresentado como conferência na Universidade Federal de Alagoas, em Maceió, aos 6 de junho de 1991. Agradeço ao CNPq a bolsa que me permitiu coletar estas informações nos Arquivos de Portugal. Sou igualmente grato aos Professores Douglas Apratto e Fernando Lobo pela viabilização do Ciclo de Conferências na UFAL.

1) Mendonça, José L.D. & Moreira, Antonio J.
História dos Principais Actos e Procedimentos da Inquisição em Portugal. Lisboa, Imprensa Nacional, 1980.

2) Siqueira, Sônia
A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial. S. Paulo, Ed. Atica, 1978 Novinsky, Anita
A Inquisição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982

3) Mott, Luiz
Regimento dos Comissários e seus escrivães, dos Qualificadores e Familiares do Santo Offcio. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1989

4) Pereira da Costa, F.A.
Anais Pernambucanos. Recife, Fundarte, 1983, vol. 6, p. 172

5) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Proc. nº 3129

6) Frei João de Santa Angela
Conclusiones Variae Theologiae. Lisboa, Oficina de Manoel Menescal Costa, 1754
Oração Panegírico fúnebre na morte do fidelíssimo e augustíssimo rei D. João V. Lisboa, Oficina de Francisco da Silva, 1755

7) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, I.L. Caderno do Solicitante nº 30, fl. 149

8) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, I.L. Caderno do Promotor nº 128, (18-10-1764)

9) Vainfas, Ronaldo
O Trópico dos Pecados. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989

10) Mott, Luiz
"Maria, Virgem ou Não? Quatro Séculos de contestação no Brasil", in **O Sexo Proibido,** Campinas, Editora Papirus, 1989

11) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, I.L. Caderno do Promotor nº 128, (1766)

12) Vainfas, Ronaldo. **Op. Cit.** p. 47 e ss.

13) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, I.L. Caderno do Promotor nº 134, fl. 82

14) **Regimento da Inquisição Portuguesa** (1774).
Lisboa, Edições Excelsior, 1971, título XII.

15) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, I.L. Processo nº 8657, (1762)

16) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, I.L. Processo nº 2823, (1793)
Outra alagoana, Maria Simoa, 36 anos, casada com Antonio Pereira da Cunha, estudante, natural de Porto Calvo e moradora na Freguesia de Pojucó, foi igualmente presa pelo Santo Ofício pelo crime de bigamia, saindo condenada a 4 anos de degredo para Castro Mearim, no Algarve, no Auto de 16 de novembro de 1749. Infelizmente não dispomos de mais detalhes sobre este processo.

17) Wiznitzer, Arnold
Os Judeus no Brasil Colonial. São Paulo, Editora Pioneira, 1966, p. 104

18) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, I.L. Processo nº 8172

19) Mott, Luiz
"A Inquisição na Paraíba", (Conferência na UFPb, 20 p.)

20) Siqueira, Sônia. **Op. cit.** p. 181

21) Mott, Luiz
A Inquisição em Sergipe. Aracajú, Fundesc, 1989

22) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações do Santo Ofício, Maço 20/612-622

23) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações do Santo Ofício, Maço 27/744

24) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações do Santo Ofício, Maço 6/89

25) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações do Santo Ofício, Maço 8/112

26) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações do Santo Ofício, Maço 19/391

27) Interessante documento sobre os bens móveis deste sacerdote pode ser consultado no Arquivo Histórico, Ultramarino, Caixa 2, Alagoas, 1803.

28) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações do Santo Ofício, Maço 4/40

29) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações do Santo Ofício, Maço 128/2007

30) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações do Santo Ofício, Maço 10/150
Agradeço à mestranda Daniela Calainho a indicação de alguns nomes de Familiares do Santo Ofício residentes em Alagoas.

A POLÍCIA CIVIL NO INÍCIO DA REPÚBLICA

A POLÍCIA CIVIL NO INÍCIO DA REPÚBLICA

JOSÉ ALBERTO SALDANHA DE OLIVEIRA

I — APRESENTAÇÃO

Este trabalho é fruto do desenvolvimento da disciplina "Técnica de Pesquisa Histórica", integrante do Mestrado em História da UFPE, ministrada pelo Prof. Armando Souto Maior.

Seu objetivo foi conhecer um pouco do comportamento da Polícia Civil de Pernambuco, logo após a Proclamação da República.

Numa época, em que os ofícios da Chefatura de Polícia para o Governo, falam mais da vida do Estado, do que os jornais diários. Torna-se de suma importância o envolvimento com a documentação referente a Polícia Civil, existente no Arquivo Público de Pernambuco.

Foram analisados os Códices de número 216, 217 e 218 pertencentes ao ano de 1890, infelizmente o de número 215, que traria os meses de outubro e novembro de 1889, o período que se prepara a Proclamação da República, desapareceu do Arquivo.

Além disso, houve a consulta aos jornais Diário de Pernambuco e A Província. Periódicos que enriqueceram a pesquisa.

O resultado final é mais um componente ao estudo das modificações trazidas às instituições pela Proclamação da República.

II — INTRODUÇÃO

O que mudou com a República? Como ela se consolidou?

Essa é uma questão ainda objeto de investigação.

O historiador José Murilo de Carvalho em recente livro "A FORMAÇÃO DAS ALMAS — O Imaginário da República no Brasil", trabalhou com o imaginário coletivo. Os mitos de origem, o herói cívico, o imaginário Contista. Procurou identificar até que ponto as utopias republicanas encontraram sintonias com os desejos populares.

De uma maneira geral, existe um certo consenso diante da aludida pergunta.

A situação social do país, depois da Proclamação da República sofreu poucas alterações. A República não rompeu com as

estruturas exploradoras que atingiam a grande massa da população. Continuou pesando sobre os ombros da nação a herança amarga de um longo passado colonial. A riqueza continuou excessivamente concentrada em algumas poucas mãos, enquanto a economia permaneceu baseada na monocultura, com uma produção agrícola voltada para o mercado externo. As poucas mudanças trazidas pela Proclamação da República circunscreveram-se às instituições políticas.

Nessa pesquisa sobre a Polícia Civil no início da República, as próprias mudanças institucionais não aparecem de forma tão visível, pelo menos dentro do espírito federalista, de autonomia dos Estados.

A influência militar, que foi sem dúvida muito grande nos primeiros anos da República, não deixaria de se fazer presente em Pernambuco.

No dia 21 de novembro de 1889, o "Diário de Pernambuco" informa que fôra nomeado no dia anterior pelo Governo Provisório, o General José Simeão de Oliveira, Governador de Pernambuco. Este governaria até princípio de maio do ano seguinte.

Um militar para dirigir um Estado, que já não estava no centro do desenvolvimento econômico do país e que considerava o Gabinete Imperial o responsável por esta situação.

Em editorial intitulado "Revolução" publicado no dia seguinte a Proclamação da República, afirma o Diário de Pernambuco:

"O Exército e a Armada impondo-se pela força fizeram explosão, e a revolução campeia nas ruas do Rio de Janeiro, proclamando-se a República!

E o Sr. Visconde de Ouro Preto creação de uma conspiração do Paço cahé, como o mais imprevidente dos mortais, por outra conspiração de quartéis!

A revolução, que aparece triumphante na Côrte é a consequência fatal do que se tem visto no paiz desde maio do corrente ano".

Recebiam a República com gosto de vingança, mas também com a devida cautela de quem já aprendera muito com as chamadas revoluções.

É o que deixa transparecer o editorial do dia 17 de novembro de 1889 do "Diário".

"(...) Resta que o Governo Provisório creado na Côrte, inspirando-se nos bons princípios governamentaes ausculte as palpitações do paiz e obedeça à diretriz assignalada pela resultante dessas palpitações para encaminhar o paiz pela senda do progresso no seio da ordem e sob a égide da liberdade.

Chegamos ao ponto de dizer como Thiers, o grande salvador da França em 1871: A República será conservadora ou não subsistirá".

III — O COMPORTAMENTO DA MÁQUINA POLICIAL

A principal modificação vem acontecer na forma de tratamento das autoridades.

De uma hora para outra, todos viraram cidadão. "A igualdade jacobina do cidadão foi aqui logo adaptada às hierarquias locais: havia o cidadão, o cidadão-doutor e até mesmo o cidadão-doutor-general". (José Murilo de Carvalho — A Formação das Almas" — pág. 26).

Substitui-se nas correspondências oficiais, o solene e católico "Deus Guarde Vossa Excelência" pelo "Saúde e Fraternidade".

Afora isso, é de se supor, que a mesa de despacho de um Governador deveria ter uns 10 metros de comprimento, com 5 assessores de cada lado, trabalhando 20 horas por dia, para que o Cidadão-Governador desse vencimento aos vários ofícios. Pois se o chefe de polícia tinha obrigação de tudo comunicar e pedir autorização, isso não seria diferente para com as outras repartições.

Qualquer deslocamento de praças da capital para o interior e entre cidades interioranas, necessita que o Governador comunique-se com o administrador dos transportes ferroviários ou marítimos, este providencia o passe, que volta as mãos do Governador, que envia para o Chefe de Polícia.

Tanto a Chefatura de Polícia, quanto as delegacias não tinham autonomia administrativa e, principalmente, financeira. O que impedia uma maior funcionalidade da máquina policial.

A falta de uma infra-estrutura física nas cidades interioranas, levava com que fossem estabelecidos contratos de locação entre os delegados ou subdelegados com os moradores locais, proprietários de imóveis capazes de servirem de prisão e quartel.

Estes contratos eram, alguns, de prazo indefinido, outros de cinco anos. Com um pagamento anual variando neste período (1890) entre 5 e 15 mil réis.

É importante salientar que estes contratos duraram por muito tempo. Só rompidos quando os imóveis estavam em péssimas condições. Praticamente não existia a visão de futuro, de dotar a estrutura policial de condições melhores de trabalho e de racionalizar a aplicação dos recursos públicos, construindo cadeias e quartéis, ao invés do contínuo aluguel de residências de terceiros.

Este tipo de preocupação só veio a ser manifestada, quando a sêca que já durava 3 anos, leva o Delegado de Boa Vista a solicitar ao Governo, a formação de frentes de trabalho — "para dar ocupação a pobreza" — que propiciariam a construção de açudes nas caatingas do município e prédios públicos como a cadeia, já que não existia uma casa adequada para este fim.

O planejamento global do Governo não existe. Para que

construir uma estrutura carceraria no interior. Manda todos os presos para a Casa de Detenção. "Lá cabe todo mundo".

As nomeações e demissões de delegados, subdelegados, suplentes continuaram no mesmo estilo do Império. Uma hora eram os interesses dos chefes locais que sensibilizavam o Chefe de Polícia ou o Governador, outra era a demonstração de força por parte do Governo Estadual junto aos coronéis.

Em Lage Grande, pertencente ao município de Bonito, diante dos distúrbios acontecidos no início de maio, entre monarquistas e republicanos, aonde os "Viva a monarquia!", "Viva a República!", eram entremeados por muita pancadaria, o Governo não titubeou em mandar uma diligência para acalmar os ânimos.

Foi aberto inquérito e constatou-se a "falta de energia, coragem e precisão atividade do Delegado de Polícia de Bonito, Alferes do Corpo Policial Theodomiro Thomaz Cavalcante Pessôa". (PC 216, DOC 119 - 17/JAN).

Em 22 de janeiro é feito o pedido de sua exoneração.

Uma outra demonstração de falta de planejamento está na disposição das forças policiais.

Apesar dos ofícios sempre lembrarem dos atos serem "por conveniência do serviço público". A conveniência refletia a incapacidade política para se opor ao poder dos chefes municipais.

Na medida em que, quadrilhas eram formadas ou ocorriam ações de saques pela população, muito provavelmente por conta da sêca, é que as praças eram deslocadas de cidades "onde a tranquilidade pública se tem conservada inalterável" para os locais de conflito.

Era comum, diante da escassez de recursos materiais e humanos, os delegados recrutarem, temporariamente, paisanos recebendo um salário diário, para o auxílio na guarnição dos presos e para empreender eventuais capturas. Como não poderia deixar de ser, a autorização para o pagamento desse salário varia do Governador.

Ocorre uma tentativa de mudança, quando o Sr. Antonio Antunes Ribas, — que fora nomeado pelo Governo Provisório do país para o cargo de Chefe de Polícia, em substituição ao Sr. José Izidoro Martins Junior — em menos de um mês de exercício do cargo propõe a divisão da força policial do Estado por regiões. A fim de cessarem as contínuas reclamações e as constantes remoções de praças.

"Com um ponto central, que será designado, permanecendo em cada região uma companhia, de modo que em qualquer emergência os destacamentos maiores darão auxílio para as localidades onde haja menos número de praças" (PC 216, DOC 190 30/JUN).

As regiões seriam sete. A aprovação do Governador foi obtida. É providenciado a renovação e o aumento do armamento necessário para essa nova tarefa. No entanto, 1890 se passou e o Chefe de Polícia não conseguiu implantar sua proposta.

Isso vem reforçar o quadro da Proclamação e o início da República.

Um movimento que não rompe as amarras estruturais do desenvolvimento do país, que não encontra sintonia com o povo.

E como num primeiro momento, foram os militares e os teóricos positivistas que comandaram a nação, acharam esses, que com boas idéias, leis e regulamentos a face do pais seria mudada.

Os exemplos a seguir são bastante ilustrativos.

A partir de 22 de janeiro o Governo emite uma série de circulares de caráter social, que vão deixar o Chefe de Polícia de "dedo duro" de tanto reafirmá-las.

A primeira delas (22/janeiro) dá prosseguimento a Lei contra a vagabundagem. Acha-se sujeito às penas de 8 a 24 dias de prisão com trabalho, quem não tiver uma ocupação útil e honesta. Os que se propõem a regenerar devem assinar um termo de "Bem Viver".

A circular de 31/janeiro recomenda o recolhimento dos mendigos e cegos ao Asylo de Mendicidade. Com excessão dos que forem portadores de um cartão fornecido pela Secretaria de Polícia.

A terceira circular datada de 23/fevereiro, solicita aos delegados que se abstenham o máximo possível de intervir em assuntos de "Direito Privado e Questões de Terras".

Em 6 de março, trata-se da moderação que deve ser dispensada, por parte das autoridades policiais no tratamento aos cidadãos detidos.

"Martyrizar um cidadão inerme, abusar da força e do poder contra os fracos, além de ser um crime no funcionário e uma covardia no homem, é negação completa dos sentimentos de fraternidade, que constituem as bases da República". (PC 217, DOC 52, 6/março).

Significa a tentativa de disciplinar uma sociedade, como se esta vivesse grandes transformações, aonde o bem estar social fosse uma realidade e as classes tivessem alcançado o amadurecimento do "Estado de Direito".

Ao contrário, o que vamos encontrar, são delegados cuidando do seu "status" e do futuro da família, "administrando conflitos de direito privado e questões de terra".

A criação do "Cidadão-Mendigo", através do cartão de mendicidade cedido pela polícia.

Os exames de corpo delito ou as autópsias, realizadas nos cidadãos atingidos pela exarcebação da autoridade policial, salvo aqueles que conseguiram as páginas dos jornais (A Província — "Morto pela Polícia" — 25/julho/1890); boa parte deles acabaram comprovando a "igualdade e a fraternidade" imperante na sociedade.

IV — A CASA DE DETENÇÃO

Para a Casa de Detenção não existia limites.

Todo tipo de preso vinha para este presídio. Embriagados, ofensas à moral pública, crime de defloramento, vagabundagem, desordem, "alienação mental", etc.

Esta casa era o entreposto para Fernando de Noronha ou para o Azilo da Tamarineira.

A morosidade do sistema judiciário estimulava cada vez mais a superlotação do presídio. Delitos simples como alguns citados acima, levavam mais de 1 ano para serem julgados.

A Casa de Detenção era sinônimo de 2 coisas: falta de higiene e doenças contagiosas.

Eram constantes os pedidos de tubos de "lynphonvacinica" para inocular detentos contra a cólera.

Contrair varíola ou beriberi, também era um dos serviços prestados pela Casa de Detenção.

A situação melhorava um pouco, na medida em que os próprios presos desenvolviam um trabalho de asseio e limpeza na Casa.

Esperando receber um salário por serviço prestado, alguns presos revezavam na limpeza das celas e na lavagem das roupas da enfermaria.

Não sabemos se essa atividade incidiria na redução da pena. O que deveria ser justo, pois lavar roupa de enfermaria num ambiente como este, provavelmente deve ter diminuido o tempo de vida dos voluntários.

Um outro aspecto complementar do ambiente "saudável", são os costumeiros pedidos de licença dos guardas deste presídio.

Estas licenças para o tratamento de saúde tinham a duração de 3 meses.

Vale ressaltar a continuação da não existência do planejamento da política preventiva.

O cidadão que entrava na Casa de Detenção não tinha a perspectiva da sua **recuperação social.** Seu destino era travar uma batalha olímpica contra as doenças e a morte.

A utilização do presidio de Fernando de Noronha, pelo menos no que pesquisamos, tinha um caráter muito menos de presídio político e muito mais de ante-sala de um cemitério.

Para lá, eram enviados todos aqueles que estavam sem "possibilidade" de cura de suas doenças. Na sua maioria "predispostos e atacados de beriberi".

Não esquecendo, que para Fernando de Noronha também iam os "desordeiros e larápios" que não tinham condições de corrigirem -se na Casa de Detenção.

V — NA CIDADE

Um dos grandes problemas para a Chefatura de Polícia, na cidade do Recife era a via férrea.

A cidade entrecortada pelos trilhos, assistia constantemente os esmagamentos de transeuntes, provocados pelo excesso de velocidade dos trens.

Em documento de 26/fevereiro, destinado aos gerentes das vias férreas, solicita o Chefe de Polícia que estes ordenem aos maquinistas marcha moderada nos limites urbanos do Recife.

"Uma cidade populosa, como esta, não pode ser percorrida por trem de ferro em carreira vertiginosa, com risco de esmagarem a todo instante os transeuntes, como por diversas vezes tem acontecido ultimamente.

Bem assim não devem os comboios faser parada nas curvas das linhas quasi sempre no cruzamento das ruas, impedindo o transito". (PCC. 2217, DOC 45 - 26/fev).

O combate aos "jogos de azar" também fazia parte da rotina policial.

No início de março, baseado no ato governamental de 20 de janeiro do mesmo ano, que proibia a venda de bilhetes de loterias de outros Estados, as autoridades policiais desenvolveram uma forte campanha para apreensão dos bilhetes e prisão dos cambistas.

A repressão às Casas de Jogos, que eram clandestinas, se dava de forma mais violenta. Todos os jogadores eram presos e todo o material era apreendido.

O cerco às Casas acontecia no início da madrugada. O que propiciava a prisão de um número maior de jogadores como, principalmente, de uma boa quantia de dinheiro.

Numa batida realizada no dia 6/julho, pela 2ª Estação da Guarda Cívica em casas situadas no "Beco do Noronha", "Travessa das Crioulas" e "Rua da Lapa", efetuou-se a prisão de 25 jogadores, todos os jogos e a quantia de 32$920 mil réis.

Cerca de 12 horas depois é que os presos foram soltos.

Ilustrativo é o Chefe de Polícia explicitando o procedimento do Subdelegado da Freguesia do Recife.

"Os objetos apprehendidos foram remettidos a esta repartição, a excepção da quantia encontrada, a qual não tendo sido reclamada, resolveu a alludida autoridade distribuir por pessoas pobres da freguezia, das quais oportunamente dará sciencia a esta chefatura". (PC, DOC 151, 7/julho).

Fica difícil supor que alguém, após ter sido preso, passar 12 horas detido, sofrendo privações, tenha a insensatez de reclamar a devolução de uma quantia adquirida através de "jogo de azar".

É provável que o espírito humanitário, possível em boa parte

dos homens, tenha se feito presente no referido Subdelegado.

Entretanto, a falta de autonomia administrativa e financeira da estrutura policial, acrescida de um baixo salário, leva a crer que os 32$920 mil réis possam ter tido um destino um pouco diferente do que foi citado.

VI – CONCLUSÃO

Este período que pesquisamos reflete o primeiro **Round** da luta entre a classe agrário-exportadora e os militares. Onde estes últimos conseguem fazer valer a "priori," – se é que existia – o seu projeto político.

Os militares não viam com bons olhos a autonomia estadual. Adotavam uma postura nacionalista e protetora da República.

Mas como as Forças Armadas não são classe social e, ainda por cima, as rivalidades internas entre Exército e Marinha, deodoristas e florianistas eram constantes. Paulatinamente o poder foi sendo compartilhado com o Núcleo Agrário - Exportador, até cederem por completo as rédeas do Governo.

Apesar da expansão econômica do país ter seu eixo no sul, através da oligarquia paulista, o fato das Forças Armadas carecerem de uma base social estável, estimulou com que o "senhores do açúcar" de Pernambuco fossem compartilhando do poder local.

Como a Proclamação da República chegou de forma indiferente para o novo, pois em nada mudou a sua vida, a ação dos bem intencionados militares ou positivistas em estabelecer, através de circulares e leis, uma nova máquina administrativa, esbarrou diante da força do latifúndio.

O destino do "cidadão-povo" era as pequenas cadeias interioranas ou as instalações da Casa de Detenção, por serem vagabundos, bêbados, desordeiros ou alienados mentais.

As tentativas de melhorar a vida por meio da "fezinha" eram reprimidas. O homem novo, o cidadão, não podia ter uma conduta que era o oposto do ideal do progresso, só alcançado com a necessária ordem social.

Àqueles que estavam no interior, a grande maioria, submetidos ao jugo do latifúndio, a República trouxe, se muito, a mudança de um delegado por outro.

O sofrimento com as constantes secas continuava sendo tratado do mesmo modo: repressão policial quando da ocorrência de saques nas cidades ou mão-de-obra barata nas frentes de trabalho, o que valorizavam as propriedades dos donos de terra.

OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DA LAGOA DO JEQUIÁ

OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DA LAGOA DO JEQUIÁ

LEVANTAMENTO EXPLORATÓRIO

Marcos Albuquerque
Veleda Lucena

RESUMO

O presente artigo traz os resultados do levantamento exploratório de sítios arqueológicos, realizado na periferia da Lagoa do Jequiá, no Estado de Alagoas.

A orientação dos trabalhos enfoca além da consulta bibliográfica genérica e específica da área, o levantamento da toponímia local. Abrange ainda outras linhas de abordagem da prospecção arqueológica: avaliação dos espaços ocupacionais locais, face aos eventos paleoclimáticos e as conseqüentes variações no nível marinho, correlacionando-os aos aspectos da geomorfologia da área. Ainda, com base nos dados atuais de flora e fauna, buscou-se a avaliação das disponibilidades de recursos naturais, face às variações climáticas consideradas no período.

Põe ainda em relevo questões da atual ocupação do solo e seus reflexos na preservação de sítios arqueológicos e os riscos de destruição.

INTRODUÇÃO

A área litorânea do Nordeste tem sido pouco explorada do ponto de vista arqueológico. Exceção feita a alguns sítios arqueológicos esparsos identificados na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, pouco se conhece da ocupação pré-histórica da faixa litorânea nordestina. Tal constatação gera lacunas tanto para os trabalhos de conotação regional, quanto para aqueles que visam o estudo do processo de ocupação por grupos específicos.

O litoral alagoano, em seu trecho fisiograficamente dominado pela presença de lagoas, corresponde a uma destas lacunas no conhecimento da pré-história regional. O projeto "PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA NA LAGOA DO JEQUIÁ-ALAGOAS", financiado pela SPHAN, concentra sua atenção em um enfoque espacial, abrangendo cronologicamente toda a amplitude pré-histórica.

Por se tratar de uma área ainda não explorada pela pesquisa arqueológica, o trabalho aí desenvolvido assumiu um caráter de pesquisa exploratória, no que se refere ao espaço considerado. Por outro lado, o conhecimento da ocupação pré-histórica, em seus

modelos abrangentes, assim como os dados disponíveis referentes às variações do nível do mar, permitiram se estabelecer as hipóteses condutoras da metodologia de campo.

A consulta à bibliografia genérica relativa aos municípios de São Miguel dos Campos e de Coruripe — o primeiro, limitrofe à Lagoa, e o segundo, de jurisdição — permitiu a catalogação de diversas referências da tradição oral, relativas à presença pré-histórica. São "histórias de botijas", — frequentemente relacionadas à presença de urnas funerárias pré-históricas — e "tesouros holandeses escondidos em grutas" — normalmente associado à presença de inscrições rupestres. Estas informações entretanto dizem respeito a áreas do Engenho Santo Antonio do Furado, e às proximidades da sede do município de São Miguel dos Campos. Na bibliografia consultada não se obteve indícios de ocupação humana pré-histórica na área periférica à Lagoa.

Por outro lado, a bibliografia arqueológica brasileira tem demonstrado que em outras regiões da costa atlântica, os bordos das lagoas foram intensamente ocupados por populações pré-históriccas. A par destes dados, a análise da cartografia, apoiada em dados geomorfológicos e paleoclimáticos, permitem supor que a área oferecera condições favoráveis à ocupação humana pré-histórica, tanto nos moldes conhecidos na região, quanto naqueles reconhecidos para outras regiões.

Os trabalhos desenvolvidos na área não se propuseram a um levantamento exaustivo, mas restringiu-se exclusivamente à prospecção superficial da área. Preliminarmente foi procedido o levantamento bibliográfico, e a coleta de informações com os habitantes do local. A análise da cartografia permitiu o levantamento e a avaliação das áreas disponíveis à ocupação humana pré-histórica em diferentes períodos que correspondem a condições climáticas diferenciadas. Os sitios arqueológicos identificados foram cadastrados, e se buscou ainda avaliar os riscos de destruição e a possibilidade de sua escavação para fins de pesquisa.

METODOLOGIA

Os trabalhos preliminares para o levantamento de sitios arqueológicos na Lagoa do Jequiá se iniciaram através da consulta à bibliografia arqueológica relativa à área litorânea do Nordeste, buscando-se ressaltar os modelos de ocupação identificados na região. Ainda com base na bibliografia arqueológica, se buscou selecionar os modelos de ocupação em áreas de lagoas, identificados tanto no litoral quanto no interior brasileiro. Foram ainda consultados

trabalhos relativos à geomorfologia regional, além de bibliografia genérica sobre a área.

O cadastro de informações de evidências de sítios arqueológicos do Laboratório de Arqueologia da UFPE, não registrava até então, ocorrências na área periférica à Lagoa.

A etapa seguinte dos trabalhos de laboratório se prendeu ao levantamento do material cartográfico da área, sua análise e avaliação. Os elementos buscados na análise preliminar da cartografia visavam se estabelecer os limites da área de interesse do Projeto, sua extensão e acesso, além da toponímia. Na etapa seguinte, foi analisada em detalhe a configuração topográfica da área de interesse, a distribuição das áreas afogadas, alagáveis e de terra firme. A análise dos perfis topográficos permitiu se identificar ainda as áreas mais sujeitas a processos erosivos, e aquelas sob ação de processos deposicionais. Tais cuidados preliminares visaram primordialmente dois aspectos: o primeiro, avaliar as chances do estabelecimento de assentamento humano, à luz dos modelos levantados na região, e estender esta avaliação aos modelos conhecidos no Brasil. Em segundo lugar, visando uma prospecção superficial, avaliar as chances de afloramento do material, as tendências de rolamento e de recobrimento por camadas recentes.

A partir da identificaçao dos espaços ocupacionais disponíveis, que se coadunavam com os modelos conhecidos na região, foram assinaladas as áreas prioritárias à prospecção. Tal seleção, em nenhuma hipótese significou restrição àquelas áreas, mas sim os pontos de partida do trabalho. Este procedimento se fazia necessário à medida que não se dispunha de informações sobre a ocorrência de sítios na área. Buscou-se identificar informantes locais entretanto esta empreitada não obteve sucesso em virtude de grande parte da população se dedicar prioritariamente à pesca. As pessoas contactadas, que desenvolviam atividade agrícola e que detinham alguma informação de interesse arqueológico perderam o referencial, em decorrência de uma rápida mudança na cobertura vegetal da área. Os locais outrora recobertos pela mata, em um curto espaço de tempo, transformaram-se em canavial.

Os critérios adotados na prospecção basearam-se nas observações procedidas em relação à topografia e aos espaços ocupacionais.

Não foram vistoriadas as áreas cobertas pelo canavial, exceto ao longo das estradas que as cortam.

ANÁLISE GEOMORFOLÓGICA E DE RECURSOS NATURAIS

A Lagoa do Jequiá é constituida pelo rio Jequiá, cuja foz, barrada por um terraço fluvio-marinho, permitiu a inundação dos

vales que correspondem à porção baixa do rio e de seus últimos afluentes.

A constituição geomorfológica da área corresponde à dissecação da Superfície dos Tabuleiros, nitidamente observável na área através das vastas extensões de áreas planas, cuja cota se mantém em torno dos setenta metros. O perfil topográfico faz ressaltar os vales estreitos e profundos que limitam os tabuleiros. As escarpas que constituem os vales em que se encaixa a Lagoa do Jequiá, se apresentam ligeiramente convexas, refletindo o clima predominantemente úmido durante sua constituição. Por outro lado, o gradiente das escarpas, freqüentemente ultrapassando os quarenta e cinco graus, e constituindo vales profundos, demonstram a variação das cotas do nível de base, entre o período de instalação da Superfície de Tabuleiros, a instalação do vale e o período atual.

A topografia natural na borda da Lagoa, apenas em alguns pontos apresenta a constituição de terraços, em sua maioria de cobertura nitidamente recente, quase sempre alagável. A proximidade das escarpas com a lâmina de água da Lagoa se faz ainda refletir através da ocupação do solo nos dias atuais. Os povoados instalados ao longo da borda da lagoa desenvolvem-se linearmente, paralelos às margens, encravados nas escarpas. As casas são instaladas em terreno firme, mediante um corte nas barreiras. Os terraços naturais praticamente não são ocupados, exceto para o plantio.

A vegetação nativa nas áreas planas e encostas, corresponde à Mata Atlântica. Nas porções em que as escarpas penetram na Lagoa, esta vegetação florestal se estende até as margens; nos terraços naturais, observa-se a transição para uma vegetação higrófila, herbácea, que reflete a pequena profundidade do nível freático.

A vegetação aquática marginal à Lagoa, sugere a predominância de uma flora de água doce. O terraço fluvio-marinho que se estende entre os Tabuleiros e a costa, apresenta-se pouco extenso na área. Sua largura viria em torno de dois quilômetros, onde está instalado o curso terminal do rio Jequiá, formando meandros e estabelecendo a conexão da Lagoa com o mar.

A vegetação nativa ribeirinha, neste trecho, é o "mangue". O contato com o mar se processa através de uma abertura do "cordão litorâneo". Nesta última porção, observa-se quase que a ausência de vegetação nativa, à excessão de algumas gramíneas e ciperáceas específicas das áreas arenosas.

Atualmente ainda se pode observar em diferentes pontos, os testemunhos da vegetação nativa. Entretanto, é também nítida a velocidade com que esta última vem cedendo lugar à vegetação implantada, sobretudo de coqueiros e de cana-de-açúcar. As pequenas parcelas com roças de milho, mandioca, amendoim, e inhame, não representam uma ocupação expressiva. A nível da população local, a tradição agrícola é restrita. A atividade econômica principal

encontra-se voltada para a pesca. Relativamente poucos se dedicam ao plantio de pequenas lavouras de subsistência, ocupando pequenas áreas na chã, ou seja, nos topos dos tabuleiros.

O plantio de coqueros, a nível de parcelas maiores predominou nas encostas, nos bordos da Lagoa, na planície litorânea, e iniciou sua expansão aos tabuleiros. Atualmente os tabuleiros, que até recentemente ainda eram ocupados pela Mata Atlântica, vêm sendo rapidamente cobertos pelo plantio de cana-de-açúcar. As modificações na ocupação do solo não se deram apenas a nível da extensão e da qualidade das culturas. Outra modificação marcante se dá em termos de manejo do solo. Praticamente em todo o tabuleiro e parte das encostas, onde é viável, se pratica uma agricultura mecanizada, inclusive com o emprego de máquinas pesadas. Do ponto de vista arqueológico, estas modificações assumem uma importância fundamental, no que se refere à preservação e à destruição dos sítios arqueológicos.

A fauna nativa se distribui em pelo menos três tipos de habitat principais: a terra firme — em que dominou a mata —, as águas — rio e lagoa —, e os alagados — os manguezais. Do ponto de vista de ocupações pré-históricas, esta diversidade de habitat, extremamente próximos uns dos outros, sugere uma disponibilidade de recursos alimentares relativamentte estável ao longo do ano. A julgar pela variedade e volume de peixes e crustáceos retirados destes ambientes nos dias atuais, é lícito se supor que a área representou um manancial extremamente abundante de proteína de origem animal. A diversidade das espécies, por seu turno, em função de uma sazonalidade não coincidente, garantiria um abastecimento praticamente contínuo.

A fauna terrestre, se encontra praticamente em vias de extinção, que é acelerada com a redução das áreas florestais.

O quadro atual da Lagoa do Jequiá e área periférica, permite se observar evidências das modificações que se sucederam, mormente durante o final do Pleistoceno e durante o Holoceno.

As profundidades registradas na Lagoa, e que atualmente são da ordem de pelo menos 13 metros, em determinados pontos (segundo informações de barqueiros locais), permitem se inferir que o nível de base, à época em que a erosão escavou os sedimentos atingindo esta profundidade, estaria abaixo deste ponto. Como não dispomos de dados referentes à espessura dos sedimentos recentes no fundo da Lagoa, podemos a priori considerar esta cota como a máxima profundidade. A nível de uma primeira aproximação, poder-se-ia considerar para uma avaliação cronológica, a comparação com os dados da curva proposta por Suguiu et alii (1985). Estes dados permitem se avaliar que a porção do vale do Jequiá que hoje se apresenta afogada, já em aproximadamente 7100 B.P., apresentava esta configuração. Seu afogamento progressivo se daria pela eleva-

ção do nível do mar a partir do início do Holoceno. Por ocasião do Altitermal, a área inundada se apresentava mais extensa, sem entretanto diferir substancialmente da atual distribuição. O elevado gradiente das vertentes responde pela pouca expansão que teria tido a Lagoa do Jequiá durante o Altitermal.

Não apenas a profundidade e a extensão da Lagoa teriam variado entre o Pleistoceno e os dias atuais. Modificações marcantes teriam ocorrido em termos de salinidade de suas águas. Tal variação, conseqüentemente, acarretaria a constituição de ecossistemas diferentes ao longo do tempo. As cotas marinhas mais elevadas, ou simplesmente a ausência do cordão litorâneo constituído pelo recuo das águas oceânicas, ou ainda, em período anterior ao do estabelecimento do terraço marinho na cota dos dois metros, permitiam uma afluência de águas salgadas. O desnível atual, entretanto, não chega a eliminar esta conexão. Entretanto, dados históricos dão conta de que o acesso à Lagoa do Jequiá, pelo mar, através do rio, era viável no período colonial às barcas de transporte de açúcar. Atualmente a conexão com o mar está praticamente cortada às embarcações, mesmo às de reduzido calado. Tal fato é razoável na medida em que a porção final do rio Jequiá, que conecta a Lagoa com o mar, é meandrante no terraço fluvio-marinho, se deslocando paralelamente à costa. Os sucessivos assoreamentos forçam a busca de um novo acesso ao mar.

Estas questões importam do ponto de vista da ocupação humana pré-histórica da área. A localização dos sítios necessariamente se vincula à distribuição das águas, à época.

Até o período histórico, ou mesmo até mais recentemente, a ação humana pouco interferia na história geomorfológica e ecológica da área.

A quase inexistência de um terraço na periferia da Lagoa, o elevado gradiente das encostas não favoreceriam o assentamento humano nas proximidades imediatas da Lagoa. Mesmo o trabalho agrícola seria mais penoso e exigiria uma maior rotatividade de terras — a serem desmatadas — face a rápida exaustão do solo das encostas. A simples análise do perfil topográfico sugere de imediato que as zonas tabulares teriam maior vocação habitacional, considerando-se que na bibliografia arqueológica brasileira, não há menção à prática de terraceamento. Por outro lado, caso tivesse ocorrido entre os grupos que habitaram o local a prática de construção de palafitas, estas evidências dificilmente poderiam ser observadas, mediante uma prospecção superficial. Além do que, face a topografia, o agrupamento seria extremamente vulnerável do ponto de vista estratégico.

Os assentamentos humanos históricos, dispostos linearmente, acompanhando trechos dos bordos da Lagoa, em sua quase totalidade foram precedidos de cortes na barreira, constituindo um

diminuto terraceamento de ação humana, normalmente individuais, e pouco coalescentes.

A introdução na área das fazendas de côco, e sua expansão rumo aos bordos da Lagoa, iniciam uma etapa de maior interferência humana no processo geomorfológico. Os coqueirais descem as encostas, e os trabalhos de "limpa", facilitam a erosão. Entretanto, é o avanço do canavial, e o intenso manejo mecanizado dos solos que o acompanha, que definitivamente vai acelerar o processo erosivo. Não apenas o processo erosivo, mas o conseqüente assoreamento da Lagoa. Do ponto de vista da identificação e preservação de sítios arqueológicos, a mecanização que atualmente se pratica, envolve dois problemas fundamentais. Destroi a estrutura do sítio, pelo menos até uma profundidade de aproximadamente 30 cm; promove uma inversão de camadas, favorece a compactação das camadas inferiores — que poderá provocar uma migração vertical descendente das peças. Em segundo lugar, favorecendo o assoreamento das partes baixas, recobre os vestígios superficiais porventura existentes nestas áreas. Um outro fator de menor gravidade, mas que poderia ser também considerado, é que a monotonia da paisagem do canavial destrói os marcos de referência dos antigos habitantes locais, dificultando ou mesmo impedindo a localização de vestígios outrora identificados.

Do ponto de vista da subsistência, ou melhor, dos recursos alimentares naturais disponíveis, as modificações processadas, sobretudo em termos de variação na salinidade, tiveram seus reflexos concentrados tanto na disponibilidade de água potável, quanto na alteração da fauna aquática. Nos dias atuais, alguns reflexos muito próximos podem ser observados: a presença de manguezais (onde se inclui a **Risophora mangle**), e a ausência de moluscos característicos destes ambientes — **Ostrea arborea**, e.g. Outro aspecto é a variação quantitativa de espécies, que vem sendo sentida pela população que se dedica à pesca. Referem-se à presença abundante, em tempos passados, de camarões de água salgada — hoje praticamente inexistentes —, e à abundância atual de camarões de água doce, inclusive o "pitu". A análise comparativa de listagens de peixe presentes na lagoa em diferentes períodos do ano, esclarece acerca do papel que aquela lagoa desempenha no ciclo vital daquelas espécies.

AVALIAÇÃO DOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS

A análise da bibliografia arqueológica consultada, bem como, de uma bibliografia paralela de apoio, como dicionários corográficos, etc., não conduziu à identificação de indícios referentes à ocupação pré-histórica da área envolvente à Lagoa do Jequiá. O mesmo não

ocorre com áreas relativamente próximas, sobretudo no município de São Miguel dos Campos, para onde foram anotadas inúmeras informações referentes a possíveis locais de enterramentos pré-históricos de grupos ceramistas.

Em termos da área periférica à Lagoa do Jequiá, além da ausência de informações referentes à ocupação pré-histórica, constatada na bibliografia consultada, a informação oral buscada se mostrou extremamente escassa. As raras informações obtidas se mostraram pouco viáveis de constatação, pois foram inviabilizadas pela falta de referencial por parte dos informantes. A dificuldade que apontaram para a localização, deve-se à implantação do canavial que de certa forma uniformiza a paisagem dos tabuleiros e destrói as referências naturais.

A avaliação da disponibilidade de espaço ocupacional, através da cartografia e geomorfologia da área, sugere a existência de três segmentos distintos, viáveis ao assentamento humano pré-histórico. Tais segmentos requerem por ocasião de uma prospecção, atenção diferenciada, sobretudo quanto à cronologia das ocupações, interrelacionada à organização social dos grupos pré-históricos e à respectiva capacidade de transformação e exploração do meio. Outro aspecto preponderante é a avaliação da disponibilidade de espaço ocupacional, ao longo do tempo, face às variações de nível do mar, que evidentemente tiveram seus reflexos na área.

Os trabalhos de prospecção foram orientados de acordo com esta ótica, de modo a possibilitar uma varredura temporal e organizacional, na área de interesse do trabalho.

MARGEM DA LAGOA DO JEQUIÁ

A periferia bordejante à Lagoa do Jequiá, poderia ter oferecido condições favoráveis à fixação de grupos de coletores lagunares. Em virtude da topografia adjacente, seria pouco provável a instalação de grupos de horticultores pré-históricos nos padrões até então conhecidos para a arqueologia brasileira.

Considerando a primeira hipótese, a equipe responsável pelas prospecções percorreu toda a periferia que margeia a Lagoa, por uma estrada carroçável, sem contudo ter localizado nenhum sítio arqueológico. Foi considerado, inclusive, nesta etapa do trabalho, a possibilidade da existência de uma cota mais elevada do nível da Lagoa em decorrência do Altitermal, o que reduziria, naquele período, a faixa de terra existente entre as escarpas e a borda da Lagoa.

A instalação de grupos de sambaqui, nesta área, seria obstaculada pela fragilidade estratégica imposta pela proximidade das

escarpas encimadas pelas áreas tabulares contiguas. Nos dias atuais, praticamente inexistem moluscos na Lagoa em decorrência do grau de salinidade existente, o que não invalida a possibilidade de, em períodos mais recuados, o quadro natural ser favorável à sua existência. A não localização de grupos de coletores de litoral não significa a sua inexistência, sobretudo porque a aceleração do processo erosivo, provocado pelas práticas agrícolas ora desenvolvidas, promove um progressivo assoreamento da Lagoa que poderia camuflar os vestígios de sítios desta natureza. Apenas o trabalho de prospecção exaustivo, poderia dirimir estas questões e pripiciar uma afirmação categórica.

AS ESCARPAS

As escarpas que bordejam a Lagoa do Jequiá apresentam, em quase sua totalidade, uma inclinação de aproximadamente quarenta e cinco graus. As habitações de pescadores atuais apenas são viabilizadas, nesta área, através da prática de terraceamento. As possibilidades de ocupação por grupos pré-históricos, nestas escarpas, são praticamente inviáveis nos moldes conhecidos para a arqueologia brasileira. Trechos das escarpas foram vistoriados e nenhum vestigio arqueológico foi identificado.

OS TABULEIROS

A área dos tabuleiros periféricos à Lagoa, oferece condições favoráveis à fixação de grupos de horticultores pré-históricos de acordo com modelos até então identificados. O posicionamento topográfico, permite o domínio visual de grande parte da Lagoa e de suas margens. As escarpas dificultam o acesso de possíveis agressores.

A proximidade dos córregos que alimentam a Lagoa, garante o abastecimento de água doce, enquanto que, a presença da Mata Atlântica recobrindo os tabuleiros, permite se admitir a disponibilidade de recursos faunísticos para a práticca da caça como atividade na rotina dos grupos humanos. Por outro lado a área estuarina representa uma importante fonte de recursos alimentares, em adição aos recursos oferecidos pela Lagoa. As condições edafo-climáticas se apresentam compatíveis com a agricultura, sobretudo da mandioca e outras espécies de cultivo que têm sido registradas para a pré-história regional.

Foram identificados na área dos tabuleiros nove sítios arqueológicos de grupos ceramistas. A análise do material coletado

nas prospecções permitiu classificá-lo em dois blocos distintos. O primeiro deles é constituído por oito sítios que apresentaram uma cerâmica cujas características permitem enquadrá-la nos parâmetros atribuídos ao conjunto de sítios que integra o que tradicionalmente é referido na arqueologia brasileira como tradição Tupiguarani. O segundo é constituído por um sítio cuja cerâmica apresenta características que sugerem enquadrá-la entre aqueles sítios considerados como relacionados à tradição Aratu.

Em todos os sítios, o material arqueológico se mostra em parte na superfície, embora se tenha constatado que parte dele está soterrada. Tal observação importa à do ponto de vista da avaliação das condições do sítio para a pesquisa, vez que, a localização topográfica destes sítios, nas cotas mais elevadas, não conduz a uma expectativa de um recobrimento natural dos vestígios arqueológicos recentes. Entretanto, o trabalho agrícola que se pratica na área, permite se sugerir que a mecanização do plantio responde pela incorporação dos vestígios arqueológicos às primeiras camadas do solo. De qualquer sorte, as estruturas desses sítios encontram-se, provavelmente, total ou parcialmente destruídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lagoa do Jequiá é uma das mais extensas do litoral do Nordeste. Encontra-se instalada em um vale estreito e profundo, cortado nos tabuleiros, e sua constituição representa o afogamento do estuário do rio Jequiá, que foi barrado por um terraço marinho. A comunicação com o mar se faz através de um rio-canal, que ocorre na extremidade sul da Lagoa (Cf. Teixeira Guerra, 1978:253). Por se ter instalado em um vale estreito e profundo, a Lagoa do Jequiá se mostra praticamente limitada por falésias, tal o desnível apresentado pelas escarpas do vale. Por outro lado, os limites da lagoa se mostram diretamente relacionados ao nível marinho. Deste modo, as variações de nível do mar, durante o Quaternário, interferiram decisivamente nos contornos desta Lagoa. Tais questões estão intrinsecamente relacionadas aos problemas de ocupação humana pré-histórica na área.

Considerando-se as evidências de um período seco que se estendeu da última glaciação até os limites do Pleistoceno/Holoceno, com uma datação em torno dos 12.000 B.P.(Cf.Ab'Saber,1980), os baixos níveis do oceano que acompanhariam este período, provavelmente não contribuiram para a constituição de lagoas na área. Ainda que neste período inexistisse a Lagoa, e considerando-se a presença do rio Jequiá, em seu atual curso, na época, quisquer

ocupações ribeirinhas na área, estariam hoje submersas pelo afogamento do estuário que deu origem à Lagoa.

Considerando-se as curvas de variação do nível relativo do mar, propostas por Suguiu et alii (1985), e admitindo-se especificamente a curva apresentada para o setor ao norte de Salvador (BA), tem-se que o atual nível marinho "...foi ultrapassado pela primeira vez no Holoceno há cerca de 7.100 anos". (Op.cit.p 276). Esta referência permite supor que possíveis ocupações marginais à Lagoa (constituída durante o Holoceno) até aquela data, encontrar-se-iam submersas.

Acompanhando-se o desenvolvimento da Curva, tem-se que entre 7.100 BP e aproximadamente 4.000 BP, o nível do mar manteve-se acima do atual, e portanto as possíveis ocupações marginais teriam que ocupar as escarpas, onde não foram observadas evidências de terraços, quer naturais, quer artificiais. É pouco provável, portanto que as margens da Lagoa tenham sido ocupadas neste período. Do mesmo modo, nos períodos compreendidos entre 3.700 BP e 2.800 BP e ainda entre 2.600 BP até praticamente os tempos atuais. Por outro lado, o contorno apresentado pela Lagoa nos curtos períodos compreendidos entre 4.000 e 3.700 BP, e aquele compreendido entre 2.600 BP, em que o nível marinho estaria abaixo do "0" atual, consequentemente também o nível da Lagoa, qualsquer vestígios de ocupação humana nas suas margens, estariam hoje submersos. Deste modo, os vestígios de possíveis ocupações que ali tivessem ocorrido, estariam hoje submersos. Deste modo, é lícito se supor baixos níveis de possibilidade de ocorrência de sítios pré-históricos marginais à Lagoa. Por outro lado, entretanto, a área dos tabuleiros se mostra promissora quanto à presença de um número significativo de sítios de ocupação pré-histórica mais recentes, face à representação colhida durante os trabalhos de prospecção.

Por se tratar de um levantamento exploratório na área, as conclusões necessariamente prendem-se a generalidades, eximindo-se mesmo de qualquer aprofundamento em questões relativas à tecnologia dos grupos, sua organização social ou padrões de assentamento. Desta forma, pode-se concluir que:

1 — Os sítios porventura existentes nas margens da Lagoa, nos períodos correspondentes a níveis marinhos inferiores ao atual, estariam submersos.
2 — Nos períodos em que o nível marinho se apresentava mais elevado que o atual, as áreas marginais à Lagoa estariam praticamente restritas às escarpas, cujo gradiente é de ordem bastante elevada, o que praticamente inviabiliza a ocupação humana, nos moldes pré-históricos conhecidos na região.
3 — Foi constatada a presença de sítios de ocupação pré-histórica, por grupos portadores de uma cerâmica da chamada tradição Tupiguarani.

4 — Foi constadada a presença de sítios de ocupação pré-histórica, por grupos portadores de cerâmica da chamada tradição Aratu.
5 — Os sítios porventura existentes na atual margem da Lagoa, provavelmente estarão cobertos, sob sedimentos recentes.
6 — As condições e subsistência teriam sido alteradas ao longo do tempo, em função de um maior ou menor contato com o mar.

BIBLIOGRAFIA CITADA

AB'Saber, Aziz Nacib
1980 — Paleo-Clima e Paleo-Ecologia. In: **Anuário de Divulgação Científica,** 5:33-51. Inst. Goiano de Pré-História, Univ. Católica de Goias.

SUGUIU, Kenitiro et alii
1985 — Flutuações do Nível Relativo do Mar Durante o Quaternário Superior ao Longo do Litoral Brasileiro e suas implicações na Sedimentação Costeira. In: **Rev. Brasileira de Geociências,** 15(4): 273-286.

TEIXEIRA, Guerra
1978 — DICIONÁRIO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO. 5 ed. IBGE-RJ.

OS SEMINÁRIOS PARAIBANOS DE CULTURA BRASILEIRA COMO FONTES PARA A HISTÓRIA

OS SEMINÁRIOS PARAIBANOS DE CULTURA BRASILEIRA COMO FONTES PARA A HISTÓRIA

José OCTÁVIO (*)

O sentido deste estudo consiste em focalizar os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira (SPCB) realizados na Paraíba, entre 1976 e 81. Deles resultaram as coletâneas **Brasil, Tempo e Cultura, João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30, Brasil, Tempo e Cultura III** e **Brasil, Tempo e Cultura IV** (Viagem ao Universo de Gilberto Freyre), estando o quinto volume da série — **Brasil, Tempo e Cultura V** (Realidade Nordestina e Brasileira), ainda no prelo (1).

Nesse particular, o que intentaremos a seguir é dissecar o conteúdo desses livros, situando-os na condição de **fontes de primeira ordem** para a História e Ciências Sociais conexas.

Nas origens de um Seminário

Surgidos em 1976, quando o chamado generalismo autoritário, egresso do movimento de 1964, ainda comprimia a sociedade brasileira, por meio de formas de coerção que também se voltavam contra a História, cuja perda de terreno era evidente, em face da emersão de disciplinas como Educação Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros —, os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira resultaram de iniciativa do Secretário e depois Governador da Paraíba Tarcísio Burity, em articulação com instituições do Estado, como Diretoria Geral de Cultura e Conselho Estadual de Cultura, bem como segmentos da sociedade como os Grupo José Honório Rodrigues, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e Departamento de História da UFPB.

Desses, coube ao agrupamento honoriano formalizar a sugestão ao Secretário de Educação e Cultura da Paraíba Tarcísio Burity que, valorizando as atividades culturais da pasta, realizava, desde o ano anterior, em Areia, no interior da Paraíba, os Festivais de Arte e Cultura voltados para os segmentos de Literatura, Cinema, Teatro, Folclore, Artes Plásticas e Música.

Representando manifestação contra a intolerância e o arbítrio, o que explica a presença, como responsáveis por cursos e

(*) — Historiador paraibano, professor da UFPB e membro da Academia Paraibana de Letras. Autor de **Os Coretos no Cotidiano de uma Cidade — Lazer e Classes Sociais na Capital da Paraíba (1990).**

conferências, de intelectuais manifestamente heterodoxos, como Mário Pedrosa, Gianfrancesco Guarnieri, Paulo Pontes, Edilberto Coutinho, Antônio Houaiss, Ruy Guerra, Fernando Peixoto, José Wilker e Alex Viana, entre dezenas de outros —, os Festivais de Areia imporiam formas correlatas de liberdade de expressão e discussão dos problemas nacionais, transportados para a área de História e Ciências Sociais.

Essa, confessadamente, a proposta transferida à Secretaria de Educação e Cultura do Governo Ivan Bichara Sobreira (1975/8) pelo Grupo José Honório Rodrigues. Nessa perspectiva, a Diretoria Geral de Cultura da SEC encarregar-se-ia da operacionalização do certame, o Grupo José Honório da mobilização comunitária e articulação com a Imprensa, o Instituto Histórico e o Departamento de História da UFPB da indicação dos conferencistas bem como concessão de quadros para a coordenação e debates do Seminário, e o Conselho Estadual de Cultura, bem como a Diretoria Geral de Cultura, da publicação dos Anais (2).

Da Teoria à Prática — o I SPCB

Abordagem da coletânea **Brasil, Tempo e Cultura,** editada pela Secretaria de Educação da Paraíba, em 1978, sobre o conteúdo da primeira versão do Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, em dezembro de 1976, permite o entendimento do alcance e significado desse certame.

Falando por ocasião de sua instalação, o então Secretário Tarcísio Burity sentenciou que "O I Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, tantas vezes sonhado e hoje realidade (...), visa, sobretudo a uma avaliação da cultura brasileira em suas mais variadas manifestações" (3).

Já na abertura do II SPCB foram essas as palabras de S. Excia.: "Nós esperamos que este Seminário continue com aquele mesmo objetivo do primeiro, isto é, a busca da identidade nacional, a procura daqueles traços que devem caracterizar, profundamente, e numa dimensão cada vez mais autêntica, a cultura brasileira, (...) Hoje, estamos chegando a uma análise objetiva de nossos destinos, perfeitamente conscientes de que somos sujeito e não bojeto da História" (4).

Por essas colocações bem se pode avaliar o sentido culturalizante dos SPCB e seu compromissamento com a realidade brasileira, considerada numa perspectiva de mudança.

A Cultura significava então o conjunto das realizações espirituais e materiais da Nação Brasileira, de cuja dissecação se encarregariam as diversas Ciências Sociais — Antropologia, Filosofia, Direito, Sociologia, Economia, Geografia, Política — bem como **práticas** como

Literatura, Cinema e Biblioteconomia, tudo sob a inspiração — mas não a hegemonia imperialista — da História, a que caberia estabelecer as coordenadas de Tempo e Espaço, básicas para compreensão de nossa realidade.

Esse pluralismo conceptual, responsável por frutífero diálogo com as Ciências Sociais e práticas artísticas e científicas, convertendo a História, mais do que nunca, numa **Ciência Síntese,** ou seja, um **somatório,** desbordava para o **pluralismo ideológico,** por meio do qual os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira, como espaço democraticamente aberto a todas as tendências e correntes de pensamento, congregariam pensadores de opiniões não apenas divergentes, mas antagônicas.

Tal já se infere do I SPCB em que, discorrendo sobre a evolução do Direito Brasileiro, desde as Ordenações até as tentativas de revisão das Ciências Sociais em nossos dias, Miguel Reale teve palavras de justificação e aplausos ao Ato Institucional número cinco (AI-5), então em vigor:

"O Ato Institucional número 5 é uma contingência política, de um momento da História brasileira, e representou, no momento, um ato necessário. Eu gosto de dizer as coisas franca e claramente: foi um ato revolucionário, e os atos revolucionários são fatos históricos, manifestados por contingências do momento. Não se trata de um ato definitivo, e não representou um retrocesso histórico. Representou um momento da vida política na conjuntura do tempo, porquanto significou uma resposta à desordem que é, sim, o retrocesso histórico, o retrocesso político irrecuperável" (5).

Não era esse, todavia, o pensamento do jurista paraibano Samuel Duarte. Discorrendo, **no dia seguinte,** sobre "O Judiciário e a Realidade Brasileira", o ex-presidente da Câmara dos Deputados firmou severa advertência à legislação autoritária em vigor:

"(...) Aos inexperientes, arrebatados por impulsos desqualificados de criminalidade comum, esmaga-se com punições severas, em que até sentença de morte pode vir de emboscada.

Aplaudindo o tratamento humano e sociologicamente correto dos regimes penitenciários recuperadores, acreditamos também no imperativo de evitar que a juventude acabe nas angústias de uma frustação irreparável.

Importa oferecer-lhe um clima de compreensão sem paternalismo, no qual o cenário escolar e universitário não funcione como barreiras a uma participação consciente na problemática do homem, pelo acesso aos quadros de decisão.

(...) Responder às infrações primárias em terreno estranho a conotações de perversidade ou degradação moral, com penalidade de extrema duração, será cortar muitas probabilidades de reconciliação com a comunidade. Será perda de promissoras lideranças nos quadros de uma democracia inteligente.

Porque o inconformismo dos jovens se define, em suas causas, mais no terreno das omissões da própria sociedade do que em pretensas vocações para a revolta.

Não se obrigue os juízes a aplicar a inclemência de punições geradoras de ressentimentos e novos inconformismos. Poupe o Legislador ao Judiciário a provocação de lançar, através de sentenças de extremo rigor, a semente de insubmissões radicais" (6).

Da Antropologia à História Revisionista

Não por acaso os Seminários de Cultura Brasileira registraram, como primeira conferência, intervenção do professor Raimundo Moniz de Aragão, subordinada ao tema "Elementos da Cultura Brasileira".

Se bem que filiado a visão culturalista um tanto tradicional — limitação que se procurou corrigir com o IV Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, inteiramente dedicado à obra de Gilberto Freyre — a exposição de Moniz de Aragão sintetiza as raízes de nossa formação através dos tópicos "Conceito de Cultura", "O meio físico" e "Etnias", este último desdobrado através da clássica trilogia "O indígena brasileiro", "O negro e a escravidão" e "O Português — origem e cultura".

Tratava-se de privilegiar o espaço cultural brasileiro para que sobre este se assentassem interpretações jurídicas e literárias das quais se ocupariam Miguel Reale/Samuel Duarte e Juarez Batista, junto aos quais a metodologia histórico-comparativa repontará.

Em Miguel Reale, Filósofo do Direito aberto às motivações da História, isso é claríssimo, na medida em que sua conferência "O Direito e as Instituições Políticas Brasileiras" parte das Ordenações Manualinas e Filipinas para desenvolver, ao longo do Tempo, matrizes jurídico-institucionais que passam pelos tratadistas do Império — Pimenta Bueno à frente! — para progredir com o filão germanista da Escola do Recife, o americanismo ruibarboseano da República, a experiência do Código Civil, e, enfim "a Universalidade Jurídica do Direito Brasileiro" (7).

Samuel Duarte, embora menos didático, também funde as Instituições Judiciárias com a História e a Política — entrando igualmente aí a Religião e a Sociologia do Direito — máxime nos itens "Poder e Vontade Popular", "o Exemplo Anglo-Americano", "Judiciário e Mudanças Sociais" e "Direito e Dinâmica Social" da conferência "O Judiciário e a Realidade Brasileira" (8).

Menos historizante e mais esteticista, nem assim Juarez Batista obliterou a História em "A Contribuição da Literatura ao Pensamento Brasileiro", como se pode inferir das considerações sobre "o Movimento Modernista, paulista e carioca, nas suas origens e

o Regionalismo Tradicionalista do Recife" como instrumentos de "criação de uma outra mentalidade brasileira" (9).

No caso, tratar-se-á de associar a Literatura à História, considerando-se aquela como fonte para esta. Lançando mão das conhecidas reflexões de Álvaro Lins, será essa a temática do cultorólogo Eilzo Matos, comentando José Honório Rodrigues no V Seminário Paraibano de Cultura Brasileira (10).

José Honório, aliás, expressará o caráter histórico-historiográfico dos SPCB, versando, já na edição de 1976, sobre "A Revolução Americana e a Brasileira: 1776-1820", enriquecida por comentários e debates, os mais variados (11).

Infletindo sobre a mesma temática dos cinco volumes de **Independência: Revolução e Contra-Revolução** (1972), lançados quatro anos antes, Rodrigues não só repisou a tese de **Conciliação e Reforma no Brasil** (1965), pela qual no Brasil as revoluções são sempre travada e desencaminhadas pela contra-revolução, como sistematizou outros pontos de aparelhamento conceptual que tanto reformulou a Historiografia brasileira, a saber: a) caráter oblíquo do liberalismo brasileiro, sempre limitado por preconceitos de classe, e por isso formal; b) sobrevivência do colonialismo dentro do absolutismo, ao longo de nosso processo-histórico, derivando daí as constantes formulações autoritárias deste; c) feição cruenta da História do Brasil e d) necessidade de fortalecimento de **História Combatente**, a serviço das aspirações nacionais e calcada na contribuição popular porque, segundo o conferencista, "A elite pode trair o país; o povo não o trai" (12).

Revolução de 30 e SPCB

Com exposições dessa ordem, o SPCB definia-se como evento da área histórico-historiográfica, feição que se consolidará com o II SPCB todo dedicado à Revolução de 30 e origem da coletânea **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30** (Exposições e debates do II SPCB).

A idéia consistia em subordinar a edição do Seminário a um tema único — no caso a Revolução de 30 — o que se explica não só pelo relevo desse acontecimento, de que a Paraíba se fez um dos propulsores, a nível da Aliança Liberal, como em razão do transcurso, em 1978, do centenário do Presidente João Pessoa que, acionado pelas mesmas instituições responsáveis pelo SPCB, ensejou abundante produção historiográfica de cunho manifestamente crítico (13).

Temos assim que a edição, em 1979, da coletânea **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30** insere-se em contexto mais amplo de repensamento da Revolução de 30 e encartamento

desta nas grandes linhas da Historiografia brasileira, o que levou Aspásia Camargo a reconhecer que "O ciclo de discussões iniciou-se, em realidade, em 1978, na Paraíba, por ocasião do centenário de João Pessoa, já como indicação antecipatória do paradoxo modernizante e pioneiro de uma administração oligárquica, que se adianta aos compromissos firmados com a Velha República de Epitácio Pessoa, seu inquestionável líder político" (14).

Para alcançamento de tais objetivos, o II SPCB reuniu não apenas historiadores regionais (Amaro Quintas, José Octávio, Humberto Mello) e nacionais (Abguar Bastos, Bóris Fausto e Luiz Toledo Machado), intermediados por Geraldo Joffily, na qualidade de paraibano residente em Brasília, como motivações revisionistas capazes de esquadrinhar os mais representativos aspectos do chamado outubrismo.

Nesse particular, enquanto Abguar Bastos e Luiz Toledo Machado colocavam em foco a Revolução de 30 na encruzilhada da transição brasileira de sociedade pré-capitalista, para outra, industrial e de massas, Bóris Fausto ressaltava que essa evolução se fizera sob a férula do chamado modelo autoritário-corporativista que, primaciando o Estado, responsável pela "Revolução do Alto", se identifica com a Literatura Política brasileira, anterior e posterior a 1930.

Entrementes, ao tempo em que José Octávio e Humberto Mello se ocupavam, respectivamente, da Paraíba dos anos vinte e administração do Presidente João Pessoa, Amaro Quintas, associando a História à Sociedade Política, discutia o verdadeiro conteúdo da Revolução de 30 para concluir que esta fora apenas uma Revolução com "r" minúsculo (15).

A mais lídima expressão do revisionismo historiográfico inerente ao II SPCB sobreveio com a exposição do paraibano-brasiliense Geraldo Irenêo Joffily.

Constituindo-se, até hoje, no **único historiador** a compulsar os pareceres, votos e acórdãos do ministro João Pessoa, em sua passagem pelo STM, Geraldo Ireneo subverteu a Historiografia Oficial que apontava o futuro presidente da Paraíba como modelo de magistrado reacionário e carrancista que não perdoava os tenentes. Isso porque, na conferência "João Pessoa e o Populismo na Magistratura", o que desponta, à luz de irrecusável documentação, acompanhada de frequentes incursões pela Filosofia do Direito, é um **julgador populista** que prenunciará o sistema institucional de 30, mediante comportamento draconiano para com os oficiais superiores e indulgente para com sargentos, cabos e praças do pré (16).

Globalismo, presenteismo e funcionalidade na História

Ao lado do cristicismo revisionista, os SPCB já se caracterizavam como certames de caráter historiográfico, globalizante, presenteista e funcional. Ou seja, globalizante pelo caráter totalista das abordagens quee encerrava, presenteista **pela preocupação com o presente**, claríssimo nas concepções de Miguel Reale, Samuel Duarte, Juarez Batista, José Honório Rodrigues, Abguar Bastos, Luiz Toledo Machado e Amaro Quintas, e **funcional** pela declarada intenção de conscientizar elites e povo para a problemática do Brasil contemporâneo.

Tanto o III desses certames efetivado em setembro de 79, como o V, datado de outubro de 81, se ajustarão a tais lineamentos, o que explica as respectivas subtitulações — "História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira — Exposições e debates", naquele, e "Realidade Nordestina e Brasileira — a dinâmica dos ismos no Brasil Contemporâneo", neste.

A circunstância de que o III SPCB haja sido reunido em livro — **Brasil, Tempo e Cultura III** (História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira) — e o V ainda não, em nada os diferenciam-esse o seu lado formal. No essencial, o que ambos representam é tentativa de lançar mão do instrumental das diversas Ciências Sociais e conexos — Literatura, Historiografia, Direito, Política, Economia, Sociologia, Antropologia, Sociologia da Religião e Jornalismo — para discussão e equacionamento dos impasses do Brasil Contemporâneo.

Não seria esse o compromisso maior da História, não neutra ou sectária, mas **participante** dos destinos da nacionalidade?

A nível do III SPCB, a questão não deixou de ser colocada.

Segundo Hélio Jaguaribe, "existe hoje uma unanimidade entre os historiadores de mínima competência, no sentido de rejeitar a visão da História como desempenho do herói e situá-la como modificações de estruturas e contextos sociais, dentro de certas circunstâncias". Para José Honório, **mais radical**, "Já escrevi que a História está empenhada não na distração das elites, pois ela não é um entretenimento, mas em revelar a dignidade e o valor da existência humana. Ela aprofunda a experiência humana, pretende tornar mais conscientes os homens e mostrar-lhes os processos sociais e econômicos em que estão envolvidos". Sensível a tais colocações, José Octávio acrescentou que "Nós não aceitamos a História parroquializada, fechada, uma História que sirva para exteriorização de ufanismo delirantes ou preconceitos de província — qualquer que seja o seu tipo. Nós entendemos que a História da Paraíba — e essa é a lição do livro de José Américo, **A Paraíba e seus Problemas** — deve situar-se numa perspectiva nacional e até universal (...)" (17).

De certo modo, todo conteúdo de **Brasil, Tempo e Cultura III** sintoniza com essas colocações — tratava-se, afinal, de estabelecer a interação entre História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira.

Nessa perspectiva, é que Octaciano Nogueira, em "História e Pesquisa Histórica no Brasil" valeu-se da Historiografia para verberar os rumos excessivamente academicistas da produção historiográfica nacional. Paulo Bonavides em "História e Direito — O Problema da História e Romanismo em Savigny", contrapôs o romanismo alemão do século XIX ao racionalismo contratualista do século XVIII para demonstrar que é aquele e não este que compagina com a História. Enquanto isso, Hélio Jaguaribe, em "História e Política, uma abordagem críticca", traçou aproximações e distinções entre essas Ciências Sociais para demonstrar, arrimado em exemplos da realidade brasileira, revolução russa e experiência turca de Kamal Atturk, que o processo histórico resulta de articulação nem sempre harmônica entre os quatro grandes sub-sistemas da sociedade humana — "o sistema cultural que produz crenças e símbolos; o sistema participacional que produz atores, papéis e **status**; o político, comandos; e o econômico, mercadorias ou utilidades" (18).

Segundo a crítica do debatedor Lenildo Corrêa para o **Correio das Artes** (19), a mais didática das exposições do III SPCB foi a de Odilon Nogueira de Matos que traçou as origens e gênese dos estudos econômicos da História do Brasil na conferência "Fontes para a História Econômica do Brasil".

História e compreensão da realidade

A insistência, mais do que histórica, fazia-se presenteista e combatente, questão de certa forma retomada pelos três demais expositores do Seminário — José Octávio, Vamireh Chacon e José Honório Rodrigues.

José Octávio valeu-se do processo histórico paraibano datado da República Velha para desenvolver o tema "História Presente e Realidade Social Paraibana", por meio do qual analisou a situação econômica-social das quatro microrregiões paraibanas — mata, brejo, cariri e sertão.

Vamireh Chacon, resgatando o exato sentido da tradição radical brasileira, delineou em "História e Sociologia — A Questão Nordestina", os níveis da atual espoliação nordestina pelo colonialismo interno e externo, centrado no centro-sul, enquanto José Honório Rodrigues, inspirado principalmente em **The Death of the Past**, de Plumb, fulminou a confusão deliberadamente estabelecida entre "A Tradição, a Memória e a História", para reivindicar a autonomia desta em face daquelas, até bemporque é a História que combate pela liberdade e os direitos do povo, não raro contra a Tradição e a Memória, sempre imobilistas. Consoante a proposta de Rodrigues, "A tradição memorialista mistifica o passado, garante a autoridade, defende a situação dominante, consola os saudosistas, e santifica os erros e máculas da História. A tradição é o antiquarismo, e a separação da História do antiquerismo é uma necessidade vital, sobretudo na fase da ação progressista que vai caracterizar o Brasil de amanhã" (20).

Assim postados, os SPCB já repercutiam a nível regional e nacional.

De Pernambuco, Manoel Corrêa de Andrade significava que "A leitura da série de conferências e dos debates que elas suscitaram nos levam a duas conclusões básicas: a primeira de que a História não se constitui em um saber estanque, independente, a ser cultivada por especialistas, de costas para as ciências sociais, mas um enfoque da Ciência Social que representa uma grande unidade; segundo, que a História está identificada com a sociedade no Tempo e no Espaço, refletindo o pensamento e os interesses ideológicos da classe dominante que a utiliza para manter as estruturas que lhe servem de sustentação política, econômica e social" (21).

Pelo **Jornal do Brasil** do Rio de Janeiro, era Israel Belo do Azevedo quem assim se manifestava: "Há iniciativas culturais inúteis porque fechadas em si; outras, frutíferas, porque abertas. Os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira, realizados anualmente em João Pessoa, incluem-se no segundo grupo, como se comprova pela leitura de **Brasil, Tempo e Cultura III** que reúne os materiais concernentes ao terceiro da série" (22).

Os dois eixos do V SPCB

À luz dessas considerações é que se deve compreender o V SPCB, empreendido em outubro de 1981, como ampliação do III, não só por alguns expositores quee se repetiam — Hélio Jaguaribe, José Octávio e José Honório Rodrigues —, como pela insistência em se recorrer à História para compreensão de "A dinâmica dos ismos no Brasil contemporâneo — desenvolvimentismo, populismo, juscelinismo, tradicionalismo, constitucionalismo, conservadorismo, messianismo, coronelismo, religiosismo, jornalismo".

Em dois eixos positivou-se o V SPCB.

Enquanto um vetor, mais voltado para as estruturas, fixou-se nas origens da sociedade brasileira, visualizadas no constitucionalismo de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Mello, historicismo de Lauro Xavier - José Octávio, anti-conservadorismo de José Honório e coronelismo e messianismo de José Calazans, outro, mais conjuntural, por isso que de inspiração **política**, debruçou-se sobre

o presente, projetado através do desenvolvimento regional com Aloísio Campos, juscelinismo com Maria Victória Benevides, posições sociais da Igreja em Cândido Mendes, populismo e pós-populismo em Hélio Jaguaribe, e Jornalismo e Processo Político em Sebastião Nery.

Lances realmente representativos marcaram esse V SPCB.

Na conferência de Sebastião Nary, após a afirmativa de que "A Direita só dispõe de Jânio e Maluf para 84", observação plenamente confirmada pelos fatos posteriores, militantes do PT enveredaram por veementes críticas ao Governo da Paraíba, defendido pelo próprio Governador Tarcísio Burity que se colocou no centro de discussão de mais de meia hora.

Hélio Jaguaribe, que em 1979, pleiteara **democracia conservadora de massas** como alternativa para os impasses da dicotomia populismo-militarismo, surgiu em cena, alertando contra os riscos de comunismo militar equivalente (?!) ao modelo etíope... Traçando a gênese do pensamento conservador no país, José Honório Rodrigues prefigurou o então ainda inédito **Oliveira Vianna e a Metafísica do Latifúndio**, ao insistir em que Vianna se tornara "O maior pensador reacionário da História do Brasil".

O historiador bahiano José Calazans trouxe a sua palavra o suporte de espécie de diário produzido por Antônio Conselheiro durante os acontecimentos de Canudos, enquanto Cândido Mendes assumia apaixonada defesa da Igreja da Teologia da Libertação, indagando sobre "O que são essas comunidades eclesiais de base que muitos têm como verdadeiro lobisomem?"

No universo freyreano

Deixamos deliberadamente para o final, a referência ao IV SPCB de que resultou a coletânea **Brasil, Tempo e Cultura IV — Viagem ao Universo de Gilberto Freyre** porque foi este o Seminário que, coordenado por Raimundo Nonato Batista, melhor sintonizou com as inspirações histórico-sociais da Sociedade Brasileira.

Na abertura, Tarcísio Burity ressaltou as matrizes da Sociologia gilberteana, ou seja, o conceito de Nordeste, antecipado por José Américo em **A Paraíba e seus problemas**, a interpretação do Brasil que, aquecida pela Revolução de 30, ensejaria os estudos de Paulo Prado, Sérgio Buarque, Afonso Arinos de Melo Franco e Caio Prado Júnior, e, enfim, as noções de **espaço cultural** e **tempo histórico empático** situados na base de **Casa Grande e Senzala.**

Todo o desenvolvimento do certame situar-se-ia de modo a não desmerecer a enraizada concepção crítico-científica dos Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira.

Verdade que o prestígio de Freyre e a circunstância de que, pela primeira vez, o SPCB fixava-se num personagem, ao invés de elencagem temática, induziam à aparente predominância da apologia sobre a crítica, e do elogio fácil sobre a discussão.

Isso, todavia, não se verificaria. Sobretudo, graças à originalidade e penetração das conferências, voltadas para as vertentes mais representativas do universo freyreano.

Nesse sentido, coube a Vamireh Chacon em "Tradição e Modernidade em Gilberto Freyre" situar as fontes do pensamento deste. Maria do Carmo Tavares de Miranda, na mais erudita das intervenções, explicou o porquê do autor de **Sobrados e Mocambos** como "cientista da compreensão". Em Edson Nery despontou singularíssimo traço de Gilberto Freyre, ou sejam, as **antecipações** de quem aliou o intuicionismo bergsoniano, ao rigorismo científico de Boas e Giddings.

Entretantos José Pedro Nicodemos e Potiguar Matos mergulharam fundo nas concepções histórico-historiográficas de Gilberto Freyre, e, enfim, outro enraizado gilberteano, no caso Juarez Batista, deu expansão à criatividade, discutindo no sociólogo de Apipucos a "memória" e o "tempo" como bases para recriação da sociedade colonial nordestina.

Conclusões

Os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira constituíram fecundo exercício de História Cultural, Política e Social, daí porque não hesitamos em recomendar suas produções como elementos de relevo na Historiografia nacional.

Segundo Vamireh Chacon, tais certames "(...) foram tão importantes que hoje fazem uma grande falta à Paraíba e o Nordeste. Todo o ano, em determinado mês, as atenções regionais se voltavam para João Pessoa. Oxalá um dia alguém com sensibilidade reinicie o programa" (23).

São também os nossos votos!...

BIBLIOGRAFIA e NOTAS

(1) Segura apreciação dos SPCB, no contexto da Historiografia Paraibana, é firmada por José Octávio e Wellington Aguiar em "História, Ciências Sociais e Cultura na Realidade Paraibana", Preâmbulo a **Capítulos de História da Paraíba** (J. Pessoa, 1987), pags. 14/15 e 23.

Desses seminários resultaram, até agora, os seguintes livros:

— **Brasil, Tempo e Cultura** (J. Pessoa, 1978) de Raymundo Meniz de Aragão, Miguel Reale, Juarez da Gama Batista, José Honório Rodrigues e Samuel Duarte.

— **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30** (Exposições e debates do II SPCB), J. Pessoa, 1979, por Abguar Bastos, L. Toledo Machado, Bóris Fausto, Geraldo Irenêo Joffily, José Octávio, Humberto Mello e Amaro Quintas.

— **Brasil, Tempo e Cultura III** (História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira) por Octaciano Nogueira, Paulo Bonavides, Hélio Jaguaribe, Odilon N. de Matos, José Octávio, Vamireh Chacon e J. Honório Rodrigues.

— **Brasil, Tempo e Cultura IV** (Viagem ao Universo de Gilberto Freyre) por Vamireh Chacon, M. do Carmo T. Miranda, Edson Nery, Roberto Mota, Potiguar Matos, José Pedro Nicodemos e Juarez da Gama Batista.

O **Brasil, Tempo e Cultura V** encontra-se no prelo, sendo seus co-autores Alofsio A. Campos, Maria Victória M. Benevides, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Oswaldo Trigueiro, Lauro Xavier/José Octávio, J. Honório Rodrigues, José Calazans e Sebastião Nery.

(2) Entrevista com o prof. Lenildo Corrêa, março de 1987.

(3) BURITY, Tarcísio, "Introdução" in **Brasil, Tempo e Cultura,** J. Pessoa, 1978, pags. 9/10.

(4) Idem, "Introdução" in **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30,** J. Pessoa, 1979, pág. 13.

(5) REALE, Miguel — "O Direito e as Instituições Políticas Brasileiras" in **Brasil, Tempo e Cultura,** cit., pág. 59.

(6) DUARTE, Samuel — "O Judiciário e a Realidade Brasileira" in. op. cit. págs. 155/6.

(7) REALE, Miguel. op. cit. págs. 35/48.

(8) DUARTE, Samuel — op. cit. págs. 143/157.

(9) BATISTA, Juarez — "A Contribuição da Literatura ao Pensamento Brasileiro" in **Brasil, Tempo e Cultura,** cit., pág. 69.

(10) No V SPCB, de livro ainda não editado, embora a conferência de José Honório versasse sobre "O Pensamento conservador no Brasil", seu comentador Eilzo Matos discorreu sobre "A Literatura como fonte para a História", arrancando aplausos do auditório e congratulações do expositor.

(11) RODRIGUES, José Honório — "A Revolução Americana e a Brasileira", comentários e debates in **Brasil, Tempo e Cultura,** cit., págs. 91/140. O próprio Rodrigues reproduziu essa peça do I SPCB no seu **Tempo e Sociedade** (Rio de Janeiro, 1986), págs. 164 a 214.

(12) Ibidem, págs. 137 e 212, respectivamente.

(13) Uma análise da produção historiográfica do Centenário do Presidente João Pessoa, que totalizou, entre 1978 e 79, quinze livros e cinco cadernos especiais, além de dezenas de cursos e uma exposição fotográfica, encontra-se no já citado preâmbulo de **Capítulos de História da Paraíba,** págs. 15 e 24. Relação completa dessas obras aparece em TAVARES, Eurivaldo — **"Soldado Paraibano Orgulho do Grande Presidente",** J. Pessoa, 1978, o OCTÁVIO, José — **A Revolução Estatizada,** Mossoró, 1984, pág. 23.

(14) CAMARGO, Aspásia — "O revelado e o (ainda) obscuro na História recente do Brasil" in **Jornal do Brasil,** 26/10/80.

(15) QUINTAS, Amaro — "O problema da conceituação na Revolução de 30", in **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30,** cit. págs. 298 e 306.

(16) JOFFILY, Geraldo Irenêo — "João Pessoa e o Populismo na Magistratura" in ibidem, págs. 58/64.

(17) JAGUARIBE, Hélio, RODRIGUES, J. Honório, e OCTÁVIO, José — in **Brasil, Tempo e Cultura III,** cit. págs. 84, 219 e 152, respectivamente.

(18) JAGUARIBE, Hélio — "História e Política — Uma abordagem crítica" in ibidem, pág. 63.

(19) CORRÊA, Lenildo — "Um Livro muito especial" in **Correio das Artes** nº 138, J. Pessoa, 11/1/1981.

(20) RODRIGUES, José Honório — "A Tradição, a Memória e a História" in **Brasil, Tempo e Cultura III,** cit., pág. 220.

(21) ANDRADE, Manoel Correia de — "Cultura na Paraíba" in **O Norte** de 27/4/81, reproduzido do **Diário de Pernambuco.** Conceitos análogos foram emitidos por de CARVALHO, João Manoel "Tempo e Cultura" in **O Norte,** 20/2/81, e coluna "Mural" de **O Escritor** nº 7, jonal da UBE, S. Paulo, janeiro/fevereiro, 1981, pág. 11.

(22) AZEVEDO, Israel Belo de — "A Prática da História" **In Jornal do Brasil,** 30/5/81, com reprodução in **O Norte,** 10/6/81). No mesmo sentido, SOARES, Epitácio — "Brasil, Tempo e Cultura III" in **Diário da Borborema** de Campina Grande, 29/1/81.

(23) "Vamireh Chacon: A Nação vai se reconciliar com a Constituinte", entrevista concedida a José Octávio in **A União** 10/2/85.

Com a conferência "Tradição e Modernidade em Gilberto Freyre", Chacon fez-se um dos conferencistas do IV SPCB em que também interviram Maria do Carmo Tavares de Miranda ("Uma interpretação não ideológica da obra de Gilberto Freyre"), Edson Nery ("Antecipações de um Aprendiz"), Roberto Mota ("Gilberto Freyre, um Antropólogo"), Potiguar Matos ("Gilberto Freyre, o Historiador"), José Pedro Nicodemos ("Gilberto Freyre, Historiador Social") e Juarez Batista ("A Memória e o Tempo na obra de Gilberto Freyre").

O volume daí resultante foi acrescido de prefácio de Wills Leal "A homenagem da Paraíba a Gilberto Freyre, o grande clássico brasileiro" — e de "Encerramento: Palavras do sociólogo Gilberto Freyre".

REVISITANDO UMA QUARTELADA: OS APARELHOS REPRESSIVOS E A QUESTÃO SOCIAL EM 1817

Revisitando uma Quartelada: Os Aparelhos Repressivos e A Questão Social em 1817

Marcus J.M. de Carvalho

Este trabalho sobre a Insurreição pernambucana de 1817 utiliza a documentação sobre aquela rebelião para alguns dos aspectos fundamentais dos conflitos raciais e de classe no Brasil do século dezenove. Isso inclúi a ambigüidade da relação entre o liberto militar e a ordem do mundo branco que o ex-cativo e os seus descendentes, vestidos de soldados, eram obrigados a defender. Sabe-se que os grupos subordinados não tinham um projeto político próprio nas lindes da revolta senhorial, mas não fosse o fato de que as questões sociais e racionais não solucionadas transbordaram sobre o aparato militar colonial, a revolta provavelmente não teria ocorrido. A documentação sobre a rebelião de 1817, portanto, abre uma janela para a História social do exército e das relações sociais e políticas na época.

1817 começou quando dois oficiais brasileiros no Forte das Cinco Pontas reagiram à ordem de prisão dada por seu superiores, e na confusão que e seguiu dois portugueses, um general e um ordenança, foram mortos. O que ocorreu depois destes eventos foi bem mais complexo. Concordam os historiadores, que o governador tinha de fato boas razões para mandar aprisionar aqueles dois oficiais e outros tantos civis que planejavam a emancipação da colônia havia algum tempo. A forma como um governo provisório logo se organizou, exercendo o poder por setenta e seis dias, a sofisticação ideológica da documentação legada pelo rebeldes demonstram que de fato os homens que se reuniam nas "academias" do Cabo e do Paraiso há muito tramavam a emancipação do país (1). Por essa razão a historiografia dedicou muitas páginas às mentalidades dos participantes e ao significado da revolta dentro da crise do sistema colonial.

Para os historiadores a violência ocorrida no forte das Cinco Pontas em 6 de março de 1817 foi o estopim do que para C.G. Mota foi a mais bem tramada dentre as revoltas contra o pacto colonial (2). A historiografia, desde Pereira da Costa até o trabalho de Glacyra Lazzari Leite, tocaram no problema das disputas dentro do aparato militar, como parte de um conjunto maior de conflitos que explicam o evento 1817. (3) Mas esse motim dos oficiais, por

si, foi também um evento significativo. 24 anos depois da revolta, uma pessoa escrevia num jornal que, em 1817, duma mera "sedição militar surgiu a revolução política". (4) Para uma testemunha ocular da revolta "... on croirait qu'il ne s'agit d'unee sedition militaire." (5) Para o advogado que defendeu os rebeldes, a insurreição ocorrera por causa de "meia dúzia de militares e da obediência cega de alguns soldados, gente de côr, populaça" (6).

Quem eram estes militares?

Sabe-se do caráter elitista da revolta de 1817. Eram rebeldes cuja consciência da necessidade de mudança parava na questão da escravidão. Derrotada a insurreição, os principais rebeldes buscavam provar que as testemunhas de acusação eram filhos dos estratos mais baixos da sociedade. O advogado Aragão e Vasconcellos enfatizava a riqueza e nobreza de seus constituintes em oposição a massa, a "ralé", a seu ver sempre propensa a anarquia (7). Conforme notou C.G. Mota os rebeldes tinham uma visão altamente hierarquizada da sociedade (8). Dentro dessa perspectiva chama a atenção o fato de que nas defesas de todos os grandes proprietários seriamente envolvidos em Pernambuco, o advogado jogava a culpa da rebelião nos militares rebelados, e muitos deles eram pobres, conforme observou a historiografia, desde Pereira da Costa. Argumentava Aragão e Vasconcellos, ao defender Gervásio Pires, que "Os séculos futuros pasmarão de ver que em uma revolução filha de um motim militar e este da temerária desesperação de quatro soldados e fraqueza dos oficiais generais (...) terminasse por atingir a classe dos negociantes a cujos interesses tão contrário é o menor transtorno da ordem pública". (9) Porisso, argumentava a defesa, a rebelião seria um fruto do "acaso", e não um bem preconcebido plano emancipacionista: (10) "...depois de feita a loucura é que se pretendeu juntar o material" (11).

Na defesa dos réus ricos, os militares apareciam como principais culpados. Só em segundo lugar, é que o advogado de defesa culpava a anarquia em si gerada pela ralé, e os padres Miguelinho e João Ribeiro, que juntamente com alguns dos principais tenentes da tomada do forte, já haviam sido fuzilados àquela altura. Pode-se então arguir que o advogado apenas usava os mortos para livrar os vivos, evitando ainda um ataque mais frontal à igreja. Não há dúvida de que isto é verdade. Mas, em parte apenas. Pois, ao livrar a igreja, Aragão deixou claro que os oficiais e a tropa estavam um grau abaixo na hierarquia social. Por essa razão os militares rebeldes dos estratos médios e baixos fizeram uma revolta um pouco diferente daquela dos plantadores. A tropa brasileira não se aristocratizara ao ponto de se tornar uma casta como viria a ocorrer em outros países da América Latina. Na hora da defesa dos réus endinheirados, portanto, isso foi colocado claramente. Os senhores de engenho mostraram qu a sua aliança com pessoas

como o Capitão mulato Pedro Pedroso e seus companheiros de farda era circunstancial.

Vejamos isto mais de perto.

Primeiro os eventos. Porém reconstruídos a partir de fontes primárias e dos cronistas contemporâneos ao fato. Não porque as narrativas existentes sejam ruins, mas porque as melhores interpretações sobre 1817 pouco se interessaram pela quartelada, a não ser no que ela serviria como peça no jogo eentre a elite colonial de plantadores e o Estado colonial. Vale sempre lembrar que qualquer narrativa tem um propósito fundamentalmente interpretativo. Não há como reconstruir uma sequência de eventos sem o recurso da teoria. Muitos historiadores, contudo, sob a desculpa de evitarem uma narrativa positivista, caem no vazio da falta de historicidade. Não há História sem o tempo. A narrativa, desde que eivada de uma metodologia precisa, é um instrumento essencial para a construção de qualquer interpretação histórica.

Foi o padre Muniz Tavares (12) quem mais se preocupou com o motim do dia 6 de março de 1817. Muniz Tavares não citou diretamente as suas fontes, mas fica claro que ele utilizou principalmente a sua memória e três documentos da devassa: o panfleto conhecido por "Preciso", (13) a primeira narrativa do fato publicada pelos rebeldes, (14) as cartas de um espião português, (15) e uma outra de João Lopes Cardoso Machado. (16) Analisando o conteúdo das lembranças de Muniz Tavares, dos documentos mencionados e mais alguns, é possível reconstruir o evento de uma forma alternativa.

O estudo dessa quartelada deve tomar como pressuposto a "má impressão que se tem dos soldados de linha", segundo Koster, explicada dado ao modo de recrutamento e ao "soldo desprezível". (17) Os soldos constantemente atrasavam na época da revolta, reconhecem até os escritores da História oficial do exército brasileiro. (18) Chocava-se também o cônsul americano que os recrutados eram muitas vezes meninos "que mal podem carregar um mosquetão". (19) O que parece ter sido prática comum, se é verdade que um rebelde em 1817 ofereceu um filho seu de 7 anos à tropa insurgente. (20)

Além disso, é claro, havia o eterno conflito entre os soldados brasileiros e portugueses. Esse é um dado importante, bastante trabalhado por Glacyra Lazzari Leite, mas que ainda pode ser desenvolvido. O padre João Ribeiro, mártir de 1817, teria dito que eram os militares portugueses os que mais inflamavam os óbitos nativistas "...grosseiros, soberbos e prepotentes ... vão semeando a cólera". (21) Um outro rebelde mais moderado, também reconheceu este fato. (22) Meses depois, nem entre a tropa trazida da corte para debelar a revolta foi possível manter a união. Comentava o Cônsul americano em Recife que já havia muita "ciumeira" (23) entre o batalhão do Rio de Janeiro e o de Lisboa.

Durante o carnaval, por exemplo, por pouco não ocorreu um conflito maior, quando um importante pernambucano (**"the second person of the government"**) juntamente com seus amigos atiraram frutas verdes sobre 3 oficiais da tropa de Lisboa, ferindo um deles inclusive. (24) Foi um desses conflitos um dos estopins do motim de 1817, segundo Muniz Tavares. Conta que houve no bairro da Estância uma festa em comemoração a expulsão dos holandeses. (25) Gabavam-se as elites pernambucanas de os terem vencidos sozinhos ou ao menos com muito pouca ajuda da corte. Nesta festa, um soldado do batalhão dos Henriques teria surrado um militar português, o que aumentou o mal estar entre os dois grupos. (26) Como se não bastasse, segundo um realista, chegara aos ouvidos do governador o boato de que se tramava uma revolta em Pernambuco. O governador convocou então um conselho no qual estavam presentes os brigadeiros comandantes da artilharia e infantaria. Naquela reunião, debateram-se as atitudes que deveriam ser tomadas contra os possíveis insurgentes, principalmente contra os militares. No calor da discussão disse que houve até quem sugerisse assassiná-los. (27)

A notícia da reunião vazou para os oficiais, mesmo assim, no dia seguinte, o governador conseguiu mandar prender alguns dos principais líderes civis: Domingos José Martins, o Padre João Ribeiro e Cruz Cabugá. Além disso convocou os oficiais suspeitos ao palácio. Como estes não vieram, o comandante da artilharia foi ao quartel das Cinco Pontas e lá prendeu o Capitão Domingos Teotônio Jorge. Reuniu o resto da tropa e após humilhar um outro capitão, José de Barros Lima, conhecido por "leão coroado", deu-lhe ordem de prisão. Houve resistência. Na luta aparentemente houve quem participasse de ambos os lados. Mas quem caiu morto foi o oficial português. Uma vez corrido o sangue, muitos foram tomados pelo pânico e fugiram do forte. Até que tocou-se o rebate nos quartéis e sinos de igreja, chamando todos a tomarem as suas posições. (29) Neste momento então é que chega ao forte do Brum o Ajudante de Ordens do governador, o oficial Alexandre Tomás que, segundo alguns, sofreu carga de mosquetão ao aproximar-se do forte, por ordens do capitão Pedro Pedroso. (29) Uma versão, mas simpática aos rebeldes, diz que Tomás ordenou aos soldados que atirassem sobre os oficiais rebeldes, principalmente contra o próprio Pedroso. Então "enfurecidos os soldados que amavam este oficial" (o Capitão Pedroso) dispararam contra o Ajudante de Ordens, que os "aborreciam" "pelas injustiças que lhes tinha feito". (30)

Uma vez corrido o sangue foram soltos pela tropa os prisioneiros Domingos Teotônio Jorge, Cabugá, Domingos Martins e outros presos comuns, que se juntaram aos levantados. (31) Para Tollenare, o advogado da defesa dos réus e o Cônsul inglês em Pernambuco,

numa opinião depois repetida pelos historiadores, naquele momento faltou energia ao governador português Caetano Pinto de Maria Montenegro. "Se antes houvesse assim agido a revolução não teria prevalecido". (32)

Um dado fundamental é que tudo isto aconteceu tendo como atores os membros do regimento de artilharia. Sabe-se que as classes mais abastadas preferiam apenas servir nas milícias. Mas quanto ao exército, é natural que a artilharia fosse a arma mais elitista, uma vez que exigia uma educação bem mais requintada dos oficiais. (33) Mesmo um menos beneficiado da fortuna, como Pedro Pedroso, radical desta e doutras rebeliões, passou seu tempo na prisão instruindo os outros em álgebra e aritimética. (34) De fato, havia entre os rebeldes da artilharia alguns membros das elites proprietárias, e possivelmente outros mais próximos a elas por relações de parentesco. Proprietários eram sem dúvida os rebeldes daquela arma José Jerônimo Salgado de Albuquerque Maranhão (35) Estevão José Carneiro da Cunha, (36) Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o futuro Senador e Visconde de Suassuana, (37) e o próprio mártir Domingos Teôtonio Jorge. (38) Estes portanto deveriam ter mais fácil acesso às tão comentadas reuniões dos clubes secretos, aos "jantares", em que se tomava cachaça no lugar do vinho e tramava-se a revolta (39).

No campo, o braço militar das elites também se estendeu. Uma vez chegadas as notícias do Recife, a primeira atitude dos proprietários foi armar as suas tropas particulares, seja para defenderem a insurreição, conforme a acusação na devassa, seja para defenderem a ordem ameaçada, conforme alegavam em sua defesa. (40) É importante notar que em 1817, os escravos foram os primeiros a serem armados por diversos proprietários. (41) O papel militar dos escravos tem sido um tema negligenciado na historiografia brasileira, mas essa era uma prática comum. O próprio Koster, em suas andanças pelo Nordeste, empregou três cujo único propósito era protegê-lo em suas viagens. (42)

Entre os rebeldes, foi assim que agiu o proprietário João Francisco do Rego Barros, da família do Barão da Boa Vista, que rapidamente armou os escravos do engenho Novo, e de lá partiu para o Recife. (43) Escravos particulares também foram enviados para engrossar o regimento dos Henriques. (44) O futuro Visconde de Suassuna também saiu de seu engenho para o Recife "a frente de negros armados" e com eles teria ajudado na libertação dos prisioneiros no forte das Cinco Pontas, (45) e na tomada da fortaleza de Itamaracá pelos rebeldes teria participado um senhor de engenho junto "com seus cunhados e escravos". (46) Até mesmo alguns, que uma vez capturados testemunharam contra a revolta, enquanto esta vingou, colocaram escravos a disposição dos rebeldes (47). Na contra-revolução, é claro, novamente apareceram os senhores

com as suas tropas de escravos, desta vez para defender a ordem. (48)

Talvez fosse esta uma visão de um observador incauto, mas Tollenare, escrevendo ao fim de três dias de república, não viu soldados de infantaria ou do regimento dos Henriques entre os rebeldes (49). Para a infantaria, parece que a revolta começou sem os beneficiar. De tal forma que o regimento de infantaria do Recife teria-se oposto aos rebeldes da artilharia no começo da insurreição, porque não haviam recebido um aumento de soldo proporcional ao daqueles. (50) De fato, a primeira lei decretada pelo governo provisório, a 8 de março, era um aumento dos soldos dos diversos corpos de tropa, e não alguma lei tratando de impostos de exportação como é comum se pensar. Esta última só veio no dia seguinte. (51) Não obstante, diferença entre a infantaria e a artilharia foi mantida. De acordo com o primeiro decreto, um Capitão de artilharia passava a ganhar 50$000 réis, e um cabo 24$000 réis, um Capitão de infantaria ganharia somente 35$000 réis e um Cabo 16$000. (52)

Vale salientar que, ao menos na documentação consultada aqui, não encontrei oficiais da infantaria membros das classes abastadas, com a possível exceção do cadete Manuel do Nascimento da Costa Monteiro. (53) Mas ao menos o oficialato não era também dos mais pobres estratos, mas sim parte de uma incipiente classe média urbana, cujos únicos meios de vida eram as profissões urbanas ou o serviço público civil ou militar. Como observou Oliveira Marques, no começo do século dezenove o exército português começou a passar por um processo de profissionalização. Eram os oficiais os encarregados da construção dos prédios e obras públicas em geral. (54) Assim era o réu Francisco José Correia de Quiroga, que segundo o seu advogado teve "educação", e "bem que não seja do corpo da nobreza, é todavia homem branco e limpo; o que no seu país e o mesmo que dizer homem bem criado." (55)

Vale mais uma vez a lembrança do maior elitismo dos oficiais de artilharia, mencionados acima, que incluia o mais velho dos irmãos Cavalcantis de Pernambuco, (56) bem como Domingos Teotônio Jorge, proprietários, e oficiais educados, colocados entre os principais líderes da revolta. Como intelectuais, no sentido gramsciniano da palavra, ou seja pessoas que tem a liderança mental de um momento, eles ajudaram na definição da direção da ação rebelde. A historiografia tende a tomar a quartelada de 1817 como um simples estopim do movimento, resultante dos conflitos e tensões na estrutura social, e portanto um evento de certa forma secundário na explicação da revolta. Isso não parece ser exato. A quartelada de 1817 é um dado explicativo essencial. Os brasileiros e brasileiros adotivos eram a maioria da tropa, insatisfeita com o soldo e as poucas chances de promoção. Como foi visto, havia interesses corporativistas fortíssimos nesse rompimento. Dentro do braço do Estado colonial, o oficialato elitista e educado, mormente a artilharia, era a corporação mais apta ao rompimento, tanto que tomaram o poder rapidamente. Os oficiais insurgentes em 1817 não foram apenas instrumentos dos plantadores e comerciantes, mas o que Gramsci chamava de "agente substituto", ou seja, uma determinada categoria social que toma a frente de algum movimento, "substituindo" alguma classe, ou aliança de classes, ainda incapaz de tomar por si a iniciativa do momento. Essa incapacidade se dava pela própria divisão interna dos plantadores e comerciantes insurgentes, que levou ao seu fracasso militar e a se denunciarem uns aos outros no inquérito, a tal ponto que, como afirmou o padre Muniz Tavares, foi em 1817 que os Pernambucanos aprenderam a traição. As divisões internas das elites iriam se manifestar posteriormente de uma forma mais clara a partir de 1821, quando uma considerável facção das elites agrárias não desejava a união com o Rio de Janeiro, o que culminou com a Confederação do Equador, em 1824. Estas divisões, com configurações diversas, se renovariam nas várias quarteladas de 1831, finalmente desaguando na insurreição Praieira, em 1848.

Estas divisões dificultaram a organização das elites locais, em 1817, causando uma certa incapacidade das classes dominantes em tomarem uma iniciativa política mais precisa e univoca, o que levou o agente substituto, no caso o exército, a agir com uma relativa autonomia. Nesse sentido, 1817 foi, em grande parte, um **pronunciamiento** brasileiro, que fracassou, tal como tantos outros na América espanhola naqueles anos de luta pela independência, ou ainda a revolta de Gomes Freire em Portugal no mesmo ano da rebelião pernambucana. Não é absurdo pensar, como Oliveira Lima, que se tivesse vingado, a nova república das Américas teria um governo militar, e não civil, dominado por maçons e padres, como tem sugerido a historiografia hodierna, que exagera o poder das idéias liberais, o independentismo e a unidade das elites agrárias pernambucanas naquele momento. (57)

O primeiro calcanhar de Aquiles do projeto político dos rebeldes era o estado de penúria da infantaria, resolvido com o aumento do soldo, a primeira medida do governo insurgente. O segundo seria mais difícil de resolver. Se o oficialato era "bem criado", mesmo não sendo rico, havia também os mal criados, para quem a rebelião não tinha projeto de melhoria.

Os depoimentos confirmam a assertiva de Tollenare, mencionada acima, de que só veio depois a adesão do regimento dos negros, os Henriques. Foi somente no dia 27 de março que se juntaram os oficiais e soldados daquele regimento, (58) tendo a frente o Major Joaquim Ramos de Almeida.

Se bem que aderindo tardiamente, houve quem dissesse que os rebeldes "no Regimento dos Henriques tinham muita confiança e que estes se mostravam os mais efetivos daquele criminoso governo". (59) Talvez exagerasse a testemunha, com o intuito de desmoralizar a revolta, afinal antes da insurreição negros e mulatos talvez já fossem os melhores soldados nacionais, como observou Koster, (60) e porisso mesmo os mais bem disciplinados. É certo também que, durante a rebelião, eles ficaram encarregados da guarnição das fortalezas do Brum e das Cinco Pontas, (61) pontos fundamentais na defesa da cidade, já que dominavam o porto e a passagem dos Afogados, respectivamente. Isso confirma a importância daquele corpo para a insurreição. Mas não puderam também escapar das divisões que afligiam a tropa. Uma das denúncias que pesava sobre o Major daquela miliciaera a de ter aprisionado um Capitão, seu subordinado, que ficara do lado da coroa. (62)

A disciplina em si deve ter de fato contado para a obediência da tropa dos Henriques. E, segundo os brancos, muitas vezes só isso contava. Em Pernambuco chocava-se Koster, lembrado por Amaro Quintas, "...tal aqui é o terror, porque não sei que outro nome dê, que inspira a idéia da preeminência da hierarquia,...". (63) É dada a esta obediência que o advogado Aragão invertia o seu discurso ao defender os réus pobres. Aos ricos alegava a riqueza e nobreza como razões para estes não aderirem a revolta. (64) Muito menos com o envolvimento de "rapazes da mais baixa ralé e pobretões", conforme escreveu de seu próprio punho o Morgado do Cabo. (65) Mas, defendendo um réu "de côr", alegava o advogado que este era "sem riquezas sem influência e sem respeito", e porisso porque haveria de se envolver na revolta, a não ser pelo simples hábito de obedecer aos seus superiores? (66) O Sargento-Mor dos negros seria "um verdadeiro figurim, uma máquina, para ser dirigida a vontade do general dos rebeldes". (67) A sua assinatura na capitulação era falsa, ou então simplesmente "a firma de um prêto que nunca entrou em negócios de brancos". (68)

Depois da derrota na batalha próxima ao riacho Pindoba, com a pátria em perigo, foi o Capitão de artilharia Domingos Teotônio Jorge nomeado "Ditador" pelo governo rebelde. (69) Em Recife, reúne-se a tropa e proprietários simpáticos a causa para debater o caminho a ser tomado. Conforme testemunhas, alegou a defesa que naquele momento foram chamados a opinar o Sargento-Mor dos Henriques e um Coronel no batalhão dos pardos. Preferiram nada dizer porém, e apenas obedecer. (70) A questão racial não estava sendo tocada pela rebelião, e o entusiasmo então se arrefeceu.

Quanto aos escravos que participaram da revolta de 1817, o fizeram em obediência as ordens dos seus senhores, ou, dito de uma forma mais rude, conforme o advogado dos rebeldes, obedeceram "a gente de côr escrava, nascida e habituada a servir pelo medo do azourrague". (71) Mas o mundo dos escravos não era só o da obediência. Um ano antes houvera uma rebelião de escravos em Pernambuco, (72) e ainda outra em 1814. (73) Não obstante, e seria de estanhar que alguns indivíduos não tivessem se aproveitado da desunião das elites para se afirmarem. O tenente Antônio Henriques é lembrado pela sua coragem. Ao contemplar o pelotão de fuzilamento, declarou que se tivesse a sua disposição uma divisão semelhante não estaria naquele lugar. (74) Mas, que ironia, Antônio só fora preso por denúncia de um escravo de seu pai, de total confiança, que havia inclusive crescido junto com Antônio, e porisso era o único que o pai do acusado confiava para mandar mensagens ao filho escondido. (75)

Com a insurreição, aproveitaram-se os escravos para diversos atos, que se bem que descoordenados, não poderiam deixar de perturbar a ordem tão cara aos negociantes, como disse o advogado dos rebeldes. A rebeldia escrava era um entrave ao sucesso da revolta. (76) A 9 de abril, certamente baseado em precedentes, o governo revolucionário na Paraíba decretou que os escravos estavam proibidos de vender algodão ou qualquer outro produto agrícola, sem licença escrita do senhor, E, todo aquele que comprasse algodão a um servo, desconsiderando a licença do senhor, seria "tratado como se furtasse na lavoura de seu dono, devendo ser preso e remetido a cadeia...". (77)

Evidentemente que os cativos sofreriam com a repressão. Mesmo porque, como preconizou um realista, a melhor solução para os réus menores era simplesmente aterrorizá-los. (78) E de fato isto ocorreu. (79) Um parecer do Juiz da devassa aconselhava que os escravos encontrados com armas logo de manhã deveriam receber duzentos açoites na praça pública ou nas guardas principais. (80) Além disso, foram também confiscados (na prática presos) escravos de proprietários envolvidos na rebelião, como pena pelo envolvimento do seu senhor na insurreição. (81)

Houve uns que não ficaram passivos, mas se aproveitaram do momento, eram parte da "populaça", "entusiasmada da palavra liberdade", segundo um documento deixado pelo branco. (82) Assim foi um escravo do Padre Bento Farinha, quem sabe doutrinado pelo próprio clero, andava armado pela bela praia de Pitimbu, junto com um indivíduo não identificado, gritando "viva a pátria". (83) Ou ainda o "cabra" Luiz de Góis que insultou um português e tomou-lhe a espada de prata, que não mais foi encontrada. (84) Houve também um cativo que acompanhou o seu senhor e "no dia do levante apareceu armado de espada prestes para o serviço da pátria". Ele "ameaçava os soldados brancos que lhes havia de cortar a cabeça". (85) Finalmente houve gente que simplesmente aproveitou a confusão para cuidar dos seus próprios negócios, como

o escravo que fora solto da prisão pelos rebeldes, mas ..., imediatamente voltou a ser ladrão de cavalos. (86)

Como era comum na sociedade escravocrata, as elites rebeldes no momento de desespero ofereceram promessas de liberdade aos servos. (87) Essa possibilidade amedrontava as autoridades metropolitanas. (88) Deve-se porém se ter em mente a complexidade da estrutura de classe no Brasil colonial. Escravos e não escravos eram categorias sociais diferentes, mas muitas vezes, a pobreza e a cor da pele os unia. (89) Assim é que o "preto" Antônio Pedro insultou continuadamente e fez ameaças públicas, ao administrador de um engenho, ao receber de um rico rebelde a promessa da alforria de sua mulher, escrava no engenho Gargau. (90) Os escravos que participaram da insurreição de 1817, em geral, o fizeram por ordem dos seus senhores. Mas, houve também aqueles que, individualmente, aproveitaram o momento para de alguma forma melhorarem a sua condição de vida, ou para descarregar parte da violência sofrida em cima de algum branco.

No contexto ideológico, Mota considera que 1817 representou uma importante viragem mental de uma camada dirigente que, em busca de um equilíbrio perdido, procurava afirmar-se. (91) Foi, por essa razão, que os rebeldes teriam buscado um reajuste da hierarquia militar e até mesmo do resto da sociedade, para poder assim voltar a normalidade. (92) Para aquele autor, a situação colonial pesava mais sobre os proprietários, e assim a baixa classe não tinha muita consciência daquela condição. (93) O que foi dito acima porém mostra que havia uma consciência diferente por parte dos grupos subordinados. Uma visão talvez não tão complexa da situação colonial, mas não menos real. Isto enfraqueceu a insurreição. Indo-se adiante no tempo, pode-se arriscar a dizer que, já em 1817, pode-se ver as raízes da forma tomada pelo anti-luzitanismo em Pernambuco. O conflito entre os oficiais portugueses e seus subalternos, não era apenas um entre "marinheiros" e "patriotas", mas também um conflito racial, e mesmo de classe, do qual as elites pernambucanas mais tarde não iriam escapar. É possível que em 1817, uma parte das camadas subordinadas que almejava a propriedade, tenha também perdido a sua inocência.

A independência não resolveria estes problemas sociais que fraturaram o aparato militar em 1817. Muito pelo contrário eles se acirrariam. Em 1823, o Capitão Pedro Pedroso voltou a cena política com uma nova quartelada, expulsando o governo constituído do Recife, que mais uma vez ficou entregue a "populaça". Durante a Confederação do Equador, o Batalhão dos Pardos só não saqueiou o bairro do Recife porque foi impedido pelo Batalhão dos Henriques. Depois da queda de Pedro I, em 1831, novamente o Recife se veria tomado pela "soldadesca desenfreada", que saqueou várias lojas, e depois enbriagou-se até ser caçada e massacrada pelos senhores de engenho, estudantes de Direito e seus dependentes

rurais e urbanos. Houve centenas de mortos e mais de mil prisioneiros foram feitos então, não havia um único oficial envolvido no evento. Esse tipo de ocorrência, embora que com menos gravidade, repetiu-se pelo país a fora de tal forma que o exército foi intencionalmente desmembrado durante a Regência, pois temia-se o seu potencial revolucionário. (94) Temor amplamente compartilhado em Pernambuco pelas elites locais que, (95) inclusive só permitiram o desembarque de tropas do exército vindas do sudeste para o Recife, no primeiro ano da Regência, com a desmobilização e entrega da arma de cada um que descia do barco. Os donos do poder percebiam que era preciso, portanto, depurar o exército desse perigo de revolução. Em 1817, a elite agrária aliou-se ao descontentamento do oficialato mulato, bem criado mas não aristocrático, e portanto precisando de soldos melhores e maiores chances de promoção na carreira. Os oficiais mais bem criados, das famílias dos proprietários, foram o vínculo fundamental entre a corporação e os plantadores. O exército, em 1817, agiu então como agente substituto dessa classe de latifundiários na luta contra o sistema colonial.

Depois da independência, contudo, os descontentamentos dentro do exército continuaram pelos mesmos motivos, dificuldades de promoção e baixos soldos para os brasileiros mulatos e negros de famílias pouco influentes. Só que a aristocracia agrária agora estava no poder. As promoções feitas na independência não foram suficientes para acalmar a tropa de linha, como provam os vários motins entre 1832. (96) Havia um perigo real de que os grupos subordinados se manifestassem através do braço armado do Estado. E, de fato, nos eventos de fevereiro de 1823 e na Setembrizada, em 1831, a "populaça" e a "soldadesca desenfreada" foram uma só. Incapaz de depurar o exército desse caráter revolucionário, herdado do final do período colonial, Feijó e os governos provinciais simplesmente desmobilizaram o exército. Por alguns anos caberia apenas a Guarda Nacional, as Guardas Municipais e a Justiça de Paz a administração da justiça e do poder de polícia local. Os poderes dos aparelhos repressivos enfeixavam-se definitivamente nas mãos dos próprios donos de gado e gente.

NOTAS

(1) José Honório Rodrigues, "Explicação", in **Documentos Históricos: Revolução de 1817** (Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações), 1955, vol. CIII, p. 2.
(2) Carlos Guilherme Mota, **Nordeste 1817** (São Paulo: Perspectiva, 1972), p, 50.
(3) Francisco Augusto Pereira da Costa, **Anais Pernambucanos,** 10 volumes, 2ª ed. (Recife: Fundarpe, 1983-1985), vol. 8 **passim.** Glacyra Lazzari Leite, **Pernambuco, 1817** (Recife: Massangana, 1987), pp. 161-176.
(4) **Diário de Pernambuco** (Recife), 29/05/1841.

(5) Louis François de Tolleenare, **Notes Dominicales. Prises Pendent Une Voyage em Portugal et au Bresil en 1816, 1817, 1818,** Edição comentada por Leon Bourdon (Paris: Presses Universitaires, 1971) p. 550.
(6) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. XIV, p. 160.
(7) Ver por exemplo as defesas de Francisco Cavalcanti de Albuquerque, **Documentos Históricos,** vol. CVIII, 5 e segs; ou, de Francisco Paes Barreto. Idem, p. 29 e segs.
(8) Mota, p. 96.
(9) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVIII, p. 127.
(10) Ver, por exemplo, as defesas de Francisco Paes Barreto. **Documentos Históricos,** vol. CVIII, 46; e João Francisco do Rego Barros, vol. CIX, 147 e segs.
(11) Vide doc. in **Documentos Históricos,** CIX, p. 221.
(12) Francisco Muniz Tavares, **História da Revolução de 1817** (Recife: Imprensa Industrial, 1917), **passim.**
(13) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CV, pp. 102-104.
(15) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CI, pp. 14-16.

(15) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVII. pp. 230-265.
(16) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CII, p. 5-14.
(17) Henry Koster, **Viagens ao Nordeste do Brasil,** 2ª ed., trad. de Luiz da Câmara Cascudo (Recife: Secretaria de Educação, 1978), p. 58).
(18) Diversos Autores, **História do Exército Brasileiro** (Rio de Janeiro: Editôra do Estado Maior do Exército, 1972), vol. 3. p. 395.
(19) "U.S. Consul to Secretary of State", Microfilme T 344, 18/02/1818.
(20) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CII, pp. 226.
(21) Samuel Gusmão da Costa, **Formação Democrática do Exército Brasileiro** (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957), p. 82. 22 Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVIII, pp. 46, 178.
(23) **"Jelousy", sic,** "U.S. Consul to Secretary of State", Microfilme T 344, 18/02/1818,
(24) "U.S. Consul to Secretary of State", Microfilme T 344, 18/02/1818,
(25) Nessa área, próxima ao Recife, situava-se os alojamentos do Batalhão dos Henriques, formado por negros libertos, assim chamados em homenagem a Henrique Dias, herói da luta contra os holandeses. No atual bairro da Estância, a corôa doou algumas terras para Henrique Dias e seus herdeiros pelos seus serviços à corôa. Ofício de João Guedes de Sá, 06/02/1704, Arquivo Histórico Ultramarino, cit. in Vera Lúcia Accioly (org.), "Cadernos de História", (Recife: UFPE), 1983, pp. 21-23.
(26) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CII, p. 6.
(28) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CII, p. 6; CVIII, p. 165.
(29) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CII, pp. 6-7. Pedroso se envolveria em várias outras rebeliões, a maior delas em fevereiro de 1823. Frei Caneca confirma que era popular, tornara-se membro da irmandade do Livramento, assinando-se "Pedro da Silva Pedroso, pardo do Recife". Contou também que, num momento em que o Recife esteve em suas mãos, em 1823, dissera, tendo uma negra sentada em seu colo, que: "sempre estimei muito esta côr, é a minha gente". Vide doc. in Antônio Joaquim de Mello (Ed.), **Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca** (Recife: 1875; fac simile, Recife: Assembléia Legislativa, 1972), pp. 269-270.
(30) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CII, p. 7.
(32) Tollenare, op. cit., p. 548, e nota 39, p. 562. Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVIII, pp. 32-33; vol. CIX, p. 159.
(33) Na revolução de 1830 na França a participação dos oficiais de artilharia foi também importante.
(34) Francisco A. Pereira da Costa, **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres** (Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, Fac-simile da edição de 1882, 1981), p. 761
(35) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, pp. 156-161.
(36) Pereira da Costa, pp. 276-179.
(37) Idem, pp. 369-372.
(38) Idem, pp. 268-273
(39) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIII, pp. 211, 216; vol. CVII, p. 234.
(40) As defesas de Francisco Paes Barreto (**Documentos Históricos,** vol. CVIII, pp. 29 e segs.) e de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (**Documentos Históricos,** vol. CVIII, pp. 5 e segs.) exemplificam bem isto.
(41) Há aqui um contraste interessante com a revolta Praieira, onde escravos armados pelos senhores foram menos utilizados, ou ao menos não estão presentes na documentação. Isto provavelmente explica-se por questões demográficas e não porrque 1817 tenha sido de forma alguma emancipacionista. Apesar disso, como na Praieira, houve quem no momento do desespero da derrota oferecesse a liberdade aos escravos. Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CI, 190. Marcus J.M. de Carvalho, "A Guerra do Moraes" (Recife: UFPE, Diss. de Mestrado, 1986), p. 105.
(42) Koster, p. 233.
(43) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, p. 183.
(44) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, p. 222.

(45) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CI, p. 128. Vide também Pereira da Costa, p. 366.
(46) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVI, p. 161.
(47) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVIII, pp. 36, 114.
(48) **Documentos Históricos,** vol. CI, p. 181.
(49) Tollenare, p. 548.
(50) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CI, 64 - 65, 128.
(51) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CI, p. 13.
(52) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CI, p. 11.
(53) Vie doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, pp. 74, e segs.
(54) A.H. de Oliveira Marques, **História de Portugal,** 3 vols., 10ª ed. (Lisboa: Palas, 1984), vol. 2: 318.
(55) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, p. 214.
(56) Dos quatro irmãos, três tornaram-se Senadores, caso único na História do império.
(57) Manoel de Oliveira Lima, **Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico** (Leipzig: F.A. Brockhaus, 1895). pp. 250-251.
(58) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, p. 221.
(59) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CI, p. 226.
(60) Koster, p. 381.
(61) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CI, 127, 180
(62) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVI, 200.
(63) Cit. por Quintas, **A Revolução de 1817** (Rio de Janeiro: José Olympio, 1985), p. 116.
(64) Ver, por exemplo a defesa do futuro Visconde de Suassuna, in **Documentos Históricos,** vol. CVIII, pp. 5 e segs.
(65) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVIII, p. 46.
(66) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, p. 209.
(67) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, p. 222.
(68) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, p. 224.
(69) Pereira da Costa, p. 270.
(70) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, p. 222.
(71) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, p. 228.
(72) Tollenare, p. 545.
(73) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIX, p. 78.
(74) José Honório Rodrigues, "Explicação", in **Documentos Históricos,** vol. CII, p. 3.
(75) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CII, p. 79.
(76) Lazzari Leite, p. 114.
(77) Vide doc. in **Documento Históricos,** vol. CI, p. 96.
(78) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CII, p. 27.
(79) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVII, pp. 232, 247.
(80) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVI, pp. 132-133.
(81) Cabugá, por exemplo, teve todos os seus bens leiloados (Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIV, p. 126). Ver também as listas de escravos confiscados para leilão, in **Documentos Históricos,** vol. CIII, pp. 40-41.
(82) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVII, p. 246.
(83) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVI, p. 239.
(84) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CII, p. 226.
(85) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CVI, p. 196.
(86) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CIII, p. 24.
(87) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CI, p. 190.
(88) Lazzari Leite, p. 112.
(89) Para uma visão dos escravos como uma ordem, contendo classes e subclasses, vide Décio Saes, **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)** (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985), pp. 80-82.
(90) Vide doc. in **Documentos Históricos,** vol. CII, p. 232.
(91) Mota, pp. 50, 72-73, 94.
(92) **Ibid.,** pp. 97-98.
(93) Mota, p. 93.
(94) W. Duddley, **Reform and Radicalism in the Brazilian Army, 1870-1889** (Columbia University; Ph. D. Diss., 1972), pp. 14-15.
(95) Joaquim Nabuco, **Um Estadista do Império** (Rio de Janeiro: Garnier, 1897), pp. 22-23.
(96) Após a independência o governo pernambucano fez pelo menos 90 promoções novas, contemplando várias pessoas, e dando o próprio comando de armas ao Capitão Pedroso, que poucos meses depois se insurgiria novamente. Marcus J.M. de Carvalho, "Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835" (Urbana: University of Illinois at Urbana-Champaign, Diss. de Doutorado, 1989), p. 40.

ALAGOAS: A CULTURA QUE SURGIU DAS ÁGUAS

ALAGOAS: A CULTURA QUE SURGIU DAS ÁGUAS

JOSÉ MARIA TENÓRIO ROCHA

Tenta-se fazer um exame da cultura alagoana, verificando através de seus condicionantes históricos, a construção de uma cultura híbrida, que se formou a partir do desatrelamento da capitania de Pernambuco.

Nota-se nesta construção a força esmedida da busca de estabelecimento de uma cultura própria, mas que ainda, mesmo inconscientemente, se vê atrelada às antigas amarras, o que é denotado por exemplo quando uma firma comercial maceioense anuncia em propaganda insistentemente repetida: "se no Recife tem na Caso do Colegial também tem".

Observam-se as questões contraditórias do próprio nome do estado e a sua vida impregnada e dependente de águas salgadas, salobras e doces: tudo é água, tudo em função das águas.

Devido a pequenez territorial e a parca economia reinante foi criado o desejo de superação, a busca de reconhecimento a todo custo, assim é que se espraiou de forma intensa a procura da marca de alagoanidade, marca que muitas vezes não se sustenta de forma a convencer.

O trabalho ainda contrapõe a posição dos que emigram a dos que ficam. Verifica-se a situação dos grupos indígenas e dos trabalhadores rurais, frente ao altíssimo índice de analfabetismo e a má distribuição de riquezas que talvez sejam causas da falta de greves na zona canavieira por exemplo.

Conclui que a religiosidade popular e a festa como vivência intensa do fato folclórico são paliativos ideológicos que permitem "manter o homem de pé" e o faz ter esperanças.

INTRODUÇÃO

A instrumentista e compositora Rosinha de Valença ficou

profundamente irritada quando, em entrevista coletiva concedida em Maceió, um jornalista menos avisado, mas muito enfático, inquiriu: "Você fala muito bem português, até com gírias.... quando é que você chegou de **Valência** para morar no Brasil?

A artista virou-se para o repórter fulminando e disse: "Você parece que nunca estudou nada de geografia; porque se tivesse estudado, iria saber que **Valença** não é nenhuma cidade da Espanha nem nada, Valença é território do Rio de Janeiro e Rio de Janeiro é Brasil, ou não é?"

Igual irritação sentíamos quando, morando no sudeste do país, éramos apresentados às pessoas e muitas delas, para gozar diziam: "E essa Alagoas onde é que fica?" Da chateação inicial procurávamos nos safar igualmente através de gozação: "Você já ouviu falar no Vietnam? Pois é, Alagoas faz fronteira entre o Vietnam do Norte e o do Sul, toca também em uma parte do Cambodja; mas todos lá falam português mesmo". E a coisa terminava em riso meio amarelado.

E eu ficava a me indagar: seria apenas pura brincadeira inconseqüente, ou era a veiculação de uma ideologia bem absorvida que os fazia, consciente ou inconsciente, pretender diminuir os Estados menores, não industrializados?

Porque será que apenas o sudeste maravilha, desenvolvido industrialmente, deveria ter o direito à voz e ao voto, e o resto do país, como periferia, teria que se curvar diante dos senhores brancos, fortes e corados, e aceitar as regras que de lá chegassem?

Fazendo reação contra esse apriorismo, compositor/cantor Gordurinha, bem atento à questão, compôs interessante música, onde destila:

"...É que o Brasil foi descoberto na Bahia,
O resto é interior..."

Mas, e Alagoas, como provar muito bem provado sua existência se até certos habitantes de um Estado lindeiro afirmam que aquele Estado nunca existiu de fato, é simplesmente o **Sul de Pernambuco?**

A questão que para muitos parece ser como espinha na garganta, pode ser compreendida através da visão da História. É que em verdade, as Alagoas surgem integradas à Capitania de Pernambuco, e até o ano de 1817, pertencia a esta unidade administrativa. Após a emancipação, feita sem guerra e sem derramamento de sangue, muitos dos aguerridos pernambucanos não aceitaram a separação, uma vez que perderíam não somente uma porção geográfica importante, mas sobretudo as grandes divisas trazidas com o fruto do labor canavieiro.

De fato, muitos ainda distorcem a verdade histórica, ou repetem uma lição de notável urdidura, tramada de forma ideológica já há muito desgatada. Há aqueles que teimam em pensar ter sido

a Emancipação Política de Alagoas castigo para os pernambucanos por terem participado da Revolução de 1817, e prêmio para a banda sul — a futura Alagoas por não terem estes se imiscuído naquele movimento.

No entanto, nessa época, a parte sul já possuía sobejas condições econômicas que possibilitavam a sua autonomia, já havia feito à custa de muito esforço, a construção de sua própria fisionomia e identidade, demonstrando a cada passo as possibilidades de viver às próprias espesas.

Relatórios de dominadores holandeses e de administradores pernambucanos dos séculos XVII e XVIII, demonstravam claramente que a banda sul já possuia espaço físico delimitado, economia diferenciada e condições suficientes para sair das amarras.

O Decreto Real de D. João VI, ao invés de ser interpretado como prêmio, foi apenas reconhecimento tácito da existência de uma cultura com configurações próprias, que construiu a duras penas, a sua liberdade e existência, transformando as fraquezas em fartas motivações de lutas contínuas para essa construção, esse reconhecimento cabal.

E Alagoas se fez em meio a lutas e trabalhos, nem sempre compensadores, mesclados a renúncias e muitas contradições.

Dentre as inúmeras contradições existentes, a primeira delas começa pelo seu próprio nome; é que Alagoas é a forma **metaplástica*** do termo **lagoa**, no plural. A denominação toponímica foi empregada pelos primeiros habitantes da terra para nomear a reglão compreendida entre a Ponta Verde (Maceió) e o Porto do Francês (município de Marechal Deodoro), portanto, a região onde estão loccalizadas as maiores formações lacustres: Lagoa Mundaú ou do Norte e Manguaba ou do Sul. A palavra também serviu para denominar a antiga sede da comarca e antiga capital-Santa Maria Magdalena das **Alagoas** do Sul e do Norte, atual Marechal Deodoro.

Assim, a nomenclatura dada a então Província das Alagoas, posteriormente Estado de Alagoas, apenas respeitou os aspectos geográficos situados ao derredor da "nova" capital, não a toda a província, futuro Estado. Aliás, observe-se que na mudança do regime político, de Império para República, houve também mudanças na denominação, ao invés de ser denominado Estado das Alagoas, passou-se a grafar por erro, Estado de Alagoas.

Tomando a parte pelo todo, a denominação vingou e acompanhou toda a evolução histórica, mas é Maceió, desenvolvida em função do porto marítimo de Jaraguá, que realmente possui água por quase todos os lados, mesmo sem ser ilha, mas apenas uma restinga.

A própria palavra Maceió surgiu em função das águas, do tupí **MAÇAI-O-K** (a tapagem do alagadiço, ou o que tapou o alagadi-

ço); ou **MAÇAI-OK**, ou ainda MAÇAI-O-G (tapagem, ou o que tapa o alagadiço).

Comentando o determinismo das águas na formação de Alagoas, o escritor coestaduano Aurélio Buarque de Holanda Ferreira assim se expressa de forma poemática:

> "Águas, Águas. Marítimas, lacustres, além de fluviais—sobretudo as do São Francisco, muito lá - longe.
> Uma toponímia úmida, aquosa. Desde o nome do Estado - Alagoas - e o da capital (talvez do tupí Maçayó, 'o alagado' (...) até os bairros - Poço, Levada, Bebedouro—os de povoações e municípios, como Riacho Doce, praia belíssima, **epônimo*** e cenário de um romance de José Lins do Rêgo, e famosa por seu petróleo, e nomes de lugares vários do interior: Volta d'Água, Bica da Pedra. Água Branca, Barra Grande, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Minador do Negrão, Olho d'Água das Flores, Rio Largo, Porto Calvo, Porto de Pedras, Porto Real do Colégio". (1)

Esse determinismo geográfico propiciou o surgimento de variados cognomes, ufanistas uns, eufemistas outros, assim é que se denomina para Alagoas: "Terra das Águas", "Paraíso das Águas", "Terras das lagoas", "Terra do Sururu". Os eufemistas sugerem desta forma "Estado Doçura", devido à economia canavieira predominante, "Terra dos Marechais" referindo-se ao Marechal Deodoro da Fonseca e ao Marechal Floriano Peixoto. O Hermes da Fonseca, que muitos pensam ser alagoano, é, embora sobrinho de Deodoro, gaúcho. Agora começou a surgir um outro cognome "Terra de Presidentes", pretendendo referir-se certamente a Deodoro e Floriano, porque Fernando Collor, embora lhe seja atribuído alagoanidade, é como no caso de Hermes da Fonseca, nascido fora do Estado, no Rio de Janeiro.

A capital do Estado também recebe cognomes afetuosos, que são: "Terra do Gogó da Ema", indicando a existência de antigo coqueiro torto à beira-mar; "Cidade Sorriso" "A mais prateada morada do sol". "O mais lindo recanto do sol" e o recente "Marceió".

Já que parece ser ponto pacífico a existência real do Estado de Alagoas, necessário se faz situar geograficamente.

O território de 27.703 Km2 de superfície, corresponde a 0,33% da área total do país, com uma densidade demográfica de cerca de 64.60 Hab./Km2. Limita-se ao norte e a noroeste com Pernambuco, ao sul com Sergipe, tendo a linha divisória feita pelo rio São Francisco, a leste com o Oceano Atlântico e a sudoeste com Pernambuco e Bahia. Portanto, duas de suas fronteiras são contornadas por água: 300 Km de costa atlântica e 300 Km de rio São Francisco.

Nesse pequeno território acomodam-se 97 pequenos municípios, alguns dos quais receberam esse **desideratum**, (1) graças a atuação de certos políticos preocupados com ações elitoreiras.

Sua população resultante de cruzamento pluriracial dada a mistura do branco dominador, do escravo negro-africcano e do índio, propiciou o surgimento de um tipo físico bastante preponderante: moreno, de baixa estatura, cabeça redonda e rosto largo, ou, para falarmos em termos científicos: pequena estatura, **braquicéfalo**, (2) pequena altura cefálica e notável distância **bizigomática**. (3)

Essa população concentra-se em maior parte no meio rural e volta-se em grande maioria para as atividades vinculadas ao setor primário da economia. (4)

Falarmos em limites político-administrativos nos obriga a repensar os seus verdadeiros papéis funcionais. Repensemos por um momento as fronteiras culturais, estas nem sempre podem ser demarcadas por atos governamentais, nem mesmo por condicionantes geográficas, verifiquemos que a questão cultural, de fato, ultrapassa as barreiras de uma pretensa linha demarcatória, artificial.

Pensemos em Alagoas nestes termos e constatemos que a cultura alagoana, como a de outros Estados Brasileiros, é mesclada, sabiamente sincretizada com a contribuição de homens de outras partes, de outros Estados.

Numa rápida pincelada em busca de identificação cultural poderemos notar que a cultura alagoana do oeste é mesclada com a contribuição dos Estados de Pernambuco e da Bahia, e que os homens de Água Branca e Delmiro Gouveia têm maior contacto com aqueles Estados, através dos municípios limítrofes que com a capital alagoana, e que os habitantes do leste alagoano mesclam a sua cultura com a dos municípios fronteiriços de Pernambuco, e aí o vice-versa é fato palpável. De Pernambuco chega a Maragogí, São Miguel dos Milagres, Porto Calvo a informação cultural. Para São José da Coroa Grande, Barreiros, Palmares, vai a cultura alagoana, numa troca de experiências ao mesmo tempo válida e sumamente real.

No sul de Alagoas a cultura mesclada, chega a não ser sergipana nem alagoana, mas cultura do Baixo São Francisco, fato que se pode verificar no dia-a-dia dos artesãos de Carrapicho (SE) e na venda de seus objetos artesanais e artísticos em Penedo e em outros municípios de Alagoas.

Ainda no centro-norte de Alagoas, o contecto dos habitantes do agreste com Pernambuco é fato diuturno, concreto. Quebrangulo e Palmeira dos Índios, para darmos apenas dois exemplos, mantém intercâmbio comercial com Lagoa do Ouro, Bom Conselho e Caruaru, como se fôssem municípios bem próximos. E, no ato de participar de uma feira — "a maior universidade do povo" — no acertado dizar do mestre Luís da Câmara Cascudo, com os homens, seguem não só os produtos a serem comercializados, mas a fala, a experiência, a troca cultural. (4)

Desde os seus primeiros dias de existência, mercê do massapê e das águas marítimas que permitiam o escoamento do produto,

a cana-de-açúcar foi plantada e vigorou, tanto que possibilitou a formação da chamada "Civilização Agro-industrial do Açúcar" e essa riqueza chegou a colocar o Estado na qualidade de primeiro produtor brasileiro.

Dos engenhos insípidos em seus inícios, às modernas usinas da atualidade, quase tudo em Alagoas gira em torno da cana. O açúcar aliado à criação de gado bovino, forma o binômio que dá a sustentação econômica.

Foram as casas dos senhores de engenho que atraíram os padres, que passaram não apenas a cuidar dos misteres religiosos, mas também a ministrar o ensino das primeiras letras e a produzir literariamente; por isso, a assertiva tão propalada da literatura alagoana ter nascida nos conventos e igrejas, encontrada ressonância e teve um precursor: Frei João de Santa Ângela Alagoas, o nosso primeiro escritor.

O grupo literário mais produtivo e mais instigador da fase inicial de Alagoas surgiu com a chamada por Dirceu Lindoso de "Geração de 1860", nela se inscrevem: o crítico do estado burocrático imperial Aureliano Cândido Tavares Bastos, o cultor de História Natural, Ladislau Neto, o botânico e historiador Melo Moares, o geógrafo e historiador Tomás Espíndola, o autor de duas corografias notáveis José Alexandrino Dias de Moura, o naturalista Manoel Joaquim Fernandes de Barros, os historiadores Arthur Guimarães de Araújo Jorge e João Francisco Dias Cabral, este, sendo o introdutor nas Alagoas das idéias de Charles Darwin e de **Wallace.** (1)

Essa geração das mais ilustres de todos os tempos, teve na figura de Tavares Bastos seu cultor mais fecundo e mais conhecido nacionalmente, devido às idéias avançadas de que era possuidor e divulgador.

É essa uma geração de pensamento "histórico utópico, vinculado por uma intelectualidade senhorial saída da classe dominante do Império". (5)

No decorrer de sua história cultural, Alagoas foi dotada de figuras exponenciais, alguns de renome internacional por suas produções significativas. Assim, no terreno da Literatura conta com Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda, Ledo Ivo e Carlos Moliterno; nas Ciências Sociais os nomes de Alfredo Brandão, Estevão Pinto, Manuel Diégues Júnior, Théo Brandão, Arthur Ramos, Otávio Brandão, Abelardo Duarte, Dirceu Lindoso e Moacir Palmeira; nas Artes: Rosalvo Ribeiro, Virgílio Maurício, Misael Domingues, Benedito Silva, Hermeto Pascoal, Djavan. Anilda Leão e Guilherme Rogato; na Política, Rui Palmeira e Teotônio Vilela; na História: Moreno Brandão, Craveiro Costa, Manuel Maurício de Albuquerque e Moacir Medeiros de Sant'Ana; no Direito, a personalidade exponencial de Pontes de Miranda.

São figuras que por sí só se apresentam e constituem monumentos do saber, das artes e da cultura brasileira e internacional.

No evoluir da história da cultura alagoana ficou fortemente marcante o predomínio da cultura popular sobre a erudita, o que fez o sempre atento Dirceu Lindoso afirmar:

"Apesar de seu forte conteúdo de erudição, às vezes estéril, (a cultura alagoana) manteve fundamentos populares. Força é reconhecer que nem sempre eses fundamentos foram considerados legítimos. Às vezes sobre o popular — o mais culturalmente expressivo da vida de nossa gente alagoana praeira, sertaneja, matuta —, pairou, como uma **espada de Dâmocles,** (1) a ameaça de uma tradição cultural erudita (às vezes só formalmente erudita) aprendida nas bibliotecas conventuais, ou a intolerância do exercício do poder do tipo colonial". (6)

Essa predominância do popular sobre o erudito, pode ser demonstrada através da antiga admiração de folcloristas pela criatividade do homem alagoano.

Théo Brandão, José Maria de Melo, José Aloísio Vilela e José Pimentel de Amorim, grupo de rapazes da cidade de Viçosa, começaram a estudar e a discutir a cultura folclórica nas décadas de vinte e trinta. Tanto pesquisaram e estudaram que tornaram-se mestres; assim foi criado a chamada "Escola de Viçosa", denominação alcunhada pelo sociólogo alagoano Manuel Diegués Júnior.

No começo das pesquisas os rapazes começaram a ficar maravilhados com a criatividade do homem alagoano. Uma trova bem elaborada, uma estória de trancoso com uma urdidura invejável, um provérbio que cabia como uma luva em certas situações, constituía admiração desmedida, e cada vez mais a "criatividade alagoana" crescia às suas vistas.

Ao saírem da pequena Viçosa, começaram a entrar no mundo mágico das obras de autores estrangeiros. Aí os estudiosos começaram a perceber que o homem alagoano não era tão criativo assim, aquilo que os fazia admirar e virar antes, tratava-se na verdade, de versões ou variantes recebidas através do processo aculturativo. (7)

A busca da verdadeira criatividade do homem alagoano, a procura pachorrenta e ujanista da origem do fato social essencialmente alagoano, provoca entre os estudiosos certos desentendimentos, alguns graves e outros bastante incompreensíveis.

É muito natural em meio a discussões sobre o folclore em Alagoas surgir a pergunta feita por professores: "Além do pastoril e da cavalhada, o que mais nasceu em Alagoas?", outra, "Sabemos que o bumba-meu-boi nasceu no Maranhão; o que teria nascido em Alagoas? Qual seria a marca registrada do fato folclórico das Alagoas?".

As negarmos as afirmações feitas e provarmos que nada é apriorismo de nenhum Estado, a negativa é tomada como agravante. Mas isso não é apenas culpa dos atuais professores, que muitas

vezes bem intencionados, procuram uma marca própria de alagoanidade. A culpa cabe a diversos folcloristas que apaixonados pela versão local do fato, não encontrável em outro Estado, passa a dar o rótulo de alagoano. Assim eu mesmo procedi em relação a expressão de religiosidade dançada, de nome "Mané do Rosário" e publicamente me penitencio; assim procedeu José Aloísio Vilela em relação ao "Coco Alagoano" e Théo Brandão, com referência "As emboladas" e ao "Guerreiro Alagoano", coisas que só o tempo faz amadurecer e desprezar certas amarras que cheiram a patriotada, mesmo que inócua. (1)

Atípica é a questão do ser alagoano na visão do historiador maceioense Moacir Medeiros de Sant'Ana. Preocupado com a elaboração da bibliografia de autores alagoanos, um trabalho exaustivo, para o estudioso ser alagoano é o fato do autor ter nascido em Alagoas, embora possa ter emigrado há muito tempo, ou ter vivido toda uma vida fora do Estado.

Criticando esta posição, o estudioso sergipano Jackson da Silva Lima, autor, entre outros de **"Os estudos etnográficos, antropológicos e sociológicos em Sergipe"**, endossa uma posição que também é a nossa, ao afirmar: para o meu trabalho foram prioritários não apenas os autores que nasceram em Sergipe, mas todo e qualquer autor que fez reflexões sobre a cultura em Sergipe e teve a sua obra circulando no Estado, sendo conhecida, sendo estudada, sendo absorvida". Afinal de contas, o que adiantaria fulano ou sicrano ter nascido em Sergipe e ter ido embora quando criança e feito toda uma vida intelectual fora do Estado, sem ter as suas obras circulando e sendo motivo de discussões em sua terra natal?

Os que Emigram...

Parece ser uma marca registrada dos alagoanos o costume não salutar de esquecer, desprezar ou propositadamente desconhecer os que emigram; os que ficam na terra, chegam a sentir uma espécie de ódio ou mesmo sentir-se diminuído quando observam a vitória dos que moram fora da terra. Esse fato pode ser bem compreendido através de ocorrência bastante recente: ao ser organizado um seminário sobre antropólogos alagoanos de todos os tempos, foi lembrado de convidar um historiador e antropólogo muito festejado, que há muito tempo reside fora do Estado, mas que tem toda uma obra dedicada as Alagoas (seria uma espécie de penitência pela "culpa social" de viver no exílio voluntário?).

Ao ser mencionado o nome de tal estudioso, pessoa ciosa de sua alagoanidade perguntou: Para que convidar essa pessoa, que há mais de vinte e cinco anos está fora do Estado e não está sabendo da nossa situação cultural? Será que em Alagoas não existem pessoas que possam realizar tal empreitada?

A negatividade do questionamento representa uma busca inconsciente de querer obcurecer as qualidades daquele que não está no convívio quotidiano. Medo de concorrência, inveja do sucesso do outro, pena de si por não se sentir alvo de admiração; tudo junto é o que espelha este estágio que se assemelha àquela condição do professor que não quer preparar aulas para ministrá-las bem e, como que faz um pacto tácito com os alunos relapsos: "Olha, vocês não precisam estudar, porque eu também não estou disposto a dar aulas; fica tudo bem, tudo certo!".

Ou será que poderíamos formuir uma interpretação bem a outro nível, e encontrar a raiz do problema nas condições econômicas do Estado que não propiciam melhorias para aqueles que querem ter a aventura de melhorar o conhecimento? Ou a raiz do problema estaria ainda na absorção da ideologia que tenta diminuir ou "anular" os Estados em benefício dos hegemônicos?

OS ANTIGOS DONOS DA TERRA, HOJE DONOS DE NADA: AS TRIBOS INDÍGENAS DE ALAGOAS

Para os índios ou "caboclos" de Alagoas a questão de identidade étnica é problema crucial; problema que é enfrentado com garras bem afiadas e, sempre dispostas ao ataque ou mesmo a defesa sem trégua.

O quadro do não reconhecimento propositado por parte da sociedade mais ampla, pode ser pintado ou percebido em situações bem singulares como estas:

Por ocasião da posse do cacique Xucuru-Karirí Manoel Celestino (cerca de 1979), seguimos à Fazenda Canto, Aldeia Xucuru, com apetrechos para realizar filmagens. Ao passar pela cidade de Palmeira dos Índios, afirmamos exultantes: — Viemos filmar a posse do cacique!" — Que cacique? Que índio? Aqui não existe índio não, meu senhor; índio só lá p'rás bandas do Amazonas". Ouvimos isto muitas vezes.

Estudantes universitários, mesmo preparados para entender o sentido de ser índio na atualidade, ao chegar a Aldeia Karirí-Xocó, de Porto Real de Colégio, ficaram desolados por encontrar pessoas como nós, que vivem como nós e falam igualmente a nós. O índio de cocar de penas, arco e flecha, não foi encontrado; ao revés, presenciou-se "curumins" assistindo o "Programa da Xuxa" e cantando a festejada música "Vamos brincar de índio", fazendo os gestos de índios "americanos", via cinema.

Quando representantes do grupo Tinguí-Botó, de Feira Grande se dirigia a Brasília para providenciar ou tentar acelerar o processo de reconhecimento pela FUNAI, saíram trajados com roupas e alfaias próprias de seus antigos rituais. Andando em Maceió, por

instantes, eram gozados por transeuntes que achavam tudo aquilo sinonímias de palhaços e bobos de carnaval.

Ao chegarmos com um grupo de pesquisadores em Joaquim Gomes, quase ninguém sabia ou queria informar onde era a aldeia dos Wassu de Cocal. Mas eles estão lá, e segundo afirmam, há centenas de anos, só que devido as mortes por questões de terras, posse e retomada, fez com que a população da cidade se sentisse amendrontada e ameaçada.

Depois de um quadro desses, será que poderíamos fazer a pergunta que a mídia colocou no ar — Todo dia é dia de índio?

OS GRUPOS INDÍGENAS ALAGOANOS

A literatura etnográfica tradicional demonstra que no sul de Pernambuco, depois Província de Alagoas, inúmeros grupos indígenas alí "estacionavam", os mais citados são os Caetés, por teram feito o morticínio e praticado "Ato de Antropofagia" no Bispo Dom Pero Fernandes Sardinha e sua comitiva.

Trabalhos existem como o do etnólogo Abelardo Duarte, por exemplo, que lista esses índios, dando pequenas informações sobre seus territórios. No entanto, os grupos remanescentes mais citados são aqueles quee habitam em Palmeira dos Índios e Porto Real de Colégio, seguido daqueles quee recentemente foram reconhecidos pela FUNAI, residentes em Feira Grande e Joaquim Gomes, a seguir discriminados.

OS KARIRÍ-XICÓ

O grupo Karirí-Xicó possui aldeia às márgens do rio São Francisco, na cidade de Porto Real do Colégio. É constituído por 120 famílias, com cerca de 900 pessoas.

Reivindicaram, invadiram e tomaram posse da Fazenda Modelo da Codevasf (em 1979) que fora construída em suas antigas terras. A fazenda conta com 500 hectares de terras e cerca de 50 casas de tijolo e telha.

Afora a Fazenda Modelo, possuem o "Bairro Karirí", próximo à Fazenda, bem perto da cidade.

OS XUCURU-KARIRÍ

Os Xucuru-Karirí habitam no município de Palmeida dos Índios e possuem duas Aldéias — a antiga Fazenda Canto, distante uma légua da cidade, adquirida pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios, em 1954, com 372 hectares de terras, com a finalidade

de juntar os remanescentes indígenas espalhados pelo município, e onde existe um Posto da FUNAI. A Serra da Cafurna, com "uma légua em quadro" conseguida de volta ou retomada através de reinvidicação forte e movimento consequente, em fevereiro de 1981. Nesse ano, a população era contada em 1200 pessoas que foram divididas por sérias questões familiares em dois grupos bem distintos e antagônicos: os da Fazenda Canto e os da Serra da Cafurna, também popularmente de Serra da Boa Vista.

OS TINGUÍ-BOTÓ

O grupo Tinguí-Botó reside na localidade de Olho D'Água do Meio, no município de Feira Grande, é formado por 500 pessoas que habitam em 500 hectares de terras.

O reconhecimento do grupo pela FUNAI aconteceu em 1983.

OS WASSU DE COCAL

Os índios Wassu habitam na aldeia de Cocal, município de Joaquim Gomes. É grupo formado por 425 caboclos que têm a posse de 300 hectares de terras, delimitadas pela FUNAI.

Afora os grupos mencionados, dois outros estão em fase de reconhecimento pela FUNAI, um deles situado no município de São Sebastião e outro em Pariconha, distrito de Água Branca, de quem não possuímos informes seguros.

Muita coisa em comum existe entre os quatro grupos citados inicialmente, a saber — são aculturados e absolutamente integrados à chamada cultura nacional; praticam, como forma de subsistência, a agricultura e o artesanato da cerâmica utilitária; cultivam poucos traços da cultura dos antepassados, exceção ao Toré e o Culto do Ouricurí, e quase não falam a língua nativa, exceção de algumas palavras que formam frases esparsas. (8)

A situação social dos índios de Alagoas, se bem que tenha vários pontos de semelhança com a dos trabalhadores rurais em geral, possui uma diferença fundamental, apontada pelos próprios trabalhadores que os conhecem, é que enquanto estes aspiram a terra para o trabalho, aqueles a possuem e não produzem: falta a semente, falta a ferramenta e muitas vezes até o ânimo. A fome propicia este estágio.

Os projetos desenvolvidos pela FUNAI muitas vezes não chegam a se concretizar em sua plenitude, ou a motivar a integração aos mesmos, e os índios, como todo o trabalhador rural põe a enxada às costas, e anda léguas em busca de trabalho.

Quais seriam as condições das classes menos privilegiadas em Alagoas na atualidade, como formar um quadro geral?

A riqueza concentrada em mãos de uma minoria privilegiada, os latifúndios que não permitem uma repartição para uma reforma, os salários cada vez mais mínimos, a falta de trabalho, a falta de saúde e boa higiene, o alto índice de mortalidade infantil, junto às doenças endêmiccas, tudo isso aliado ao altíssimo índice de analfabetismo, sendo Alagoas um dos campeões de analfabetismo do Brasil. Tudo isso forma um quadro bastante desolador em contraste com Maceió, capital brasileira do turismo, com suas propagadas praias que possuem água morna, areia branca, somada ao encantador tom azul ou verde do mar que tanto atrai o forasteiro, no dizer dos "experts" do turismo.

A má situação dos alagoanos integrantes das camadas menos favorecidas permite o surgimento de um tipo de religiosidade popular bastante típico no Nordeste — os adeptos do Padre Cícero e do Frei Damião que, através da crença, tenta relegar, compreender ou aceitar os castigos e ter esperanças em um dia tudo melhorar. A título de informação é bom lembrar que Alagoas é o Estado nordestino que possui, em números relativos, o maior número de romeiros que seguem a Juazeiro do Norte todos os anos.

Nesse estágio de conformismo, facilmente podem ser encontradas às raízes do coronelismo, do voto de cabresto e sobretudo a ausência total de greves na zona canavieira, encontráveis ali no Estado de Pernambuco, por exemplo.

Revoltado, mas impotente e medroso, o alagoano de baixa renda procura uma válvula de escape para minorar seu sofrimento ou pelo menos criar situações de bom humor, para ter condições de ir vivendo ou fazer de conta que vive; a escapatória, quase que invariável, é encontrada na aguardente, à qual dá nomes significativos e engraçados, como estes: "Birinaite", "Cabo", "Sargento", "Cafezinho", "Cilibrina", "Goimira", "Goró", "Truaca" e uma infinidade de outros. (9)

Mas não só na cachaça o alagoano afoga as suas mágoas, ou encontra lenitivo para os seus queixumes, as manifestações folclóricas, especialmente os folguedos, as danças, as cantorias são um espaço social próprio para o desabafo, e não só desabafo, mas para a sociabilidade, para a demonstração de sua veia artística, para se sentir admirado, enfim.

Dentre as variadas representações cantadas e dançadas, a que possui maior número de admiradores e adeptos é o Guerreiro, tido como Guerreiro **Alagoano** e por isso, transformou-se em marca registrada de Alagoas, de um certo tempo para cá.

Entre os seres oprimidos que dançam e a representação das fortes cenas guerreiras parece existir uma forte simbiose, pois denota aquilo que eles não conseguem realizar na práxis, mas no teatro, a magia da representação realiza suas vontades e anseios sufocados.

Numa vida de pressões terríveis, a escapatória parece ser mesmo a festa, numa tentativa de transmudação do real, para a aquisição da felicidade, e o alagoano é isso, um povo cheio de esperanças, que talvez nem se concretizem, mas a fé existe e é perseguida.

Ao invés de conceber como foi dito outrora por ufanistas incuráveis: "Ser alagoano é padecer num paraíso", o analista da cultura alagoana Dirceu Lindoso contraria, afirmando que "Alagoas é o que se ama e dói. (...). Alagoas vive e dói na alma de cada um". (10)

FONTES CITADAS

1 — FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Apud LAGES, Solange Berard, et alii. 1979 **Alagoas, Roteiro Cultural e Turístico.** Maceió, Edição dos autores: 9.

2 — IVO, Ledo 1976. **Estado de Alagoas.** Coleção Nosso Brasil. Rio de Janeiro Bloch: 35.

3 — ROCHA, José Maria Tenório. 1977. **Folclore Brasileiro** — Alagoas. Rio de Janeiro, MEC, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro: 7-8.

4 — . 1988. Da História que temos a História que queremos: Para não dizer que não falei de amor. Maceió, UFAL, MS, inédito.

5 — LINDOSO, Dirceu. 1985. Interpretação da Província: Representação social na escrita da cultura alagoana do século XIX e Ruptura e continuidade na cultura alagoana. In **Cadernos de Cultura - 2.** Maceió, Secretaria de Cultura: 87.

6 — . 1981. **Uma Cultura em Questão: a alagoana.** Maceió, EDUFAL.

7 — Sobre o tema, recomendamos a leitura de: ROCHA, José Maria Tenório. 1976. O Coronel do Folclore, José Alofsio Vilela. Jornal de Alagoas, Maceió, 6 de Maio.

8 — . 1984. José Maria de Melo, o último remanescente da Escola de Viçosa. In **Boletim Alagoano de Folclore.** Ano XXVIII. Comissão Alagoana de Folclore/INF/UFAL, Maceió: 17-23.

9 — . 1988. **Théo Brandão, Mestre do Folclore Brasileiro. Maceió, Museu Théo Brandão.**

10 — . 1990. **Para uma bibliografia sobre os índios de Alagoas. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Antropologia. MS inédito.**

11 — BARROSO FILHO, Luiz Gonzaga. 1990. **Um lero-lero sobre a cachaça. In É tempo de Folclore,** Nº 3, Maceió, 2º semestre de 990: 12.

12 — LINDOSO, Dirceu. 1981. **Uma Cultura em Questão: a alagoana.** Maceió, EDUFAL: 28.

O BÓIA FRIA EM ALAGOAS

BÓIAS FRIAS DAS ALAGOAS

RISONGIDE GOMES ARAUJO

RESUMO:

O autor analisa os riscos diretos e indiretos que incidem sobre os trabalhadores no Brasil, comparando-os com a situação em outros países; particulariza a questão dos trabalhadores "bóias-frias" da lavoura de cana-de-açúcar, suas condições de trabalho, a retribuição que recebem em troca da sua labuta relacionando-a com o atendimento das suas necessidades básicas, questiona se o trabalho nestas condições é realmente um meio que o trabalhador encontra de ganhar a vida.

ABSTRACT:

The author analyse the direct and indirect risks that strike the Brazilian's workers by comparing them with the othens countries situations; in particular he gives enfasis in those workers from the sugar cane fields, called by the Brazilians as "bóias-frias" (cold-meals), looking into questions like work conditions, salary that they earn in exchanger with their labor relating it with the fulfilliness of their basic necessities, and finally the raises the question if the work in these conditions is indeed a way for the works survive.

INTRODUÇÃO

Meu primeiro contato com os trabalhadores da cana-de-açúcar ocorreu após a graduação quando fui trabalhar em um hospital da zona da mata, em Alagoas, onde a lavoura canavieira estava em fase de expansão, tomando já toda a terra produtiva existente.

A despeito de ser originária desta região, jamais havia percebido o estado de miséria em que vivia a população. Com o contato diário que era obrigada a manter por força da minha atividade profissional, não havia como escapar de uma análise do problema por eles vivido. Parecia-me, de início, óbvio que pessoas que trabalham tão arduamente recebam em troca o mínimo necessário para garantir a sua sobrevivência. E qual não era o meu espanto ao constatar que as minhas prescrições tecnicamente perfeitas, tão orgulhosamente aprendidas e cuidadosamente recomendadas, eram impraticáveis, por mais simples e baratas que me parecessem. O poder aquisitivo era nenhum. Praticamente não circulava moeda entre eles. Estavam sempre pendurados por "vales" nos barracões das fazendas, onde adquiriam gêneros a preços exorbitantes. Nunca podiam comprar medicamentos, não dispunham de habitação digna, de saneamento e sequer de água. Eu tentava manter a devida distância dos seus problemas, alegando não poder fazer nada, e a augústia crescia dentro de mim. Era um desfile diário de lágrimas e dor.

Consegui após alguns anos, ser transferida da região, manter-me afastada desses pacientes, mas a sua problemática continuou me inquietando. Agora eles faziam parte da minha vida e eu os percebia em toda a sua dimensão.

Quando surgiu a necessidade de realizar este trabalho de conclusão para o Curso de Especialização em Medicina do Trabalho, meu tema já estava pronto. Junto com a preocupação pelas condições de trabalho que são oferecidas no Brasil como um todo, cujos riscos assustam a todos quantos os conheçam, não poderia deixar de ressaltar a dos trabalhadores bóias-frias.

Algumas dificuldades surgidas como: inexistência de bibliografia sobre o tema, pouca confiabilidade das estatísticas oficiais, dificuldade de acesso aos dados porventura existentes junto aos empregadores, principalmente usinas e empreiteiros, impediram que este trabalho tivesse o detalhamento desejado, mas fica a semente, e a crença de que possa haver frutos.

O QUE É TRABALHO:

Toda atividade física ou intelectual necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento é trabalho. Ele representa a realização do homem enquanto "ser social", é o eixo fundamental do processo de humanização do ser social, é pois o meio de vida, mais que isso é a própria vida. O que quer que sejamos, o somos pelo nosso trabalho. Através dele o homem transforma a si e a própria natureza, tal como é explicitado nesta referência:

> "Tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio **homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza**; desenvolve as potências nelas oculta e subordina as forças da natureza ao seu próprio poder. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza, são transformados em meios, objetos de trabalho, em matéria primas, etc. O homem que trabalha, utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade". (grifo nosso) (1)

Nesse sentido o trabalho se constitui numa fonte de prazer e criação, no entanto, no contexto da sociedade capitalista é transformado em tédio e tortura, à medida que é fragmentado e alienado, reduzindo o trabalhador à condição de máquina, e o trabalho a um simples meio de obter as condições indispensáveis à sobrevivência do homem.

> "Mas o uso da força de trabalho, o trabalho, é a própria atividade vital do trabalhador, a manifestação de sua própria vida. (...) E o trabalhador que durante 12 horas tece, fura, drila, constrói, quebra pedras, carrega pesos, etc, considera essas 12 horas como uma manifestação de sua vida, como vida? Ao contrário, a vida começa para ele quando essa atividade cessa; começa na mesa, no bar, na cama. As 12 horas de trabalho, por outro lado, não têm significado para ele como tecelagem, mineração, etc., mas como ganho, que o leva à mesa, ao bar, à cama. Se o bicho-da-seda tivesse que tecer para continuar sua existência como lagarta, seria um trabalhador assalariado completo". (2)

Nota-se então, que da forma como o trabalho é objetivado em nossa sociedade é "degradado" e "aviltado", tornando-se "alienado". O homem é convertido em uma simples mercadoria. Neste caso o trabalhador não mais realiza sua função de mediação entre o homem e a natureza, porque há a reificação do mesmo.

OS RISCOS QUE SE VÊ:

No Brasil, trabalhar, para a grande maioria da população, significa expor a vida e a saúde a sérios riscos. As condições

inadequadas para o trabalho mataram, nos últimos anos, em torno de 50 mil trabalhadores brasileiros. O país detém o recorde mundial em mortes por acidentes de trabalho:

> "Dados comparativos sobre acidentes de trabalho no mundo mantêm o Brasil de posse do troféu fúnebre de campeoníssimo no setor". (3)

Se na zona urbana a situação é alarmante, entre os trabalhadores rurais sabe-se, a despeito da inexistência de dados confiáveis e seguros, que os riscos são intensificados pelas peculiares condições em que se desenvolve o trabalho: meio ambiente hostil, relações trabalhistas semi-feudais existentes, segundo CUNHA:

> "a situação do trabalhador rural brasileiro atual é semelhante a do industriário inglês na arrancada desenvolvimentista do século XVIII". (4)

Aos trabalhadores que escapam dos agravos agudos representados pelos acidentes de trabalho e das doenças provocadas pelas péssimas condições de trabalho a que estão sujeitos, resta na maioria das vezes, a morte lenta, provocada pelo brutal desgaste que sofrem no desempenho da sua atividade laborativa, cuja remuneração não possibilita sequer a aquisição da ração alimentar mínima necessária para a recomposição da sua força de trabalho.

Só no ano de 1987, 5.238 mortes evitáveis, foram provocadas por acidentes de trabalho no Brasil (FONTE: Anuário de Estatísticas de Trabajo-Oficina Internacional del Trabajo-Genebra-1987).

Significa dizer que a cada 224 acidentes ocorridos em decorrência do trabalho, o óbito de um trabalhador é registrado. Se comparado com os números de outros países, observa-se que o segundo colocado em mortes por acidentes no trabalho — a Etiópia — apresenta aproximadamente a metade do risco, com 1 morte para cada 441 acidentes ocorridos (Tabela 1).

Tabela 1

MORTES NO TRABALHO EM RELAÇÃO AOS ACIDENTES REGISTRADOS

PAÍS	Nº DE ACIDENTES PARA CADA ÓBITO
BRASIL	224
ETIÓPIA	441
ESPANHA	428
ALEMANHA	653
MÉXICO	571
ITÁLIA	549
EUA	700
SUÉCIA	935
FINLÂNDIA	1.101

FONTE: OIT (1987)

Com relação à população ocupada e as mortes por acidentes no trabalho encontramos os seguintes números: No Brasil para cada 4.762 trabalhadores ocupados, ocorre uma morte por acidente; em Cuba têm-se uma morte no trabalho para cada 10.309 empregados; nos EUA morre um trabalhador acidentado em cada 16.600; e na Inglaterra ocorre uma morte causada pelo trabalho para cada 52.632 ingleses ocupados. Diante destes números evidenciamos que a situação do trabalhador no Brasil encontra-se caótica não só quando a comparamos com países desenvolvidos do primeiro mundo como EUA e Inglaterra, mas mesmo diante de outro país menos desenvolvido do terceiro mundo, como Cuba, a nossa situação continua mais de duas vezes pior, e não podemos esquecer que somos a oitava economia do mundo.

Uma série histórica onde registra-se o total de acidentes do trabalho, incapacidades permanentes e óbitos ocorridos nos anos de 1983 a 1987, pode ser observada na Tabela 2, a seguir:

Tabela — TOTAL DE ACIDENTES, INCAPACIDADES PERMANENTES E ÓBITOS

ANO	SEGURADOS	TOTAL DE ACIDENTES	INCAPACIDADE PERMANENTE	ÓBITOS
1983	25.062.988	1.050.477	30.166	4.214
1984	25.065.095	1.009.516	28.628	4.508
1985	25.616.500	1.088.081	27.283	4.300
1986	27.479.500	1.142.186	24.180	4.578
1987	28.437.708	1.174.850	23.150	5.538
TOTAL		5.465.110	133.417	22.838

FONTE: Coordenadoria de Informática da Secretaria de Planejamento do INPS - Dados compilados do Boletim Estatístico de Acidentes do Trabalho (BEAT).

A partir dos dados acima apresentados, podemos observar que, apenas nos cinco anos estudados registrou-se 5.465.110 acidentes do trabalho, resultando em 133.417 casos de incapacidade permanente e 22.838 óbitos desnecessários. São números assustadores, mas ainda estão longe de retratar a tragédia diária que ocorre nos locais de trabalho no Brasil, pois representa apenas a ponta do "iceberg". Se partirmos para uma análise mais cuidadosa, evidenciamos quee eles são relativos à apenas uma parcela da população trabalhadora que figura nas estatísticas oficiais, que são os trabalhadores segurados pela Previdência, não incluindo os trabalhadores rurais, que não têm carteira de trabalho assinada, e os milhões de brasileiros que se viram na economia informal.

Por outro lado, mesmo entre os trabalhadores urbanos, regularmente segurados pela Previdência, ocorre o subregistro das estatísticas, pelo desinteresse em informar estas ocorrências por parte das empresas, dificultando a identificação do grau de risco que elas oferecem; e até por parte dos empregados, levados pelos mais variados motivos, desde a desinformação, até a necessidade de fazer jus a prêmios que são oferecidos aos empregados que não sofrem acidentes, etc.

A tabela 3, abaixo, nos dá uma idéia do grau de informalidade existente em diversas atividades:

Tabela 3 — RAMO OU ATIVIDADE DOS TRABALHADORES EMPREGADOS QUE NÃO TÊM CARTEIRA PROFISSIONAL ASSINADA:

RAMO OU ATIVIDADE	NÚMERO
AGRÍCOLA	4.466.599
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.039.605
ATIVIDADES SOCIAIS	1.661.240
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1.265.630
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.226.578
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO	1.206.630
COMÉRCIO DE MERCADORIAS	1.136.471
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	267.701
SERVIÇOS AUXILIARES	245.412
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS	149.797
OUTRAS	159.980
TOTAL	15.825.643

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE), 1989.

O setor agrícola, lidera disparado entre as atividades cujos trabalhadores não se encontram segurados pela Previdência, seguido de perto pelo setor de prestação de serviços. O IBGE avalia através destes dados que em 1989 existiam 15.825.643 trabalhadores sem registro em carteira profissional, aproximadamente metade do total de trabalhadores segurados pela Previdência no Brasil.

A MORTE LENTA

Os trabalhadores que escapam do risco de sofrer acidentes de trabalho, ainda estão expostos ao risco de morte ou incapacidade

que se instalam lentamente, provocadas pelas doenças profissionais, resultantes do contato repetido com agentes nocivos à saúde, em ambientes insalubres, ou por condições particulares em que determinadas atividades são exercidas. Entre estas patologias existe o grupo das chamadas "doenças profissionais", que têm o trabalho como causa necessária para o seu surgimento, sendo facilmente caracterizadas como tal.

Todavia o reconhecimento destas doenças variam com a legislação vigente em cada país:

> "Por exemplo, na França, 78 doenças ou grupos de doenças eram reconhecidos até recentemente; no México a lista atingia 161 doenças; na Itália, cerca de 50 doenças são reconhecidas como profissionais, segundo a legislação em vigor. No Brasil, a relação de doenças profissionais constante no Anexo V do Decreto? Nº 82.000 de 24/01/79, inclui 21 diferentes agentes patogênicos, de natureza química ou física capazes de causar efeitos deletérios sobre a saúde do trabalhador". (5)

Além destas doenças reconhecidamente "profissionais", existe um grupo de patologias chamadas de "doenças relacionadas com o trabalho", cuja nomenclatura é reconhecida pelo Comitê de Especialistas da OMS como: "um termo apropriado para descrever agravos outros que, e em adição as doenças profissionais legalmente conhecidas, ocorrem em trabalhadores quando o ambiente ou as condições de trabalho contribuem significativamente para a ocorrência de doenças, porém em graus variados de magnitude".

A complexidade existente na classificação das doenças que acometem os trabalhadores, principalmente com relação às doenças onde o trabalho atua como fator causal contributivo, mas não necessário (Ex.: lombalgias, varizes), e às patologias latentes que são desencadeadas ou agravadas pelo trabalho (Ex.: doenças mentais), cria uma grande dificuldade em caracterizar uma patologia como decorrente do trabalho, dificultando a defesa dos interesses do trabalhador.

Infelizmente escapa ao nosso controle e não podemos reconhecer quantos trabalhadores existem incapacitados pelas pneumoconioses, pelas intoxicações por substâncias tóxicas, quantas neoplasias e leucopenias resultam da exposição a ambientes insalubres de trabalho; as malformações, as deformidades; afora as doenças cuja relação causal com o trabalho sequer são conhecidas.

Com relação ao trabalho agrícola o problema se intensifica, havendo um desconhecimento quase total da sua realidade.

> "A injustiça no campo é tão séria em nosso país, que pouco se tem falado em condições de trabalho. Apenas a questão dos agrotóxicos, pela sua gravidade,

> e por ter matado muitos trabalhadores, muitas vezes mulheres e crianças, tem merecido iguma divulgação (...) A poeira de algumas culturas, como a cana, o algodão e o fumo são insalubres. Além diso os trabalhadores do campo estão sujeitos a toda uma série de doenças ainda não erradicadas nas áreas rurais: doenças de Chagas, esquistossomose, malária, leishmeniose, febre amarela. A violência, a exploração e a miséria histórica determinam condições de vida das populações rurais que levam a estados de doenças crônicos e morte precoce". (6)

A citação acima dá uma idéia clara do tipo de riscos a que está exposto o trabalhador rural, e de como é comprometida a sua qualidade de vida por suas condições precárias de trabalho.

A RESPOSTA DO ESTADO

Para defender os trabalhadores das péssimas condições a que estão expostos no exercício de sua atividade, existe uma legislação que além de inadequada, sequer é colocada em prática. Seu descumprimento é estimulado pela aplicação de penalidades tão suaves que, via de regra, resulta mais econômico para o empregador burlá-la, a implantar alterações efetivas para melhorar as condições de trabalho que oferece.

Os órgãos encarregados de fiscalizar a aplicação desta legislação, as Delegaciais Regionais do Trabalho (DRTs), revelam-se incapazes em atender à demanda existente, encontrando-se desaparelhados e com deficiências quantitativa e qualitativa de recursos humanos para a realização de tal tarefa, deixando os trabalhadores entregues à própria sorte. Isto com relação a fiscalização das Normas Regulamentadoras (NR) nas empresas urbanas, pois no nosso Estado, as Normas Regulamentadoras Rurais (NRR) sequer foram implantadas.

> "Quanto ao meio rural a lei nº 5.889, de 08/06/73, que estatui normas regulamentadoras do trabalho rural e dá outras providências, no seu artigo 13, previa que, nos locais de trabalho rural, seriam observadas as normas de segurança e higiene a serem estabelecidas em portaria ministerial. Até agora aguarda-se tal portaria..." (7)

Com relação à proteção que o Brasil recomenda, no caso de atividades em que há exposição à substâncias nocivas, é aquela necessária à manutenção da saúde do trabalhador durante a sua

vida produtiva, permitindo que os efeitos desta exposição se manifeste após a sua aposentadoria ou nas gerações futuras. Na URSS, por exemplo, os limites de tolerância para exposição a agentes nocivos são estabelecidos de forma que possíveis efeitos agressores nunca apareçam na vida produtiva ou improdutiva do trabalhador, e até nos seus descendentes.

As melhorias destas condições, quando ocorrem, resultam da ação organizada dos trabalhadores através de seus órgãos de classe, mobilizados em defesa de seus interesses. Porém mesmo as categorias mais mobilizadas são cooptadas ou iludidas com o acréscimo em seus salários de um adicional de insalubridade, persistindo a situação de risco, e às vezes estimulando o trabalhador a procurar atividades mais perigosas como uma maneira de reforçar o orçamento familiar.

No caso específico dos bóias-frias da lavoura de cana-de-açúcar em Alagoas, desorganizados, sem opção de trabalho e sem poder de barganha junto aos patrões, pouco ou nada conseguem na defesa de seus interesses, restando-lhes submeter-se passivamente a situação, acreditando muitas vezes, em melhorias que sejam resultado de iniciativa patronal ou do Estado.

CONHECENDO A REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA EM QUE ESTÁ INSERIDO O BÓIA-FRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE ALAGOAS.

Na nossa região, a atividade agrícola baseia-se principalmente na monocultura canavieira, com alguns núcleos industriais representados pelas usinas produtoras de álcool.

As pequenas propriedades, abundantes, algumas décadas atrás, que produziam culturas de subsistência, com o emprego da mão de obra familiar, foram paulatinamente sendo engolida pelas grandes propriedades, com a invasão da monocultura da cana-de-açúcar, oferecendo suas relações perversas de trabalho, e tornando-se a única alternativa para a grande massa de deserdados do campo, que passaram ao jugo destas empresas com toda sua família, submetendo-se a uma relação de dependência, onde a liberdade individual é cerceada, e a evolução intelectual, social e política é reprimida no trabalho e fora dele.

Acrescente-se o fato de que aos poucos quase todas estas grandes propriedades produtoras de cana-de-açúcar passaram a pertencer à própria usina, que como patrão único, deixa praticamente nulas as possibilidades de concorrência, de livre mercado de trabalho, de barganha salarial e/ou de condições de trabalho.

Nestas os trabalhadores são admitidos ainda muito jovens (realizamos frequentemente exames admissionais de trabalhadores de 14 e 16 anos, mas que aparentam muito menos idade), e não recebem o tratamento diferenciado que a legislação prevê. Tanto quanto os adultos, iniciam sua jornada ao nascer do sol, sem desjejum, enfrentam um dia de trabalho estafante expostos a toda sorte de adversidades, sem vestimentas adequadas para proteger o corpo, descalços, sol peculiar destes trópicos, numa atividade que exige o desprendimento de grande esforço físico numa posição antiergonômoca, realizando repetidas flexões, rotações e extensões do tronco para cortar o caule da planta à altura do solo, e jogá-lo empilhando-o adiante.

Para descrever as condições em que vivem esses trabalhadores podemos utilizar literalmente um trecho do Relatório Saddler, realizado na Inglaterra em 1831:

> "Diante desta Comissão desfilou longa procissão de trabalhadores-homens e mulheres, meninos e meninas. Abobalhados, doentes, deformados, degradados na sua qualidade humana, cada um deles na clara evidência de uma vida arruinada, um quadro vivo da crueldade do homem para com o homem, uma impiedosa condenação daqueles legisladores que quando em suas mãos detinham poder imenso, abandonaram os fracos à rapacidade dos fortes". (8)

OS RISCOS QUE NÃO SE VÊ

Além destes agravos provocados pelo trabalho e das patologias cuja relação causa-efeito é automaticamente reconhecida existe uma gama de doença provocadas, desencadeadas ou agravadas pela maneira como o capital organiza o trabalho, seja:

- Através do parcelamento do trabalho em tarefas simplificadas e repetitivas, que desqualificam o trabalhador e desprezam sua capacidade criadora e intelectual, suas aptidões como um todo.
- A exigência da produção feita através de supervisões, das formas de pagamento, da instituição de prêmios ou comissões, adotados para garantir que o trabalhador dê o máximo de si, levando o mesmo a reprimir as necessidades e ritmos do seu próprio organismo.
- O regime de horário em turnos que desrregula o ritmo circadiano, responsável pela harmonia entre os períodos de atividade e repouso do organismo humano, e que se repete a cada 24 horas.
- Duração da jornada de trabalho e inexistência das pausas necessárias para a recuperação do desgaste físico e mental exigidas em muitas atividades e poucas vezes respeitadas.
- Segregação do convívio familiar e social com limitação de suas atividades de lazer, provocadas pelas necessidades do trabalho.
- Conflitos interpessoais gerados pelo controle exercido através das relações humanas no trabalho.
- Isolamento de trabalhadores que assumem alguma liderança entre seus companheiros e tentam questionar a situação vigente, através de transferências, demissões, e no caso da zona rural do Nordeste especificamente de Alagoas, mortes inexplicadas.

Diante do exposto, vê-se claramente que a organização do trabalho funciona como uma importante estratégia de controle da organização dos trabalhadores, além de implicar em importantes fontes de tensão e desgaste emocional que podem evoluir para formas mais graves de sofrimento mental ou por processos de somatização, desencadear o aparecimento de um ou vários distúrbios orgânicos, como: doenças cardio-vasculares (hepertensão, por exemplo), doenças gastrintestinais (gastrites, úlceras, colites).

Na nossa experiência em atividades ambulatorias entre bóias-frias da lavoura de cana-de-açúcar, as patologias mais frequentes são: hipertensão arterial, distúrbios osteo-articulares e emocionais, por ordem de frequênccia, o que vem reforçar a afirmação de REBOUÇAS, de que:

> "Na abordagem da medicina psicossomática, a auto-repressão continuada de sentimentos de revolta e raiva tem influência importante na origem da hipertensão arterial". (9)

A RECOMPENSA:

Para desenvolver este trabalho exaustivo, sob estas condições pouco convidativas, o bóia-fria da lavoura de cana-de-açúcar ganha em média o equivalente a um salário mínimo, se der o máximo de si e não adoecer, pois sua retirada semanal é calculada sobre a sua produção, e só os adultos fortes e saudáveis em pleno vigor físico conseguem esta média. Alguns trabalhadores chegam a recusar atestado médico, mesmo de poucos dias, alegando que por cada dia parado recebem apenas meio dia de serviço, o que o impossibilitaria de comprar um medicamento.

Os menos capacitados, assim como as crianç e as mulheres, ganham aquém desta quantia, mas não sem desprender esforço equivalente, pois cada "conta" a mais que conseguem "tirar" pode fazer a diferença entre dormir com fome ou não.

> "O ser humano, mesmo em repouso, precisa ingerir 2.400 calorias diárias para manter suas atividades energéticas vitais. Essa taxa eleva-se para 3.040 cal/dia quando os indivíduos se encontram em atividades moderadas, sendo que aqueles que despendem grande

esforço físico ou intelectual, ou os que estão se recuperando de uma doença, e, ainda, as mulheres em fase de gestação necessitam de taxas superiores a 3.040 cal/dia. Quanto à taxa de proteínas, a média não deveria ser inferior a 65 gramas por dia, para adultos, taxa esta totalmente insuficiente para as crianças em idade de crescimento (que deveria ser em torno de 225 gramas) e para gestantes (que necessitam de uma média de 150 gramas)". (10)

É pois a seguinte a necessidade mínima diária de nutrientes para adultos em atividade moderada:

NUTRIENTES	UNIDADE	NECESSIDADE
Calorias	cal	3.040,0
Proteínas	g	65,0
Cálcio	mg	800,0
Ferro	mg	12,0
Vitamina A	mcg	1.500,0
Tiamina	mg	1,5
Riboflavina (Vit. B 2)	mg	1,6
Niacina (Vit. PP)	mg	15,2
Ácido ascórbico (Vit C)	mg	75,0

FONTE: Tabela do INCAP convertida à temperatura de 20 graus Centígrados - Depto. de Nutrição da Fac. de Saúde Pública, USP.

Assim, para um suprimeiro diário de nutrientes necessários, uma pessoa adulta normal e com saúde precisaria ingerir:

ALIMENTO	QUANTIDADE	VALOR EM CR$
Leite	250 ml	9,20
Queijo	50 g	18,25
Carne	200 g	77,80
Ovo	1 unid.	7,75
Feijão	150 g	9,38
Arroz	100 g	6,98
Batatas, legumes, verduras	500 g	34,50
Frutas ou doces	300 g	39,00
Pão	200 g	12,50
Banha de óleo	50 g	3,08
Açúcar	100 g	3,70
Sal	12 g	0,16
Café ou chá	20 g	5,20
Manteiga	25 g	7,50
TOTAL		Cr$ 235,00

Preços de 29/08/90, coletados em um supermercado de Maceió.

Considerando que um trabalhador rural da lavoura de cana-de-açúcar, realize um esforço moderado para desenvolver suas atividades, que não necessite alimentar mulher e filhos, que ganhe o equivalente a um salário mínimo (valor vigente no mês de agosto/90 —Cr$ 5.203,46), que não adoeça, que não necessite pagar habitação, vestuário, transporte, lazer; ainda assim não conseguiria ganhar o necessário para alimentar sequer a si próprio, para o que seria necessário a quantia de 7.050,00 mensais.

Sendo a alimentação e saúde os dois elementos básicos da reprodução da força de trabalho, vê-se claramente que neste caso em estudo, é impossível sequer recompor a energia despendida no trabalho, do que resulta que parte do produto do seu trabalho, que engrossa o lucro da empresa, é fruto da saúde do trabalhador, que ao final deste trabalho não leva nada, sai espoliado e doente, deixando para a empresa, sob a forma de lucro, sua saúde e sua energia vital, quando não a de toda a sua família, e lhe resta a miséria absoluta, a doença, e os favores do Estado (sociedade) através da Seguridade Social.

CONCLUSÃO

Para o trabalhador, cujo único bem é a sua força de trabalho, o trabalho deve representar um meio de vida, e como tal lhe proporcionar, como retribuição pela sua produção, os meios para que ele possa adquirir as condições necessárias para viver. Os rendimentos do seu trabalho devem proporcionar para si e para sua família, alimentação, habitação, vestuário, higiene, transporte, lazer.

"São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

— Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a sua necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

— Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável". (11)

Mas se em troca pelo seu trabalho, o empregado não recebe sequer o suficiente para a sua alimentação; se no exercício deste trabalho é exposto a riscos de adquirir doenças físicas e/ou mentais; e se doente, não recebe sequer pelos dias parados; se quando debilitado por estas exposições, produz menos e recebe menos ainda, ficando mais doente de fome e de stress; se quando inválido, sequer lhe reconhecem no trabalho uma relação de causalidade

para os seus males, e é, junto com a sua família, entregue a própria sorte, este trabalho é um meio de morte.

> É o trabalho humano que marca a existência e permite a sobrevivência do homem, o homem será o que seu trabalho for. (...) Se o homem é roubado de si mesmo, perde-se quando deveria se identificar, desconhece a si mesmo quando deveria se reconhecer, destrói-se quando deveria estar se construindo. (11)

O fato de existirem outras tantas atividades laborativas cujos níveis de exploração do trabalhador sejam tão desumanos quanto os aqui descritos para os trabalhadores rurais da lavoura da cana-de-açúcar, não diminui a importância do tema, só serve de alerta para a situação dos trabalhadores, em geral, no Brasil.

NOTAS:

1 – ANTUNES, R., **A Rebeldia do Trabalho.** Ensaio, Campinas, São Paulo, APUD. p. 180.
2 – MÉSZAROS, I., **Marx: A Teoria da Alimentação.** Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981, p. 110.
3 – FERNANDES, A. **É morrer ou morrer! Previdência e Direito do trabalho.** Voz da Unidade nº 490, São Paulo, 26/04/1990.
4 – CUNHA, D. dos S. et al. **Doenças Ocupacionais e prevenção de acidentes do trabalho ao setor rural** (mimeo).
5 – MENDES, R., **Perfil de Morbi-Mortalidade dos Trabalhadores no Brasil** (Título provisório). (mimeo).
6 – REBOUÇAS, A. J. et al. **Insalubridade: Morte lenta no trabalho,** São Paulo, Oboré Editorial, 1989, p. 55.
7 – Ibid., P. 54.
8 – MENDES, R. **Medicina do Trabalho e Doenças profissionais.** Editora Sarvier, São Paulo, 1980, p. 07.
9 – REBOUÇAS, A. J. et al. p. 39.
10 – MELO, Z. F. de, **A reprodução da força de trabalho e os índices Salariais.** (mimeo).
11 – **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988, Art. 7º, IV e VI.
12 – CODO, W., **O Que é Alienação.** Editora Brasiliense São Paulo, 1985.

RAÍZES DO COMUNISMO EM ALAGOAS (I)

Raízes do Comunismo em Alagoas (I)

Luiz Sávio de Almeida

Para o meu grande amigo: Geraldo de Majella.

I — Quatro pontos a considerar

O objetivo deste trabalho é mais de narração, do que propriamente de análise e intenta recuperar, embora superficialmente, o quadro político da sociedade onde se estrutura o comunismo alagoano. Existem alguns pontos que norteiam o trabalho e, obrigatoriamente, devem ficar claros, para que melhor seja entendida a forma como o artigo é construído e a finalidade a que se propõe. No entanto, é preciso ficar evidente, o fato de que se deseja contar um caso, no que se exclui toda e qualquer assustadora construção teórica em cima dos fatos.

Em primeiro lugar, deve ser considerado que um movimento **comunista** aconteceu nas **Alagoas**, na medida direta em que se formalizou em termos de um partido e este era centralizado e posto no nível de uma coordenação internacional do movimento, sob a liderança da **União Soviética.** Evidentemente, esta colocação introduz uma série de questões e a mais séria, para o objetivo deste trabalho, consiste em verificar como termos de ação indicadas de fora, eram filtrados por diversos níveis organizacionais, até se fazerem alagoanos, até se colocarem dentro da estrutura agrária de **Alagoas.**

Em segundo lugar, convém deixar claro, que este partido não se organiza por acaso e nem aparece na vida política de **Alagoas**, como espécie de caso fortuito; havia, portanto, toda uma história de **esquerda** em **Alagoas**, da qual este partido, obrigatoriamente, seria herdeiro. Tanto é assim, que alguns de seus primeiros componentes, já haviam sido militantes do movimento **anarquista** e tiveram expressão nos episódios de **1917** e nos de **1919/1920.**

Em terceiro lugar, devemos levar em conta que o aparecimento de um **Partido Comunista em Alagoas**, representa uma completa inovação dentro do quadro político, que se delineava. Formaliza, portanto, dentro deste contexto, a existência de uma organização militante, para a qual o sentido da luta de classe era uma questão radical.

Em quarto lugar, convém considerar que o modo como se institucionaliza e as condições de força dentro das quais atua, levam a que se monte destinado a realizar uma **revolução** e, daí, fica estabelecida o que se poderia chamar de cultura interna **conspirativa.**

Estes quatro elementos são básicos para gerar o **sovietismo** alagoano, um complexo que envolvia desde a demanda pelo heroísmo militante, até o esforço de realizar a revolução, em cima de um operariado, cuja expressão deveria ser vista dentro de um palheiro. Isto, sem dúvida, demonstra o heroísmo da militância, a bravura que seria exigida, mas aponta para um descompasso entre o propósito e a possibilidade. Neste sentido, agravando as condições de operação, a dificuldade de articulação de células e de não estar em um espaço não aberto seria correlata à estrutura que seria montada pelo Estado, no sentido de **repressão.** Aliás, o Estado foi testado durante a greve de **Jaraguá** e comprovou a sua capacidade de interferência, pelo aniquilamento da organização operária, realizada no Governo de **Fernandes Lima.** Como se pode ver, a história do Partido Comunista do Brasil nas Alagoas, somente pode ser tratada, posta no contexto geral da luta política. É este o seu cenário e são estas as suas raízes.

II — Uma bibliografia escassa

Ao leitor mais diretamente interessado no assunto, devemos dizer que a bibliografia diretamente associada ao tema operário é escassa no que diz respeito ao nosso Estado. Para o que acontece na fase imperial e nos primeiros tempos republiccanos, tem-se um trabalho do Professor **Moacir Sant'Ana** e outro de nossa autoria. Passando para as fases recentes, existe apenas um trabalho de **Paulo Décio,** sobre o movimento rural. Isto demonstra o quanto se tem por realizar e aponta, também, que mesmo o começo de uma vida acadêmica em **Maceió,** não foi suficiente para animar a preocupação com o problema de se escrever uma história dos segmentos não vistosos da sociedade; neste caso, seria a história da procura de uma expressão política, por parte dos operários, ou por quem argumentava do seu lado, expressava o interesse do trabalhador. A temática é uma fronteira aberta, a demandar esforço para a garimpagem de documentos e de informações em geral.

III — O agradecimento necessário.

Devo agradecer a **Geraldo de Majella,** à época um dos dirigentes do **Partido Comunista Brasileiro** em **Alagoas,** pelo incentivo quase diuturno e pelas conversas quase intermináveis. Neste sentido, também, devo agradecer a **Alberto Passos Guimarães** cuja acolhida foi franca e fraterna, deixando-se aborrecer por inúmeros telefonemas e cartas. Tenho também de mencionar o nome de **José Maria Cavalcanti,** que, inclusive, deslocou-se de Niterói para Maceió e nos ajudou a remontar, parte da trajetória do **Partido Comunista do Brasil,** nas Alagoas.

Devo falar na ajuda do Deputado Federal **Eduardo Bomfim,** do **PCdoB,** pela busca de documentos na Câmara Federal. Agradeço, também, a **Norma de Góes Monteiro** pela ajuda no **Arquivo Nacional; Moacir Sant'Ana** — amigo antigo — nos foi de extrema valia no **Arquivo Público de Alagoas,** facultando-nos compulsar material inédito sobre o **integralismo** no Estado. Tenho de agradecer à **Arquidiocese de Maceió,** pela permissão para a consulta de seus arquivos. Agradeço também a disponibilidade do historiador maçônico **Wolney Leite;** pelos comentários realizados sobre o funcionamento da maçonaria, na época do **Estado Novo.**

Agradeço também a **Benedito dos Santos,** auxiliar de serviços gerais do **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas,** pela paciência em atender com a multidão de jornais. Devo mencionar, também, o nome do Professor **Jayme Lustosa de Altavila, diretor da Biblioteca Pública Estadual,** pela atenção fraterna, com que permitiu acesso ao acervo daquela casa. Ainda dizendo obrigado, aparece o Deputado **Dilton Simões** do **PSB,** que nos deu condições logísticas de operação, bem como o vereador do mesmo partido, **Ronaldo Lessa.**

Desejo destacar os nomes dos professores **Gildo Marçal Brandão, Severina Lins Abreu e Douglas Apprato Tenório;** os primeiros fizeram uma leitura do manuscrito e aconselharam a publicação, enquanto o segundo viabilizou a sua publicação.

No entanto, desejo dizer, em alto destaque, o nome de **Myrian Rocha Cavalcanti de Almeida** que aceitou, sem o mínimo transtorno, dois anos de vida em grande parte retirados do convívio familiar, para o exame paciente de uma imensidão de papeis velhos; alguns deles, bolorentos.

IV — O termo do enfrentamento

Nós éramos uma sociedade de nítida base rural, com a renda sendo gerada predominantemente, através de dois produtos, já consagrados na matriz de produção do século passado: açúcar e algodão. Estes produtos gerenciavam, basicamente, a massa salarial jogada no mercado e articulavam uma continuidade indústria/agricultura, na qual estava instalado o rol de interesses diretos do capital financeito, representado em bancos, casas comerciais, pes-

soas físicas, muitas das quais eram relacionadas a fundos agrícolas, tanto diretamente quanto através do instituto político da parentela.

Nós não sustentaremos que exista uma relação mecânica entre produção e poder, mas as implicações deste quadro levam a que estivesse consolidado o poder do patronato rural e se a **revolução de trinta** teria de ser feita nas **Alagoas**, teria de passar por esta consolidação do poder, sofrer uma filtragem e adequar seus termos à estrutura alagoana. Este poder consolidado seria o primeiro enfrentamento comunista, dentro do perfil de novas alianças da elite, que o processo de 30 desencadeia, aguçando-se o embate, na medida em que o **Partido Comunista do Brasil** tem em sua frente a ditadura e a **Ação Integralista Brasileira.**

Na medida portanto, em que o **Partido Comunista do Brasil** passa a desenvolver as suas atividades, encontra de imediato o clima político de 30 com a máquina repressiva do Estado em alerta máximo e com a elite em busca de novas alianças e um dos termos de convergência seria a demonstração da existência de um inimigo comum. Por outro lado, a tarefa deste partido, conforme se propunha, era a integração da classe trabalhadora na luta por sua liberdade e da qual, organicamente, seria expressivo.

V — O primeiro governo revolucionário

Na medida em que foi aclamado, depois de um longo conchavo (não o abordaremos aqui), o primeiro governo revolucionário tomou uma série de medidas usuais para o momento: moralização administrativa, saneamento financeiro, indicações de planejamento, apurações de desmandos e outras semelhantes. Não há e não poderia haver qualquer indicação, de que se destinaria a interferir no modo como a produção estava organizada no Estado; o rumo teria que ser o da produção rural e nisto, a defesa radical do complexo do açúcar e do algodão. Isto vinha acompanhado de uma retórica, em que se frisava a necessidade da construção de um Estado rico, forte e capaz de gerar o bem estar da população. Note-se, a partir daí, a ênfase no Estado e não na sociedade; ela teria um papel de expectadora das virtualidades revolucionárias. A sociedade teria que esperar pelo Estado, uma tese diametralmente diferente, da que era trabalhada pelo **Partido Comunista do Brasil**, onde fundava-se a estratégia de organização do que se poderia entender como a sociedade civil, vendo-se neste contexto estratégico, o lançamento de bases para o deslanche de atividade revolucionária.

Na medida em que o Governo intenta a sua proposta, as condições de vida em **Alagoas** estavam agravadas; além da crise econômica propriamente dita, por exemplo, o clima de revolução

chegou a ameaçar o abastecimento de Maceió. Há uma tentativa de controle de preços e de estoques, chegando a Prefeitura, ainda por exemplo, a determinar um tabelamento para o peixe. A **Associação Comercial** realiza avaliação do estoque de víveres e tenta uma tabela de preços, mas tudo, infalivelmente, teria de resultar em nada; nada vai impedir os impáctos do custo de vida, mormente sobre os trabalhadores e as demais categorias de baixa renda, com os preços tomando caminho de níveis constrangedores. Basta considerar, que uma barrica de bacalhau no mês de outubro havia aumentado em 23.00% e bacalhau era fato na mesa do pobre. Neste contexto, a agiotagem passou a campear; os agiotas faziam desconto de cheque, operando ágios que variavam de 5 a 10.00%.

O exercício de viver estava agravado, especialmente para a pobreza e o rigor policial estava em alerta para manter a ordem pública. **Operários da construção civil** foram ao governo, argumentando que além do custo de vida, estavam enfrantando o desemprego, sinal de que não estava havendo investimento no setor. O funcionalismo público estava em condições vexatórias; chega-se a novembro sem o pagameento dos vencimentos; o problema do aluguel explodia e a crueza do cotidiano, aliado aos objetivos mais imediatos do Estado funcionavam como mola para o alerta da repressão; tudo isto fará com que o mês de novembro de 1930 seja marcado pelo mais profundo **anticomunismo.**

VI — A fera comunista

A pequena força de esquerda existente, encontrava-se sob severa vigilância; o governo estava ativo, no sentido de tolher qualquer possibilidade de agitação. O **José Maria Cavalcanti** (1), **Cabo do Exército** àquela época, informa ter visto preso nas dependências do **Quartel**, os princípios de 1931, o alfaiate **Pedro Codá** (2), um dos remanecentes do grupo anarquista de **Alagoas.** No fundo, contudo, tem-se de verificar, que a esquerda nada pesava e o governo deveria saber, através de seus sistemas de informação, quanto ao tamanho das forças e do nível de organização. Operando-se com rigor, os **comunistas** não poderiam ser considerados como um perigo imediato; não teriam qualquer possibilidade de uma afronta de peso ao sistema.

Acontece, que estava sendo policiada a própria concepção do sistema. O pequeno grupo de **comunistas** estava representando a função de um fantasma necessário; qualquer contestação que não ficasse presa ao imediato da disputa de postos era, imediatamente, esteriotipada. O **Partido Comunista do Brasil** devia ter no máximo, umas quatro ou cinco **células** distribuídas em **Maceió** e com baixo nível de integração, organização e militância. No interior, alguns raros elementos dispersos em **Penedo, Rio Largo, Pilar;**

todos eram lugares de indústria têxtil. Era um pequeno punhado de trabalhadores e uns raros intelectuais, como, por exemplo, **Alberto Passos Guimarães**, filiado ao partido em 1931.

VII — Conchavos e brechas

A excessiva vigilância somente possibilitava a ação do grupo **comunista**, na medida em que soubesse explorar as brechas existentes no sistema. Não haveria outra forma de atuar e manteria toda uma ordem cultural interna de segurança, de conspiração e de discussão revolucionária sem meios e sem chance de ir às ruas, atuar com liberdade. Era necessário, que o sistema tivesse suas brechas vistas e trabalhadas, o que não acontece nos primeiros momentos revolucionários, aqui em Alagoas.

Como jogo de elite, o governo **aliancista** estava em posição confortável; antigos grupos alijados pelos **democratas** estavam de volta ao poder. No entanto, não consegue lançar qualquer programação de importância. No fundo, não havia uma postura para a mudança, para um avanço liberalizante do sistema; a **ditadura** estava implantada sobre a **tradição** e com ela iria conviver. Aparece um discurso sobre **Alagoas** modernizada, com o tom da implantação de um capitalismo forte. A prática seria a de manutenção dos esquemas tradicionais da composição econômica e política da vida estadual. Os impasses típicos do açúcar, os efeitos da seca, o banditismo no interior, a anacrônica produção rural e fatores semelhantes, incidiriam, também, nos entraves.

O grande problema é que a elite não se interessava por mudar a rota da acumulação, o que estaria associado numa postura modernizante, à perda da probreza de perspectiva histórica para o próprio capital. Elite, tradição e rotina eram os termos básicos a informarem os conchavos que se abriam. Disto, decorre um novo vigor para a figura do coronel, do senhor de terra e isto passa para o arranjo em função de famílias, emergindo os **Góes Monteiro.**

A **direita** alagoana nunca se encontrou desavisada e nunca exitou em superar divergências internas, para enfrentar o que seria reconhecido como inimigo comum; o fator **classe** superava o fator **fração.** É o caso de **1922**, onde o confuso **socialismo** da época foi objeto de pácto entre os grupos **Euclides Malta** e **Fernandes Lima.** Por outro lado, estes grupos sempre foram instrumentalizados por seus intelectuais e no caso de 1930, o perigo **comunista** sempre seria lembrado nos seus textos. Isto era oportuno para o sistema, pois equivalia a um deslocamento de suas questões para o eixo do **comunismo**; o **capital** não se dava à crítica dos seus entraves na formação alagoana; não se permitia ver a construção de sua própria fragilidade e, com isto, prejudicava sobremaneira a remoção

destes mesmos entraves. Neste sentido, não percebia ou não argumentava quanto às ameaças internas, inerentes à insuficiência gerencial, à impossibilidade estratégica de situar mudanças significativas na linha de produção. Os conchavos teriam de levar à uma linha mínima de modificações, impossíveis de ocasionarem mudança.

A existência de frações no patronato era minimizada, pela convergência estabelecida contra o comunismo e neste sentido, rigorosamente, o **Partido Comunista do Brasil** introduz às claras, o problema da **luta de classe** no universo político de **Alagoas**; polos estariam nitidamente em confronto e formalizados. É por aí, que a força de esquerda que surgia, tinha de ser destroçada; não interessava o tamanho do iminigo; interessava, isto sim, que ele existia.

VIII — Padres e intelectuais

Os conservadores teriam na **Igreja** um grande aliado; a Igreja mais do que coonestar, assume o patronato, tomando-o como aliado fundamental, chegando mesmo, posteriormente, a dar guarida a fórmulas exóticas de doutrinação de **direita**, como o **patrionovismo**; posteriormente, realiza um contato intenso com o **integralismo**, a partir sobretudo do jovem **Padre Teofánes de Barros**, que logo o abandona, passando por uma revisão política (3). **Igreja** e intelectuais formavam o **corpus** ideológico básico do **anti-comunismo** Um exemplo destes intelectuais está no controverso **Professor Luiz Lavenere**, que ingressará em **1933**, como um dos articuladores do começo do **integralismo** entre nós.

Como vimos, o mês de novembro foi de intenso **anticomunismo.** Aparentemente, sem que existisse razões imediatas, o professor **Luiz Lavenère** lança dois ataques contra o **comunismo**; no dia 24 escreve "**Comunismo**" e, no dia seguinte, "**Contra o Comunismo**" (4). Considere-se que o governo faz publicar uma **Nota Oficial**, falando na necessidade de manter a ordem pública, em que menciosa o fato de elementos estarem querendo tirar proveito da obra revolucionária, para agitação operária, no meio urbano e no meio rural. Falava de seu aparelhamento para reprimir qualquer agitação (5). É claro: os escritos do professor eram extensão ideológica e circunstancial desta nota; estava sendo intelectualizada a razão policial e incrementando uma tática política: a força do estígma. Daí, deste conjunto, o sistema teria condições de justificar a sua intervenção, de utilizar-se de medidas excepcionais, a exercitar o que considerava como à guarda do Estado. O que seria o **Partido Comunista** para causar tanto temor? Qual a razão, aproveitando uma cunhagem de **Clovis Moura** (6) de estar configurada a **síndrom e** do medo?. A **Igreja** através da **Liga Católica Benefi-**

cente São José, lança um avulso reproduzindo o Professor **Luiz Lavenère**, em um dos textos mencionados. Publica da mesma lavra, um artigo especial: "**Religião e Comunismo**" (7).

Na mesma oportunidade, o **Diário** partir para um editorial falando aos trabalhadores e pedindo cautela com relação aos aproveitadores da crise. Estava-se diante da crítica impossível, condição típica de qualquer postura ditatorial.

IX — Escaramuças e crises

A ditadura desde logo começou a colocar as suas bases, mas a harmonia interna do Governo estava comprometida desde sua estruturação e isto vai transparecer quando é lançado um avulso contra **Alfredo de Maya** (8), com a acusação direta de oportunismo político; tratava-se de retaliação conduzida por uma das facções aliancistas, que tomava as páginas de **O Diário** como tribuna. A primeira grande onda seria lançada por **Rodolfo Lins**, atacando a administração de **Alfredo de Maya** à frente do **Banco Central de Crédito Agrícola de Alagoas** e procurava lançar sensibilidade quanto ao nome de **João Pessoa.** Pretendia-se recordar o financiamento pelo Banco, dos **Pereiras** da **Paraíba**; a acusação levava a uma atividade contra-revolucionária.

Sendo ou não verdadeira, a denúncia precisava ser investigada; dá-se uma resposta oficial, na qual se tem a lisura da administração, mas a suspeita política continuava em aberto. O grupo de **Rodolfo Lins** havia contestado a escolha de **Alfredo de Maya**, sob o argumento de que não havia tradição liberal e sob o argumento de que havia servido ao governo de **Alvaro Paes.** Após a nota, **Rodolfo Lins** lança mais material, repetindo o mesmo mote e o grande objetivo era a ligação com a remessa de armas para **Princesa** (9). O fundamental é que a discordância estava nas ruas e sinal de que o governo de **Freitas Melro** passaria a ser sacudido por uma série de disputa entre facções, o que terminaria por encaminhar a sua saída da Interventoria.

O esfacelamento do governo começa em janeiro de 1931, quando acontece a saída de Orlando de Araújo e um dos pontos de atrito estava em um elemento bstante sensível na política alagoana da época; o controle da Guarda Civil. Ao lado deste tipo de disputa, havia o adesismo, com a volta de pessoas comprometidas com a situação anterior. Era um ajustamento e consistia em adequar a velha elite, ao fato de que havia uma nova intenção de governo. No fundo, dava-se a duplicidade de interesses; antigos dirigentes necessitavam de respaldo governamental para a sobrevivência no mando e, por outro lado, o governo necessitava ampliar a sua sustentação.

X — O fantasma em cena

Ainda em janeiro de 1931, o sistema estava de volta e acirradamente, contra o fantasma alagoano. Anunciava-se a descoberta no **Rio de Janeiro,** de um movimento subversivo que deveria ter irrompido no dia 19; novamente, o fantasma era chamado à cena alagoana; sairia um texto de autoria de **Severo de Castro:** comentava a praga do **comunismo** e pedia que fosse travada uma guerra de extermínio (10).

Luiz Lavenère também voltaria à carga, sendo que desta feita, seu argumento era mais programático: para combater o **comunismo,** precisava-se minimizar a pobreza e dar proteção ao operário; encontrava, portanto, meio de fazer uma proposta para contorno da luta de classe:

"Ninguém se iluda com a afirmativa de que o comunismo não penetrará no Brasil somente com as providências de mandar prender e expulsar os propagandistas (...) O comunismo é uma doutrina sedutora (...) encontra terreno fértil onde há miséria e descontentamento (...) Como doutrina, o comunismo não pode ser repelido por violência (...)" (11).

Verificando a possibilidade de penetração do **comunismo** nesta pobreza, dirige-se aos trabalhadores e intentava demonstrar que não haveria qualquer vantagem para eles, na medida em que aderissem ao **credo vermelho;** no meio das razões tradicionais, havia a confissão do extremo nível de pobreza das Alagoas; a força policial deveria estar respaldada na mudança do perfil desta pobreza, caso contrário seria inútil, pois o perigo não seria extirpado. Ora, isto reforçava o apelo para uma proteção constante do sistema; em último análise realçava a natureza policialesca do combate, pois nenhuma intervenção seria possível para minorar o quadro de pobreza, que ele apresentava (12),

Duas linhas **anti-comunistas** estavam formadas nas Alagoas: a que pedia **guerra de extermínio** e a que pedia intervenção social; nota-se que estão complementares no texto de Lavenere e isto seria seguido por **Alfredo Uchoa** e outros tantos que passam a escrever sobre o assunto. Mas enquanto se delineava esta nova crise do terror, as escaramuças continuavam no palácio de **Freitas Melro.** Ao que parece, **O Diário** passa a funcionar como ativador da dissidência; afirma que **Freitas Melro** estava demissionário e fala em dois nomes para substituí-lo: **Luiz de França** e **Aguinaldo Valente;** ambos eram ligados a **Juarez Távora.** Dentro da disputa, uma facção ligada a **O Diário** passa a abordar a necessidade da entrada dos **Góes Monteiro,** falando da elevação de **Pedro Aurélio** para o generalato e a possibilidade da vinda de **Silvestre Péricles** para ocupar a vaga de Orlando de Araújo. De acordo com **Rosita**

de **Góes Monteiro**, Silvestre teria sido o primeiro da família a demonstrar vontade de seguir carreira política (13).

Freitas Melro estaria ficando em posição vulnerável e, todo o processo se afunilava em direção a **Juarez Távora**, que, aliás, seria cortejado diuturnamente, enquanto teve o chamado prestígio de vice-rei. A sua vinda a Maceió em março de 1931 foi de extrema importância; revelou a sua aproximação com **Luiz de França** e demonstrou o cerco que lhe fazia a elite alagoana. Juarez veio acompanhado por **Agildo Barata**, ainda não vinculado ao Partido Comunista. Juarez seria hospedado por **Luiz de França**, que muito possivelmente, junto com Aguinaldo monta o esquema para a substituição de **Freitas Melro**. O clima de conflito estava montado e **Freitas Melro** vai perdendo posição; a saída de **Orlando de Araújo** iria impulsionar a sua queda; foi substituído por **Amando Costa Sampaio**, que entra no apogeu ao ocupar a **Secretaria Geral**; foi indicado por Silvestre (14), o que demonstra o início efetivo da penetração dos **Góes Monteiro** na política alagoana.

Enquanto se degladiava, a elite no poder continuava a vigilância sobre os **comunistas**; disto nasceria um pácto de união dos **conservadores**. Tomando o **comunismo** como motivo e vendo mais um passo de integração junto ao governo, o **Jornal de Alagoas** publicou um editorial, em que clama pela ordem social; o argumento era a necessidade de superar as divergências circunstanciais, por força da imperiosa necessidade de defesa do sistema contra seus inimigos.

Orlando Araújo sai; **Alfredo de Maya** passa a ser chamado de mentor de Melro; **Baltazar de Mendonça**, o Prefeito de Maceió, amplia a sua crítica sobre a Interventoria e **Freitas Melro** estava acossado. Além do mais, havia o impasse político gerado pelo **Secretário Geral**. O Interventor marca sua viagem para o **Rio de Janeiro** e, aí, dá-se a oportunidade para sua deposição. Era acusado de deixar-se dominar por Sampaio; este seria o Interventor de fato; o fomento da crise partia de **Luiz de França** e de **Aguinaldo Valente**, homens de inteira confiança e do esquema de **Juarez Távora**. Tudo se precipita às vésperas de sua viagem; não se aceitava que fosse substituído por Sampaio; estava posto um motivo.

No dia sete de agosto, era lançado um avulso convidando o povo para um **meeting**, a ser realizado no dia seguinte; a crítica à Interventoria era cáusticca. A revista **Novidade**, que tinha em **Alberto Passos Guimarães** um de seus diretores, toma nítida posição favorável à saída do Interventor, além de ter postura contra a permanência de Sampaio, sendo bastante provável que esta tenha sido a posição do **Partido Comunista**, embora nenhum acordo tivesse sido firmado entre ele e as facções em choque. O fato é que Sampaio, na oportunidade das comemorações do **Primeiro de Maio** havia lançado uma série de perseguições, dizendo que estava configurado um complô nas Alagoas. Por outro lado, o clima que se vivia possibilitava aos **comunistas** estarem nas ruas, desde outubro de 1930. A deposição de **Freitas Melro** e a oposição ao **Secretário Geral** estava interessando à esquerda. Era uma exígua brecha aberta pelo sistema, situação eventual.

Criava-se na política alagoana, o mote da solução local; estava em plena evidência o nome de **Luiz de França**, temporariamente, Interventor, mas no entanto, representando a linha de **Juarez Távora**, a solução foi dada com o nome de **Tasso Tinoco**, vai ser a mola mestra da criação do **Clube 3 de Outubro**.

Os democratas (antigos perrepistas) continuavam avançando; para a sobrevivência do grupo, seria vital manter a franquia do voto, mesmo que a situação tivesse condições de manipular os resultados. A avaliação que realizavam do quadro nacional, levou a que abandonassem a posição defensiva; tanto é assim, que se faz uma convocatória para eleição do **Diretório** e, dentre outros pontos, pretender-se-ia votar o programa a ser dirigido ao eleitorado. Os **democratas (carcomidos)** estavam cientes de que haveria eleição. **O Semeador** publica um editorial, em que avança a necessidade de manter-se cautela contra o **comunismo**; fala da penetração **comunista** no que chamava de **classes populares** e frisava a necessidade de providências para que os conservadores saissem fortalecicos, pela criação de um partido consistente. Curiosamente, talvez para enfatizar o perigo do comunismo infiltrar-se em tais camadas, circulava por Maceió o boato de que o **Padre Cícero do Juazeiro**, havia tomado a decisão de patrocinar a propaganda comunista; talvez o boato tivesse sua origem na esquerda.

Tasso Tinoco intenta uma reforma administrativa e o retorno foram críticas pesadas, mormente por parte da magistratura, motivando, inclusive, representação junto ao **Conselho Consultivo**. Na verdade, estava assumindo algumas posturas ousadas frente à máquina administrativa; entra, também afastamento com vistas às elites locais; ele não fora uma solução local. **Luiz Silveira**, através do **Jornal de Alagoas**, aproveitava a oportunidade para continuar sua guerra particular contra **Baltazar Mendonça**. O clima leva a que o governo apele, novamente, para as tradicionais razões de **segurança**, ameaçando aqueles que porventura distorcessem as intenções reformistas.

Tasso Tinoco estava enfrentando duas ordens de oposição e reagia com a razão policial. Os democratas estavam em trabalho pela constitucionalização e jornalistas que estavam no comando da **Associação Alagoana de Imprensa** divulgam uma nota de apoio à campanha. O **Jornal de Alagoas** solidariza-se com o **Clube 24 de Fevereiro**. Estava existindo a volta da atividade partidária e parece que os próprios outubristas estavam certos de que a tese da ditadura, da pedagogia revolucionária, não iria subsistir.

Os próprios **outubristas** começam a falar em partido, em preparo para embates eleitorais. Ao que tudo indica, estavam tomando decisão, antecipando a posição nacional do Clube; o problema ainda não estava equacionado para o **3 de Outubro** e os outubristas alagoanos terão de recuar. Pretendia-se que a criação do partido, coincidisse com a vinda de **Juarez Távora.** Estavam tentando montar uma grande estrutura operacional para o Clube e, tanto é assim, que lançam um jornal que terminará tendo importância para o **Partido Comunista: O Estado.**

Da vinda de Juarez, resulta a montagem do Clube, com a presidência nas mãos de **Luiz de França; Aguinaldo Valente** ficaria como Vice; **Mário de Carvalho Lima** ocuparia a Tesouraria, enquanto **Tasso Tinoco e Baltazar de Mendonça** assumiriam postos de direção, não especificados. Nesta altura, **Rui Palmeira** estava ocupando a Secretaria da Prefeitura de Maceió. Ele e outras pessoas da família Palmeira pertenciam ao grupo outubrista, que se definia como esquerda revolucionária. Cedo, esta esquerda estaria enfrentando os resultados do episódio do **Diário Carioca.** A **Associação Alagoana de Imprensa** remete telegrama para **Getúlio Vargas e Macedo Soares; Bernardes Júnior** fica encarregado de redigir um manifesto.

Em breve, as facções estarão em acirrada luta, dentro de duas organizações congregadoras da inteligência local: a **Associação Alagoana de Imprensa e o Instituto dos Advogados.** Tudo isto em face de um questionário encaminhado por Juarez, possivelmente julgado importantes para a defesa da tese contra uma constituinte. A **Associação Comercial** através de **Técio Wanderley,** responde favoravelmente à tese de Juarez, mas no **Instituto dos Advogados,** os dois grupos entram em atrito, com reações, por exemplo, da parte de **Mário Mendonça e Arthur Acioli,** atacando a remessa do questionário. **O Clube 3 de Outubro** reage através de nota oficial, com o peso político da assinatura de **Luiz de França.**

O Clube vai assumir a idéia da formação de um partido e passa a ser anunciada a realização do **Congresso Revolucionário.** Dentro da política alagoana, continuava a circular a expectativa eleitoral; os democratas acreditavam na realização em 1933 e haviam indícios, desde que se teve a designação de membros para o **Tribunal Eleitoral em Alagoas.** Os **outubristas** passam a falar com maior vigor, na criação de um partido e as vicissitudes da política nacional, levavam a um maior controle policial sobre os **constitucionalistas,** dando-se a prisão de **Mendonça Júnior,** com o **Jornal de Alagoas** deixando de circular por quatro dias.

A posição de **Tasso Tinoco** passa a ser ameaçada, começando a circular notícia a respeito de sua saída. Por outro lado, a expectativa das eleições levava a que a **Igreja** passasse a pedir

a seus fiéis, a necessidade de defesa de princípios; sua grande preocupação seria com o laicismo constitucional. Recorre à pregação de **direita** de **Becker** e chega a publicar uma pastoral de **Bragança.** É daí, que a **Liga Eleitoral Católica** surge em **Alagoas.**

As forças conservadoras em geral estavam em plena arregimentação. **Tasso Tinoco** é chamado ao Rio de Janeiro: o grupo ligado a **Juarez Távora** havia perdido posição e falava-se em dois nomes para ocupar a Interventoria em Alagoas: **Afonso de Carvalho e Rodolfo da Mota Lima.** Por outro lado, os **democratas recuperavam espaço, estavam novamente arregimentados e forma-se o Partido Economista Democrático de Alagoas.** O antagonismo entre os **outubristas** e os antigos **perrepistas** é acirrado; é criado o **Partido Socialista** com **Helvécio de Souza** na presidência, **Inácio Brandão Gracindo** na Vice. **Baltazar de Mendonça** seria o Secretário Geral.

É neste ano de 1932, que se instala em Alagoas uma poderosa organização de repressão política: a **DOPSE.** O **Jornal de Alagoas** mencionava a criação da **Delegacia** e falava de seu primeiro titular: o Juiz de Direito **Júlio Vasconcelos.** Ocorria quando estava em andamento, os feitos do movimento de **São Paulo** e a primeira providência da Delegacia, foi tantar coibir o que chamava de circulação de boatos. Um dos presos por boataria (flagrante delito) foi o cidadão **Antônio Pureza.** Aliás, o **Departamento de Segurança Pública** informava que seria inaugurada uma galeria de fotos de boateiros; dentre eles, o cidadão **Arlindo Pereira,** proveniente de **São José da Lage,** por onde deve ter cometido o seu delito.

Neste ano de 1932, o movimento operário que se realizava, foi marcado por duas situações distintas e completamentares: teve-se a campanha de sindicalização levada a efeito pelo governo, enquanto a esquerda teve de manter suas organizações e penetrar nas que decorriam da atividade governamental. Aqui no Estado, as forças que poderiam ser consideradas como esquerda, tiveram uma larga penetração nas organizações instituídas dentro do programa do governo. A principal avaliação deste quadro foi realizada, justamente, pela DOPSE, em relatório preparado por seu titular Mário de Carvalho Lima; este relatório foi preparado para instrumentar o processo contra Alberto Passos Guimarães e outros. O texto de Mário Lima colocava esta penetação:

> " Em 1932, é fundada com a orientação do Governo e dentro das instruções emanadas do Ministério do Trabalho, a Federação dos Trabalhadores de Alagoas. Mas a despeito do controle por parte do governo e da ação policial, dentro dos sindicatos a agitação toma vulto tal, que em princípio de 1933, o então Interventor Federal, vê-se obrigado a deportar para o Rio de Janeiro um numeroso grupo extremado (10).

No ano de 1932 aparecem diversas entidades patrocinadas

pelo programa governamental, mas aparecem, também, importantes núcleos de esquerda. É neste ano que se funda uma das entidades mais importantes, na história política dos trabalhadores alagoanos; trata-se da **União Geral dos Trabalhadores**, fundada em 21 de fevereiro, em sessão solene realizada no **Montepio dos Artistas.**

Eram reorganizadas ou criadas as mais diversas entidades; Assim, por exemplo, o **Sindicato dos Carroceiros**, cuja sede em **Jaraguá.** Os ferroviários mantiveram uma sucursal do **Sindicato dos Ferroviários da Great Western.** Funda-se o **Sindicato dos Sapateiros.** Tem-se a **União Operária em Construção Civil**, o **Sindicato da Usina Brasileira, Sindicato da Fábrica de Tecidos do Pilar, União Sindicalista dos Alfaiates de Maceió e Classes Anexas**, funda-se em 12 de setembro o **Sindicato dos Pedreiros** e no dia 12 de dezembro, o **Sindicato dos Marítimos**, em sessão realizada na sede da **Sociedade Beneficente das Classes Operárias de Maceió.** É possível mencionar um grande número de entidades operárias em Maceió; praticamente, em toda a indústria têxtil existia trabalho sindical. O próprio **Clube 3 de Outubro** incentivava a sindicalização.

As solenidades de **Primeiro de Maio** (1932) são particularmente importantes, pelo fato de que deixam evidenciado, o choque que acontecerá entre a direita e esquerda. O **Montepio dos Artistas** faria uma sessão solene, onde falaria o seu orador oficial: **José Luiz de Oliveira.** Seu tema seria caro ao desenvolvimento da pregação **integralista: Deus, Pátria e Família.** A contrapartida aconteceria com a **União Geral dos Trabalhadores**, que faria uma pequena passeata de sua sede (Rua do Comércio, 610), até a Praça Deodoro, onde seria realizado um ato público; tratava-se de um passo arriscado, face à repressão policial.

Tasso Tinoco esteve empenhado em seguir as instruções do Ministério do Trabalho; além de incentivar a sindicalização, tratava de montar a **Comissão Mista de Conciliação e Julgamento**, da qual faziam parte os trabalhadores **Benon Roberto e José Tavares Lima.** Benon pertencia ao **Sindicato dos Trabalhadores em Carne Verde** e seguramente era **comunista.** Neste contexto, os operários não tardam em rrealizar as primeiras investidas; o **Sindicato dos Comerciários** reune-se para tratar da jornada de trabalho de oito horas; o **Sindicato dos Trabalhadores em Calçado**, entra em contato com **Freitas Cavalcanti** (Ministério do Trabalho) e ingressa contra um proprietário de sapataria, que se havia negado a conceder os dispositivos legais relativos a férias.

Os trabalhadores voltam-se para estruturarem uma cooperativa de consumo e vão em busca do apoio de **Tasso Tinoco.** A **Cooperativa dos Trabalhadores de Alagoas** é criada e um de seus dirigentes é **comunista: Costa Neto.** Brevemente apareceria a **Federação dos Trabalhadores; Aristofanes Trindade e Américo Sapateiro** procuram o Interventor e recebem apoio. A **Federação** foi fundada em sessão realizada na sede do **Sindicato dos Comerciários**, onde se deu a leitura dos estatutos e a composição da primeira diretoria. O Presidente seria **Aristófanes Trindade e Américo Sapateiro** (Américo Coelho) ocuparia a presidência da **Comissão de Fiscalização Geral.** Aristófanes consegue penetrar na redação de **A Notícia**, razão pela qual se tem farto noticiário sobre as atividades da organização.

No mês de novembro de 1932 começam as greves e a primeira foi realizada em **Fernão Velho**; Trindade entre em contato com o advogado da empresa (Carlos de Gusmão) e tudo é aparentemente contornado. Os operários haviam guardado as instalações da fábrica, até que a polícia chegasse. Na verdade, a greve não foi tão pacífica, quanto a imprensa a representava: os líderes perderiam o emprego e seriam presos; Aristófanes chegou a ser chamado para prestar depoimento na polícia, mas, mediante a intervenção de **Miguel Batista**, Chefe do **Departamento de Segurança Pública**, termina por ser liberado. Um outro movimento grevista aconteceria; eram os padeiros exigindo a observação da legislação trabalhista; antes que o movimento ganhasse corpo, Freitas Cavalcanti reune as partes e lê um documento de reivindicação dos trabalhadores; os empregadores pedem tempo, é dado um prazo de 24 horas; posteriormente os patrões aceitam e tudo se normaliza.

Nos fins do primeiro semestre, noticiava-se o aparecimento de um jornal: tratava-se de **Voz Operária**, cuja direção estava sob responsabilidade de **Dantas Albuquerque**; a Federação anunciava um outro periódico e que teria caráter **socialista: Vanguarda Operária** e dele participava Alberto Passos Guimarães, sinal da presença **comunista.** Não resta dúvida, que em todo este processo, **Aristófanes Trindade** tem uma participação fundamental, embora com claras articulações junto ao governo.

Pouco se sabe de sua posição; apresentava uma tese vaga sobre o que chamava de **socialização dos povos**, matéria central de um dos raros textos de sua autoria, aliás, o único que conhecemos: **"A doutrina da sindicalização em Alagoas"** (16). Ao que parece, o tema seria aceitável pelo governo. A Federação era uma entidade legalista, lutava pela prática da legislação trabalhista. As atividades da **União Geral dos Trabalhadores** e a penetração de elementos de **esquerda** dentro das organizações oficiais, levavam a que as reivindicações entrassem em um crescendo. **A esquerda** ao mesmo tempo em que se infiltrava, conseguia manter a União; com isto, influencia a saída da simples reivindicação trabalhista para a preocupação com a vida do trabalhador, onde, infalivelmente, a crítica ao sistema teria de estar instalada; conquistava espaços, levava a luta adiante e seria responsável pela radicalização que ia transparecendo no seio do movimento operário. A Federação

será interveniente no dissídio entre **Borstelmann**, carroceiros e trapicheiros; interfere junto à **Aliança dos Retalhistas**, na questão da jornada de oito horas e estuda o fechamento do **Sindiccato de Utinga.**

A primeira notícia que se tem do movimento operário no ano de 1933, diz respeito a uma reunião, que seria realizada no **Sindicato dos Gráficos;** devia ter sido matéria de rotina. Naquela altura, contudo, o movimento estava atingido o ponto mais radical de sua confrontação com o sistema; um sinal balizava a evidência que, em breve, ter-se-ia uma ação rigorosa por parte do governo. Uma comissão de trabalhadores representa contra o sub-delegado local, acusando-o de, a mando dos patrões, perseguir os operários sindicalizados. O **Sindicato de Fernão Velho** era um dos mais fortes do Estado e nele havia grande penetração **comunista.**

O movimento deve ter-se avaliado suficientemente forte, para convocar o **I Congresso Operário de Alagoas,** cuja abertura seria realizada na **Perseverança** e as demais sessões seriam realizadas na **União Geral dos Trabalhadores.** Era uma atitude ousada; havia greve, tinha-se problemas com a polícia e é neste clima, que aparece o **Congresso Operário.**

Nesta oportunidade, estava-se na interventoria de **Afonso de Carvalho,** cuja intenção mais imediata era montar o chamado partido da revolução, tentanto agrupar elementos das facções da elite: os democratas e a chamada esquerda revolucionária. Começa a receber e a lidar com os primeiros pleitos; o **funcionalismo** estava em situação angustiante, que ía além da emergência estabelecida em 32; as classes conservadoras preocupavam-se com imposto e orçamento. Principia por adotar uma imagem liberal, tentando minimizar o choque entre os grupos tradicionais. Reune os órgãos de imprensa e afirma que a **censura** iria terminar; pedia a **auto-censura.**

Continuava a expectativa das eleições; outubristas agora alinhados no **Partido Socialista** e os democratas montam seus esquemas eleitorais. **Afonso de Carvalho** não consegue instalar a tutela que desejava, através da montagem do partido do Interventor. No entanto, o **Partido Nacional** seria fundado e seria uma acomodação passageira da elite alagoana. **Graciliano Ramos** fez parte de sua Executiva. A **Igreja** estava impulsionando a **Liga Eleitoral Católica,** sob as vistas de **Lourival de Mello Mota** que discorda de seu encaminhamento. No seio das composições, **Afonso de Carvalho** coloca **Silveste Péricles** na Executiva, **Edgard de Góes Monteiro** vai para a Prefeitura de União dos Palmares e, compondo com os democratas, leva o **Major Lucena** a julgamento, sendo absolvido e incorporado, novamente, à **Polícia Militar.**

Possivelmente de inspiração macônica, nascia a **Liga Alagoana pelo Pensamento Livre; defendia princípios liberais. Mais tarde, ela iria cumprir um papel de relevo, na luta contra o facismo;**

contava em sua direção, com dois nomes de expressão dentro do conjunto das forças democráticas de Alagoas: Sebastião da Hora e Esdras Gueiros. Contudo, contava em sua dirreção com o nome de Luiz Lavenere, que logo-,logo vincula-se ao **integralismo.** As mulheres estavam em ativa, através de uma organização conservadora cuja liderança estava nas mãos de **Lily Lages.** Aparecem as candidaturas, com **Américo Melo** apresentando-se como socialista. **Mário Mendonça** sai como candidato avulso, contando com o apoio da **Federação dos Trabalhadores.** Para surpresa, **Olympio Santana** constava como candidato a deputado e, seguramente, era membro do **Comitê Regional do Partido Comunista.** Os resultados seriam esperáveis: o **Partido Nacional** era o grande vencedor e o grande perdedor era o **Democrático.**

Olympio Santana vinha do antigo grupo anarquista e sua militância começa na primeira década do século; era um dos coordenadores do **Congresso Operário.** Antes da realização da primeira sessão, existiam sérios problemas em **Rio Largo** e as conseqüências das greves vão marcharem em direção ao Congresso, que já contava com a adesão de 21 entidades de trabalhadores. A **Comissão Organizadora** era composta por **Vicente Moura, Virgínio Souza, Justino Mendes e Manoel Rodrigues;** os três primeiros eram nitidamente de esquerda. A sessão inaugural foi presidida por **Manoel Rodrigues,** Presidente da Federação; o primeiro pronunciamento é de **Aristófanes Trindade** e os trabalhos são iniciados com a coordenação de **Olympio Santana.** Nesta primeira sessão, são defendidas as teses dos **padeiros** e os **estivadores; as demais sessões iriam acontecer uma vez por semana e deveriam funcionar na sede da União Geral dos Trabalhadores,** o que não vai acontecer, em virtude da intervenção policial, no sentido de anular as lideranças e cercear o funcionamento das entidades de trabalhadores.

Os trabalhadores da **indústria têxtil,** nas indicações que realizaram, priorizavam a uniformização de salário, jornada de oito horas com salário integral e extinção do serviço de multa. Os trabalhadores **açucareiros,** além das oito horas e da extinção das culpas, defendiam o fim da prática dos vales; o pessoal do **campo** falava na jornada de oito horas e medição de tarefas com trenas. Os **trapicheiros** discutiam a necessidade de regulamentação quanto ao peso e a fixação de uma tabela uniforme por volume. Os **estivadores** pediam a extinção dos contratantes; os **carroceiros** reivindicavam a isenção dos impostos municipais, uniformização de tabelas; **pedreiros e mobiliários,** a fixação de tabelas e os **comerciários** defendiam aumento salarial e regulamentação de jornada de trabalho.

Ao lado de uma série de fatores específicos, eram postas reivindicações de caráter geral: assistência médica, farmacêutica e hospitalar nas fábricas. Falava-se na necessidade da extinção

dos mocambos, padronização e higiene da habitação operária; argumentava-se a necessidade de criação de cooperativas de consumo e de produção. Acontecem, contudo, posições marcadamente políticas, em choque com a orientação governamental. Entra a escola laica, mantida pelo Estado e a ser administrada pela própria Federação dos Trabalhadores; argumenta-se com a necessidade de criação de escolas noturnas no campo e na cidade e, especialmente, considerava-se inaceitável a presença da burguesia na Constituinte. É o desenvolvimento desta idéia, que deve ter gerado a candidatura de **Olympio Santana.**

Contudo, o grande problema com a polícia passa a acontecer, quando foi criado um comitê de **socorro aos operários de Fernão Velho,** que haviam sido dispensados. Com isto, o Congresso estava assumindo o **movimento grevista** e prestava solidariedade aos presos e dispensados. Há, portanto, toda uma estratégia da esquerda, no sentido de comprometer a Federação. É assim, que publicava uma nota, falando da expulsão de 17 famílias, por ocasião da greve de **Fernão Velho,** realizada em 1932; interporia recurso junto ao Ministério do Trabalho e aí, há uma saída significativa da ordem propriamente trabalhista, para integração com o movimento grevista. A **União Mercantil** tenta uma composição, patrocinando indenização equivalente a três salários. A Federação não aceita; argumenta que 17 trabalhadores não poderiam conseguir, à força, a paralização de 2.000 operários. Com isto, estava assumida a defesa da greve como instrumento legítimo. A intervenção da polícia passa a ficar clara; uma nota do **Sindiato dos Comerciários** deixa antever, que as entidades operárias tinham suas reuniões proibidas, até segunda ordem.

A intelectualidade de direita toma posição; é o caso de **Fulgêncio Paiva,** autor do primeiro texto alagoano de defesa do fascismo. O movimento grevista tomava uma proporção, talvez nem mesmo pressentida pela liderança: vira uma bola de neve e, em breve, atinge a um dos pontos sensíveis da produção, o cinturão têxtil de Maceió. A **Alexandria** entra em greve e é ocupada pela polícia. A distribuição de panfletos considerados subversivos, desencadeia uma atuação mais vigorosa por parte da polícia. Acontecem prisões e deportações. Um dos deportados seria **Alberto Passos Guimarães, especialmente por sua atuação no jornal Vanguarda Operária.** Outro **comunista** preso e deportado, foi o **Gororoba** e até mesmo Américo Sapateiro entrou no rol dos indesejáveis.

Em todos estes momentos, verificamos a existência de um grupo **comunista** em atividade política, mesmo sob severa pressão. Encontrava as brechas e trabalhava. É praticamente impossível determinar quando a idéia de comunismo passou a ser discutida em Alagoas. Contudo, é razoável situar os inícios, por parte de 1924 e é de se pressupor, que por volta decorre de remanecentes do grupo anarquista; é deste grupo, que aparecem nomes como

Rosalvo Guedes, Pedro Codá e Olympio Santana. A história oral do **Partido Comunista Brasileiro** em **Alagoas** aponta o ano de 1928, como o da fundação.; há suporte documental para esta afirmativa, colhida de **Geraldo de Majella.**

É bem verdade, que antes de **1928** existiam **comunistas** em **Alagoas,** mas não havia estrutura partidária. O Estado era constantemente visitado por militantes vindos do **Rio de Janeiro** e mais assiduamente do **Recife,** com a finalidade de **propaganda** e montagem de **cédula.** Nada, contudo, resulta de positivo. Aliás, mesmo no ano de 32, quando se teve a intensa movimentação demonstrada anteriormente, as ligações do Partido com seu nível de coordenação nacional eram tênues e inseguras; as articulações mais diretas eram realizadas com Pernambuco, onde se dava grande risco, em face às constantes infiltrações policiais no Comitê daquele Estado, segundo informações dadas por **Alberto Passos Guimarães.**

Os anos de **1917 a 1920** foram vitais para a organização do **movimento operário** em Alagoas; deste período, deriva praticamente uma década de apatia e, não resta dúvida, que este clima dificultou a estruturação de um **Partido Comunista** no Estado. Este clima de pasmaceira foi mencionado em matéria de redação, de um jornal que deve ter sido o primeiro órgão de **imprensa comunista** em nossa terra. Trata-se de **O Proletário** e editava-se esporadicamente, desde 1927. Em janeiro de 1929 tinha redação e oficina situadas na Barão de Penedo, n. 46 (17). Era secretariado por **S. B. Oliveira** e tinha como redatores: **Luiz de Souza e H. Alexandrinho.**

O jornal argumentava com a necessidade de rearticulação e afirmava ter ocorrido um estímulo, com a recente vitória dos trabalhadores no Rio de Janeiro. Tudo nos leva a crer, que o pequeno jornal estava refletindo o início de uma ação organizada, por parte do **Partido Comunista.** Antes de 1928, como falamos, as atividades resumiam-se às visitas. A primeira **célula** aparece articulada por **Américo Coelho Omena, o Américo Sapateiro,** dando-se a vinda de um militante conhecido como **José Francisco. Américo Sapateiro** era um antigo militante no movimento operário, tendo ingressado na Federação dos Trabalhadores, no ano de 1910. A primeira reunião convocada, seria realizada em sua oficina, segundo depoimento de **Olympio Santana.**

O **Américo Sapateiro** morava na **Rua São João** e é em sua casa, que funciona a primeira **célula** em Alagoas, cuja denominação era **A.A.** Além de Américo. Faziam parte **Sérgio Pueirame, José Costa Neto e José Lourenço. Olympio Santana** diz que participou desta reunião e que estava presente um acadêmico por nome **Adelmo** e que teria vindo do Rio de Janeiro, representando o Partido.

Sérgio Pueirame era presidente do **Sindicato dos Trapicheiros,** tendo longa militância, vindo da geração de militantes da primei-

ra década do século; **José Costa Neto** era o diretor de **O Proletário.** O crescimento do Partido em Alagoas, deriva desta **célula inicial.** Posteriormente, novos nomes são agregados, como o de **Júlio Galego (Júlio de Almeida Braga),** que foi levado para a organização por **Antônio Noberto Holanda,** mais tarde expulso da organização; fazia parte também um ex-músico do 20 Batalhão de Caçadores: **J. Barbosa.** Um outro militante era apenas identificado como **Virgínio.**

O crescimento leva a que, possivelmente já em 1929, seja realizada a eleição para o Comitê Regional; a reunião acontece no Farol, em sítio de **Américo Melo,** na casa de um empregado da Forca e Luz, conhecido como **Pedro.** É nesta eleição, que se dá o primeiro "racha" na organização, quando **Horácio Gomes de Melo** fica com a Secretaria, preterindo-se o nome de **Américo Sapateiro,** que se afasta do quadro partidário, continuando, no entanto, a manter ligações. **Olympio Santana** vai ocupar a posição de Tesoureiro e foram criadas diversas comissões: Juventude, Agrária, Mulher Trabalhadora. Olympio confirmou a sua eleição para Tesoureiro e Horácio Gomes a sua indicação para Secretário.

Horácio era um sapateiro e estava filiado ao Partido, desde 1926; talvez tenha sido esta a principal razão de ser eleito Secretário. Paulatinamente, **Américo Sapateiro** afasta-se e em 1932 estará articulado ao sindicalismo governamental. Seu longo depoimento foi prestado em 1937, quando estava inteiramente ligado à Ação Integralista, inclusive fazendo parte de sua polícia secreta. O choque político desta organização vai ganhar relevo, quando se formaliza a direita alagoana, em torno da Ação Integralista.

Em torno de um ano após o lançamento do **Manifesto de Outubro, Plínio Salgado** comandou pessoalmente, uma **bandeira** com destino ao Norte do País. Quando de seu retorno, escala em Maceió e recebe as homenagens de seus correligionários alagoanos. Havia sido programada uma conferência na sede da Perseverança e, desta visita, formaliza-se o núcleo alagoano. Ficava designado um **Triunvirato,** por ordem baixada pelo **Chefe Nacional.** Alguns nomes de prestígio estavam associados, como o de **José Lins do Rego.** Foi o escritor paraibano, quem cooptou **Moacir Pereira** (18), pessoa de prestígio na sociedade, intelectual e fazendo parte do seleto corpo docente do **Lyceu Alagoano.**

Tudo havia sido preparado para a vinda de **Plínio Salgado** e parece que o elemento de ligação foi **José Lins do Rego.** O grupo distribui uma espécie de manifesto-convite, inclusive em redações. O encontro de **Plínio Salgado** com Alagoas foi presidido por **Domingos Fazio Sobrinho;** Falaram **Moacir Pereira e José Lins do Rego.** O resultado é que a **Chefia do Triunvirato** fica com Moacir, **Carlos Gomes de Barros** será Secretário e **Manoel Vasconcelos,** Tesoureiro. A tarefa deixada era a organização do **grupo de centralização, Departamento de Propaganda e a Ação Integralista Universitária.**

A conferência recebe pouca divulgação da imprensa; o único jornal a publicar o texto do manifesto-convite, foi o órgão oficial da Igreja: O Semeador. No entanto, o **Diário de Maceió** assume a doutrinação direta e poderia ser considerado como o primeiro órgão de imprensa marcadamente integralista; era dirigido por **Arnóbio Valente Filho.** O **Triunvirato** trabalhou, mas devia contar com um pequeno grupo; pelos finais de 1933 estavam formados dois pequenos núcleos: **Maceió e Penedo.** O núcleo penedense foi derivado da atividade direta de **Gustavao Barroso;** somente depois, é que o movimento se entrelaça. As pessoas na linha de frente em **Penedo** eram **Oceano Carleal, Sinay Tavares e Eduardo Santa Rita.**

A documentação pertinente ao movimento integralista em Alagoas é rara, mas dentro do que restou, existe uma peça de valiosa importância: o **Livro Caixa da Chefia Provincial.** A listagem do pagamento de joias demonstra ter sido um grupo inicialmente pequeno; mas este grupo se destina à propaganda. O movimento vai crescer e os registros do livro caixa permitem pensar em cerca de 90 pessoas até junho de 1934; apesar de ser realizado pela elite alagoana, o crescimento vai ser feito incorporando sobretudo a baixa classe média. Haviam os grandes contribuintes, como **Benon Maia Gomes, Afrânio Lages e Moacir Pereira,** mas a classe modal estava entre 1$000 a 2$000.

REPAROS A UM LIVRO DIDÁTICO

REPAROS A UM LIVRO DIDÁTICO

Moacir Medeiros de Sant'Ana

Somente agora tivemos a oportunidade de manusear o livro de estudos sociais de título **Alagoas e seu espaço**, destinado ao 1° grau, impresso em São Paulo, pela Editora do Brasil, no ano de 1989, e de autoria de Josete Lima Peixoto, Luciana Aires Suruagy e Vera Lúcia Costa.

Folheando o referido compêndio nos deparamos com alguns erros que estão a exigir reparos, ainda que tardios, porquanto, ao que nos consta, a edição de 5.000 exemplares encontra-se praticamente esgotada.

No capítulo "Localização de Alagoas", as aludidas autoras registram: "Importante saber: Alagoas é chamada de 'Terra dos Marechais', devido ao fato de os dois primeiros presidentes da nossa república - (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) serem alagoanos". (p. 8)

Em verdade não foi a circunstância de serem alagoanos os dois primeiros presidentes da república brasileira que levou o nosso Estado a ser chamado de "Terra dos Marechais", mas sim o fato de os dois militares conterrâneos terem a mesma patente, pois eram **marechais.**

Mas não foram aqueles os únicos marechais alagoanos, porquanto tiveram a mesma patente, Roberto Ferreira (1835-1915), nascido em Atalaia; Hermes Ernesto da Fonseca (1824-1891) e Severiano Martins da Fonseca (1825-1889) naturais de Alagoas, atual Marechal Deodoro; Estêvão Leitão de Carvalho, nascido em Penedo a 6 de abril de 1881 e Carlos Jorge Calheiros de Lima.

Ao tratarem de "Os primeiros habitantes de Alagoas", afirmam: "Ainda hoje existe em Palmeira dos Índios uma tribo que conserva alguns de seus costumes. É a tribo dos cariris e xucurus". (p. 11)

Cariris (Kariri) e Xucurus (Xukuru) são grupos indígenas distintos, que se aldearam em Palmeira dos Índios, os primeiros no sopé da serra, nas proximidades do povoado, hoje sede do município, enquanto os segundos na chã da serra e cabeceira do riacho Cafurna. Só muito recentemente é que se uniram, formando praticamente

um único grupo, a isso levados para se defenderem do inimigo comum, o branco.

Por isso, o parágrafo há pouco transcrito deverá ter nova redação: "Ainda hoje existem em Palmeira dos Índios dois grupos indígenas que conservam alguns de seus costumes tribais: os xukuru e os kariri".

Já no capítulo "A Capitania de Pernambuco" asseveram: "Cristóvão Lins, colonizador português, foi enviado por Duarte Coelho Pereira para tomar posse das terras compreendidas entre o rio Manguaba e o cabo de Santo Agostinho, com o objetivo de desenvolver o cultivo da cana e implantar engenhos para a fabricação de açúcar". (p. 15-16)

Cristóvão Lins, que não era português, mas sim alemão de Dorndorf, ao sul de Ulm, já residia na região de Porto Calvo por volta de 1590. Tendo recebido uma sorte de terras na capitania de Pernambuco, na parte que hoje compreende Alagoas construiu, segundo identificou Manuel Diégues Júnior, cinco engenhos de açúcar: **Buenos Aires, Escurial, do Morro, Baixo** (depois **do Meio**) e **Maranhão.**

No capítulo "Atividade Canavieira: o trabalho do negro", ao tratarem do fabrico do açúcar, informam que "o melado era colocado em fornos de barros para dar o 'ponto' do açúcar". (p. 17)

Todavia, o mel — este o nome mais adequado — não era colocado em fornos, mas em **fôrmas,** quando estava já a ponto de açucarar, resultando os chamados "pães-de-açúcar", mas do denominado **açúcar bruto,** não cristalizado, nem refinado.

Através do texto do capítulo "Os Holandeses em Alagoas" (p. 20) percebe-se que as autoras inclinam-se claramente não só para o lado dos invasores holandeses, como também para o do controvertido personagem Calabar, inclusive ao endossarem possível ponto de vista de terceiros, com que arrematam o citado capítulo, porquanto registrado entre aspas: "A intenção de Calabar era a defesa de sua terra, submetida à ditadura luso-espanhola".

Tal frase jamais poderá ser considerada suficiente para explicar ou justificar a razão de haver Calabar optado pela bandeira de outro colonizador.

Convém aqui lembrar que os holandeses, depois de constituírem a **Companhia das Índias Ocidentais,** com capitais particulares, mediante o apoio de tropas de mercenários invadiram o Nordeste brasileiro com o firme propósito, concretizado, de assenhorear-se de seus engenhos de fabricar açúcar, numa época em que tal produto era considerado quase uma especiaria disputado a altos preços no mercado mundial. E não é por acaso que muitos historiadores denominam aquela expedição militar batava de "Guerra do Açúcar".

No capítulo "Cidades Históricas", ao tratarem de Marechal Deodoro, afirmam: "Ali construiram os franceses um porto para o transporte de pau-brasil". (p. 82) Contudo, como sabemos, nenhuma

construção os franceses fizeram naquele local, desde quando o porto por eles utilizado no contrabando daquela madeira de tinturaria era, e continua a ser, um porto natural, simples ancoradouro.

Discorrem também, no mesmo capítulo, sobre Penedo: "As igrejas construídas pelos holandeses são belas e de rica arquitetura colonial", (p. 83) Sendo os holandeses calvinistas, não poderiam erguer igrejas católicas. O que eles na realidade fizeram durante o período de ocupação do nordeste brasileiro, foi destruí-las, apontando-se em Alagoas, documentadamente, pelo menos um caso, o da antiga matriz de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, a Marechal Deodoro dos dias atuais, incendiada por militares holandeses guiados por Calabar, no ano de 1633.

"Alagoanos Ilustres" é outro capítulo que está a merecer reparos. Tratando do Marechal Floriano Peixoto, afirmam: "Nasceu (...) em Riacho Grande, atual Floriano Peixoto". (p. 85) Riacho Grande, que era o nome do engenho onde Floriano nasceu, jamais mudou seu nome para Floriano Peixoto. O antigo distrito de Ipioca, onde a citada fábrica de açúcar estava edificada, é que teve sua denominação mudada para o nome do Consolidador da República.

Ao tratarem, a seguir, de Manuel Diégues Júnior, cujo nome grafam como **Manuel Diégues,** registram: "Foi professor, escritor e jornalista". (p. 85) Contudo, Manuel Diégues Júnior, nascido em 1912, **não foi, é,** pois continuava vivo, atuante, no Rio de Janeiro onde residia, tendo falecido em 27 de novembro de 1991, dois anos depois da publicação do livro **Alagoas e seu espaço.**

Quanto a Aurélio Buarque de Holanda: "É escritor e filósofo". (p. 85) Possivelmente por erro de composição gráfica, saiu filósofo em lugar de **filólogo.** Outrossim, seria conveniente fazer constar a indicação de seu falecimento, — ocorrido a 28 de fevereiro de 1989 — o que não foi incluído certamente pelo fato de a morte daquele ilustre alagoano haver ocorrido nas proximidades ou mesmo logo depois da impressão da referida obra.

O nome de Jorge de Lima vem grafado Jorge Mateus de Lima. (p. 86) Se bem que seja este o seu nome completo, **Jorge de Lima** é o mais indicado, porquanto o mais difundido. Além disso, apesar de haver sido poeta e romancista, dele apenas registram os nomes de dois romances do autor dos tão divulgados poemas Essa Negra Fulô e O mundo do menino impossível. E foi, aliás, através desse último, reunido em volume, no Rio de Janeiro, em 1927, que o poeta aderiu ao Modernismo.

As citadas autoras dão Arthur Ramos como falecido em 1951, (p. 86) — quando isso aconteceu dois anos antes, em 1949, precisamente a 31 de outubro, em Paris.

Ao relacionarem os nomes de "outros filhos ilustres de Alagoas", incluem entre os pintores, os nomes de Pierre Chalita, Getúlio Mota e Rogério Gomes. (p. 86) Como até então vinham discorrendo acerca de conterrâneos mortos, — se bem que, como vimos, tivessem

incluído, entre os mesmos, um vivo, Manuel Diégues Júnior — torna-se necessário mencionar que aqueles artistas plásticos estão vivos. Além disso, por que as autoras do citado compêndio não registraram, ao menos, os nomes dos dois mais importantes pintores alagoanos da fase mais remota da nossa história artística, no caso Rosalvo Ribeiro (1867-1915) e Teixeira da Rocha (1863-1941)?

Mencionam unicamente o nome de um antropólogo e folclorista: Théo Brandão, falecido em 1982 mas não esclarecem se o mesmo já morreu. Por que não fizeram ao menos menção a outro ou outros representantes da área, a exemplo de Estêvão Pinto e José Aloísio Vilela, ou ainda de um vivo, como José Maria Tenório Rocha?

Convém aqui também lembrar que Manuel Diégues Júnior — citado na p. 85 — não foi indicado como folclorista ou antropólogo, e sim como "professor, escritor e jornalista", como já verificamos.

Somente registram o nome de um político: Theotônio Vilela, (p. 86) falecido em 1983, não declarando se o mesmo está vivo ou morto. E o que é mais deplorável, deixaram de mencionar aquele que foi a maior expressão política de Alagoas: **Tavares Bastos** (1839-1875), cujo nome completo era Aureliano Cândido Tavares Bastos.

Apenas citam o nome de um teatrólogo: Bráulio Leite. (p. 86) Não informam, contudo, se Bráulio Leite Júnior — esse o seu nome completo — está vivo ou morto. Dos mortos deixam de citar o nome de pelo menos um teatrólogo da maior projeção: **J. Brito** (José Ângelo Vieira de Brito, 1882-1934), natural de Palmeira dos Índios.

No capítulo "Pontos Turísticos", no tópico Igrejas, vem estampada uma fotografia da "Capela de São Gonçalo", com a legenda: "a mais antiga de Maceió", (p. 101) o que não procede, já que a mesma data apenas de 1888, quando se comprou a antiga Casa da Pólvora, transformada em capela, inaugurada em 1891.

Em outro capítulo, "Símbolos Municipais", ao tratarem da bandeira, asseveram: "Sancionada em 29 de maio de 1962". (p. 120) Melhor diriam **adotada**, porque sancionada mesmo foi a lei que oficialmente adotou a referida bandeira.

O aludido termo **sancionada** deverá ser também substituído por **adotada**, na parte Atividade, (p. 123) justamente na pergunta que vem após o pedido para escrever sobre a bandeira do município de Maceió: "a) Quando foi sancionada?"

Fazemos questão de assinalar que, no compêndio em evidência, do qual constam outros capítulos sobre outras áreas de conhecimento, apenas revisamos os capítulos: "Localização de Alagoas"; "Os primeiros habitantes de Alagoas", "A Capitania de Pernambuco"; "Atividade Canavieira: o trabalho do negro"; "Os Holandeses em Alagoas"; "Cidades Históricas"; "Alagoanos Ilustres"; "Pontos Turísticos" e "Símbolos do Município".

O 15 DE NOVEMBRO: UM BALANÇO REPUBLICANO

O 15 DE NOVEMBRO: UM BALANÇO REPUBLICANO

Douglas Apratto Tenório

A idéia republicana esteve presente em todos os movimentos históricos brasileiros: na Inconfidência Mineira, na Conjuração Bahiana, na Revolução Pernambucana de 1817, na Confederação do Equador, na Revolução Ferroupilha. Ao se materializar no dia 15 de novembro, a antiga classe dominante se libertou da monarquia como de um fardo e se preparou para encarar com flexibilidade o novo regime; recolheu-se momentaneamente para voltar aos poucos a segurar as rédeas do poder.

Liquidado o Império, que já acenava com algumas premissas republicanas, entre elas a existência de partidos políticos com tendências definidas, o período republicano aguçou alguns dos problemas monárquicos e criou outros, a começar pela destruição dos partidos.

Num primeiro balanço período republicano, que completa hoje 102 anos, constata-se que os grandes problemas nacionais continuam inalterados. Não se fez a reforma agrária mais do que necessária com a libertação dos escravos. As tentativas de fazê-la, no século atual, sempre foram adiadas pelo rolo compressor atuante e vigilante das lideranças agrárias presentes nas instituições e nas esferas dos poderes governamentais.

A cidadania continuou restrita a poucos. Claro, com algumas concessões como o voto do analfabeto, ligeirinho aproveitado como massa de manobra nas eleições, principalmente nos feudos do interior e na periferia das cidades maiores, pelos espertalhões fisiologistas.

As velhas oligarquias reassumiram seu lugar nos primeiros governos civis e geraram novos rebentos que continuariam impávidos até nossos dias. Basta ver Estado a Estado o revezamento dos mesmos nomes e das mesmas famílias nos governos estaduais, municipais e nas representações legislativas. Permanecem as mesmas resistências a mudanças, malgrado o palavrório bonito e incoerente. A ordem, no seu todo, não foi substancialmente alterada, sofrendo sobressaltos constantes. Apesar de tudo o país cresceu, apesar dos governantes e dos políticos que o travaram e ainda o travam.

Mas, desde que os militares assumiram as rédeas, no dia 15 de novembro de 1889, conscientes de que eram a única organização com estrutura e coesão para garantir o êxito da mudança e assegurar-lhe continuidade, criando assim um circulo vicioso que não cessou de se reproduzir, muitas vezes com efeitos inversos ao que pretendiam, senão desastrosos, a república passou por muitas crises que a abalaram na base. O encilhamento, avô da atual inflação, transformou-se em pesadelo constante. O bacharelismo e o empreguismo resistiram incólumes. A classe senhorial foi suficientemente sábia para não forçar um retorno às instituições derrocadas, mas para usar as novas instituições com fins idênticos. A política dos governadores implantada para domar crises do meio do caminho produziu efeitos nefastos. Canudos e o Contestado inquietaram o novo regime.

Seguiram-se os motins da presidência Rodrigues Alves, a campanha civilista, a revolta da chibata, o tenentismo, a revolução de 30 os descaminhos econômicos de que é um grande exemplo a queima do café, o Estado Novo, a redemocratização em 45, o retorno de Vargas em 1950, o golpe de 64, a chamada Nova República de 1985 e o Brasil Novo de 1990.

De tudo isto ficaram algum malogro e muitas frustações. A impopularidade dos presidentes atingiu o auge na vaia a Campos Sales do trajeto do palácio à estação ferroviária, na saída de Figueredo do Planalto e na visita de Sarney ao Rio de Janeiro, e já se repete com o atual presidente. O tenentismo, fenômeno tipico da classe média, introduziu a suposição ingênua de que tudo dependia dos homens que estavam no poder, melhor dizendo no governo, e que a simples substituição levaria a resultados significativos. As reformas essenciais sempre foram negadas e sempre vieram tardias.

Talvez por isto permaneça dentro de todos nós a sensação de que a república, aquela que os nossos antepassados por ela lutaram, não nasceu de todo, talvez por não ter ido ao fundo de suas idéias e proposições. De qualquer forma, num dia como o de hoje, aniversários de mais um ano da república que o nosso conterrâneo Deodoro proclamou, existe a esperança de que possamos ter algumas das mudanças prometidas há mais de um século.

Douglas Apratto Tenório
É professor universitário e Chefe do
Departamento de História da UFAL.

ARTE SACRA

ARTE SACRA

OS CAMINHOS DA ESCRULTURA SACRA. de Ernani Otacílio Méro. Maceió, SERGASA, 1991. 174 páginas.

Fernando Antonio Lobo

A obra apresenta alguns **vacuos** de ordem técnica e se ressente em observar a normatizção preconizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Verificamos a ausência do **Sumário,** que consegue dar uma "visão de conteúdo" da obra, além de facilitar a localização dos capítulos do estudo desenvolvido.

Ademais, o Autor, um reconhecido auto-didata, não procura se eximir dessas falhas — ao contrário as reconhece —, além de adentrar em suas análises, com desmedida **paixão religiosa** que em alguns momentos pode desacreditar certa cientificidade em sua obra, como a que localizamos na página 24 e transcrevemos literalmente: "A Igreja, como sempre orientada pela Luz vivificadora do DIVINO ESPÍRITO SANTO, ...".

O Obra está dividida emocionalmente em sete "momentos", dando uma sitonia de andamento, como se fossem verdadeiros CAMINHOS.

O apêndice — **O Renascimento,** páginas 21 a 25, coloca-se (e assim entendemos) como um procedimento pedagógico ao situar o leitor nos misteres da escultura sacra, mas se posta de forma deslocado, tão solto do contexto do trabalho, que não se alia aos "Monumentos" restantes do seu livro. Da mesma forma, o **I Mom ento** — Visão Universal da Arte Sacra, instala-se distanciado do corpo do trabalho e poderia merecer inserção, criando uma unidade textual, que verificamos carecer n' **Os Caminhos.**

No I Momento — Visão Universal da Arte Sacra, o Autor procura, apoiando-se em diversas citações, construir conceitos sobre a arte sacra, a partir de suas próprias percepções e entendimento dessa expressão da cultura humana.

O **II Momento** — Polêmica Iconoclasta, permite na avaliação

do Autor, dar conta da "realidade histórica que se caracterizou pelo movimento de destruição dos ídolos". Utiliza citações de autores de reconhecida competência e respeitabilidade científica, para sustentar suas digressões conceituais.

Na análise do **III** Momento — Os Passos da Escultura Sacra, o Autor traça um perfil histórico da arte sacra, desde a Europa Ocidental e sua expansão para os países colonizados, até o registro do processo de europeização da cultura hegemônica do colonizador.

Na avaliação do Barroco que o Autor faz no **IV Momento,** percebe-se claramente o esforço para compreender a complexidade do processo de adaptação da arte sacra na cultura colonial brasileira, destacando as duas vertentes mais decisivas e definitas, localizadas no Nordeste e nas Minas Gerais, que se constituiram e se construiram por suas peculiaridades estéticas e especificidades conceituais.

Adentrando na temática a que se propôs n'**Os Caminhos da Escultura Sacra,** o Autor desenvolve profundas reflexões sócio-histórico-antropológicas, para permitir-lhe entender e fazer compreender o processo de adaptação da "arte maior", na expressão das Escolas Pernambucana e Mineira, sustentanto-se em referências de autores consagrados, como Joel Neves e Eduardo Etzel, configurando o seu **V Momento.**

O **VI Momento** — As Esculturas Populares, permite-nos avaliar a importância gestual e simbólica do "ex-voto", mesmo entendendo-se como uma "arte menor".

No **VII Momento** — Arte Cemiterial, há um pequeno ensaio sobre a escultura encontradiça nos cemitérios de Maceió.

Para o **VIII Momento** — A Escultura Sacra em Alagoas e **IX Momento** — Escola de Santeiros de Penedo, propiciam as melhores leituras sobre a temática estudada pelo Autor. Desde sua análise histórica, com incursões e abordagens sociológicas, há um profundo e pertinaz estudo sobre a escultura em Alagoas, desde sua introdução pelos religiosos, conforme afirma na página 131, até a definição de uma estética específica, como a que se constrói, a partir daquilo que chama de Escola de Santeiros de Penedo, destacando seus máximes representantes e a expressiva produção de Dioclésio Phídias, Júlio Phídias, Cesário Procópio dos Mártires, Antônio Pedro dos Santos e, recentemente, Claudionor Teixeira Higino.

Não me parece muito clara essa identificação de uma "alagoanidade" no que esses escultores produziram, se se parte de uma perspectiva estético-conceitual que trabalha com apuro a representação do cotidiano místico-religioso da concepção do "representável", como definido pela instituição Igreja, com suas regras, dogmas e axiomas ideológicos. O executor da representação, no caso o escultor, não cria em si, ou melhor, ele não "constrói um modelo" a partir de uma concepção endógena, mas parte sempre da formulação do conceitual pensado e definido. Desde o próprio gênio Aleijadinho, até os mestres alagoanos, constata-se uma veiculação de fatores conceituais que se produzem e se reproduzem com tanta constância, que fica difícil localizar-se o específico ou velho, o exógeno. No entando, essa minha reflexão não anula atentativa do Autor em compreender que há uma **imaginária** com concepções sociológicas que se aproximam dessa **alagoanidade.**

É, por final, uma Obra que procura dar uma dimensão didático-pedagógica da Arte Sacra, sem esse rigorismo teórico-científico que já aludimos.

Fernando Antônio Netto Lôbo
Prof.Adjunto II-CHLA/CSO

A FILOSOFIA DA RELIGIÃO

A FILOSOFIA DA RELIGIÃO

A filosofia é indispensável na busca da resposta sobre os problemas da vida humana no que tange ao bem e ao mal. A filosofia sozinha não resolve estes problemas. Importa fazer a passagem dialética da filosofia à religião que pretende oferecer a solução.

A filosofia da religião à par de pressupostos filosóficos e metafísicos aplicados às doutrinas do pecado original e da redenção, apresenta solução teórico-doutrinal do problema da vida, do bem e do mal que importa numa práxis ascética. A filosofia da religião sempre interessou aos pensadores das mais diversas correntes filosoficas. H. Podovani, com sua "Filosofia Della Religione E Il Problema Della Vita", e adentra de forma magistral nesse problema.

A filosofia não é mero saber teórico, tem que ser olhada como ciência que responde aos desafios da vida. Toda ação humana, toda atitude tem como pressuposto um absoluto, uma filosofia donde ela tira sua inspiração.

A filosofia da história tenta dar sua explicação aos acontecimentos históricos mas não responde aos acontecimentos humanos. As ciências ainda tateiam nas respostas aos grandes desafios da vida, do tempo e do espaço.

Só a filosofia da religião traz mais luz a este mundo misterioso da vida, do bem e do mal. E isto em termos relativos com respostas possíveis a cada fase de construção do HOMO-VIATOR - sempre a fazer-se.

As respostas estarão sempre na proporção das capacidades geradoras e perceptiveis do homem cada vez mais novo. Não haverá resposta definitiva porque não há homem definitivo e nessa idefinição se dá a dialética da busca constante na construção de algo sempre novo.

O homem quer saber o porquê de tudo que o circunda e os fatos não são plenamente inteligíveis, mas estão a solicitar algo que os faça inteligíveis.

A vida é um mistério que se confronta com a dor, a morte e o mal. Assim não se poderia descartar da filosofia que se foi construindo pouco a pouco através da história da filosofia que é o ponto alto do espírito humano.

Todavia, a filosofia indispensável à vida não consegue resolver integralmente o problema da vida por causa do mal, filosoficamente inexplicável.

Tanto a filosofia grega firmada em suas bases racionais como a filosofia moderna não nos deram resposta aos problemas da vida e do mal porque desconhecem os dados da religião revelada. O transcendente da filosofia grega não explica totalmente a realidade por não ser concebido como causa absoluta da realidade mas como motor imóvel de Aristóteles.

O deus aristotélico é separado do mundo empírico, não cria nem o governa. É um deus filosófico e não religioso, notando-se a falta de ligação entre Deus e o homem. Aristóteles não nos dá um Deus transcendente mas permanece num dualismo ilógico que anula o absoluto para dar uma explicação filosofica à realidade do mundo, justapondo-lhe uma entidade independente dele. Aristóteles não chegou ao conceito de criação e providência divina, parou na antecâmara dessa maravilhosa descoberta.

O mundo real dos indivíduos passa a depender do princípio enterno da matéria que embora tendendo para Deus não O atinge nem Dele deriva. Desta forma os indivíduos dependem da matéria, nascem e vivem sem razão nem finalidade, daí o destino que nem os próprios deuses escapam.

O dualismo grego chegou ao Absoluto mas não conseguiu harmonizar Deus com o mundo criado e por esta razão se percebe um pessimismo imanente na concepção grega da vida. O arbítrio cego do destino é a tônica maior da tregédia grega. A filosofia grega põe todas as premissas do teismo mas não tira as consequências e para num dualismo que anula Deus tão inteligentemente atingido.

O que faltou ao mundo grego? Faltou a notícia histórica da queda do homem no início de sua história e a isto não se chega através da investigação e sim da História e da Revelação.

A filosofia moderna imanentista também não procura a solução do problema da vida e do mal num Deus transcendente e sim no espírito humano, uma realidade contingente, limitada e assim não obtem explicação do Absoluto Imutável e Necessário. A religião que é relação Deus-Indivíduo é posta abaixo da razão humana. A filosofia idealista traz em si o germe do aniquilamento da religião que passa por Spinoza, Kant e chega a Hegel.

Hgel põe a religião no centro de seu pensamento-ARTE-RELIGIÃO-FILOSOFIA mas a religião fica inferior à filosofia, torna-se uma filosofia para a meninice do espírito.

A filosofia contemporânea deu passos à frente e refutou a filosofia moderna imanentista que nasceu com o intuito de fazer o homem criador de si mesmo, levando-o depois ao ceticismo brutal.

Hoje, os grandes pensadores não escondem sua admiração

pela ordem perfeita do mundo criado e admitem um sentido no universo. Einstein se refere—"A ordem sublime do universo". Eddington afirma que — "Os novos princípios da ciência levam a se fazer interpretações espirituais do universo". Chesterton declara que — "A ciência moderna marcha para o sobrenatural com a rapidez de um expresso".

Nem a filosofia grega nem a moderna imanentista deram resposta ao problema da vida, do bem e do mal. A primeira porque desconhecia e a segunda porque rejeitou os dados da revelação cristã.

A religião cristã dá resposta ao problema da vida e do sofrimento quando aborda o conceito de um mal radical no princípio do homem. A religião cristã não anula o mal mas a ele contrapõe um processo redentor.

A abordagem desse problema se faz mediante uma disciplina filosófica dita filosofia da religião que nada mais é que a filosofia aplicada ao fenômeno religioso. A filosofia da religião faz uso da metafísica artistotélico-tomista que é o desenvolvimento lógico do pensamento greco-cristão. Houve quem afirmasse nessa U.F.A.L. que essa metafísica estivesse morta e representava um anacronismo do pensamento filosófico.

A religião está condicionada à existencia da Divindade e a filosofia aristotélico-tomista demonstra existência de Deus. A transcendência do cristianismo é pressuposto metafísico da filosofia da religião. Dentro dessa dialética dá-se a construção da teologia dogmática na Suma Teologica de Tomás de Aquino que deixa claro que o mistério não é contrário apenas superior à inteligência do homem.

Como já foi dito, a filosofia é construtiva e metafísica mas deve reconhecer seus limites, pois, não consegue resolver o problema do mal. A filosofia conhece a essência metafísica do homem, conhecendo sua desordem radical, apenas ignora-lhe a causa.

Só a religião cristã é que nos apresenta o homem trazendo em si a raiz de todo mal desde o início de sua história. Há portanto uma debilidade essencial espiritual e física ho homem, desde a sua origem e isto explica o fato da debilidade moral e física no mundo dos homens.

Essa debilidade original (pecado ou desvio de orta) explica apenas inicialmente o problema do mal e da morte e só Cristo, no mistério da redenção, é capaz de reparar esse mal original e colocar tudo na rota de Deus. O homem foi reintegrado na ordem sobrenatural mas não lhes foram restituidos os dons preternaturais e assim ele continua sofrendo toda violência da dor e da morte.

A explicação do problema da vida e do mal constitui um dos mais sublimes esforços do espirito humano. É o cristianismo bem entendido e bem vivido que vai fazendo esse homem novo e dando-lhe essa dimensão de eternidade recoloca o homem no

seu lugar de origem. A presença redentora de Cristo é o que há de mais essencial na compreensão da caminhada humana na direção do Absoluto. A afirmação de Cristo — "Sem mim nada podereis fazer" — expressa a absoluta fraqueza humana frente ao mal e ao mesmo tempo se constitue numa força nova que impulsiona o homem para o encontro consigo, com o outro e com Deus.

Prof. João Lemos
Prof. de História da Religião do
Departamento de História da UFAL